

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ANELISA MOTA GREGOLETI**

**NO PAÍS DAS ANTAS: CAÇA DE GRANDES MAMÍFEROS NA DINÂMICA  
COLONIZATÓRIA DA AMÉRICA PORTUGUESA DO SÉCULO XVI**

**MARINGÁ**  
**2019**

ANELISA MOTA GREGOLETI

**NO PAÍS DAS ANTAS: CAÇA DE GRANDES MAMÍFEROS NA DINÂMICA  
COLONIZATÓRIA DA AMÉRICA PORTUGUESA DO SÉCULO XVI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Christian Fausto Moraes dos Santos

MARINGÁ

2019

Dados Internacional de Catalogação na Publicação (CIP)  
Bibliotecária: Vaudice Donizeti Rodrigues CRB 9/1726

F861p Gregoleti, Anelisa Mota.  
O país das antas: caça de grandes mamíferos na dinâmica colonizatória da América portuguesa do século XVI. /Anelisa Mota Gregoleti. – Maringá: UEM, 2019. 96 f.

Orientador: Prof. Dr. Christian Fausto Moraes dos Santos.  
Dissertação (Mestrado em História) Departamento de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Maringá, 2019.

1. Brasil colônia. 2. História natural. 3. Ciência. I. Santos, Christian Fausto Moraes dos. II. Título.

CDD. ed. 981

ANELISA MOTA GREGOLETI

**NO PAÍS DAS ANTAS: CAÇA DE GRANDES MAMÍFEROS NA DINÂMICA  
COLONIZATÓRIA DA AMÉRICA PORTUGUESA DO SÉCULO XVI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em: 29 / 07 / 2019

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Christian Fausto Moraes dos Santos  
Universidade Estadual de Maringá - UEM

---

Profa. Dra. Maria Regina Cotrim Guimarães  
Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI) - Fiocruz

---

Prof. Dr. Jozimar Paes de Almeida  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

A natureza é, de fato, a rainha soberana deste planeta.

## AGRADECIMENTOS

Desde o meu início nos degraus acadêmicos, tive anseio de conquistar o título de mestre, principalmente para poder dizer “siga a mestre”. Parece meio bobo, eu sei. Mas, sempre encarei a minha vida desse jeito. Muitas pessoas se espantaram quando resolvi trilhar esse caminho. Até eu mesma, muitas vezes, me indaguei sobre tal decisão. Os meus agradecimentos serão assim, como o meu jeito sempre me guiou a ser: pontuais e capazes de arrancar sorrisos.

Aos meus desesperos: agradeço a comida! Capaz de aliviar, suprir as minhas energias e de compartilhar momentos prazerosos com pessoas queridas!

Aos meus momentos de confusão mental: agradeço ao sapateado e todos os propagadores da arte. Em especial, agradeço as minhas professoras Helen, Amanda, Daisa e ao grupo TAP UEM. Vocês conseguiram com que uma sutil pisada de pé tirasse todo o peso dos meus ombros e nervosismo cerebral.

As súplicas de carinho: agradeço aos Gabrieis, Orlando, Nicolas, Richard, Annas, Amanda, Andreza, Bia, Carol, Maria Eduarda e as famílias Castilho, Taddei e Mamone.

Ao acolhimento diário e árduo: agradeço imensamente ao meu orientador, amigo e direcionador Professor Dr. Christian Fausto Moraes dos Santos. Em um combo pra lá de especial, me apresentou a sua esposa, a Professora Dra. Lígia Carreira que agregou o enredo da minha jornada. Me faltam palavras e sobram afetos para demonstrar todo o apoio, incentivo, zelo, broncas, puxões de orelhas e vivências ensinadas.

A incansável rotina: agradeço aos membros do Laboratório de História Ciência e Meio Ambiente (LHC). Vocês alegraram e enriqueceram a minha vida e o meu trabalho.

Aqueles que me aguentaram todas as terças-feiras: agradeço a coordenação e funcionários do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, pelo trabalho dedicado e pontual. À Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), por haver financiado esta pesquisa.

Dentre todos os agradecimentos, um é especial.

A quem gerou essa princesa que lhes escreve: a minha família. Todos os parentes contribuíram para a minha formação e indagação de mundo, os meus princípios e a minha fé foram constituídos por vocês. As minhas incríveis tias Cássia e Ivone, que compartilharam risos, sabedorias, histórias e a tradição pelo álcool. Vocês são mulheres inspiradoras. Aos meus avós, que me viram do feto ao de fato, sucesso! Aos meus pais Edgar e Fátima, que durante a minha criação bateram na tecla de que existiriam dias difíceis, porém, seriam

passageiros para que eu trilhasse um futuro com tesouros inimagináveis (igual o Peter Pan, filme que sempre adorei). Pois bem, o futuro chegou, e meus pais estavam certos. Por meio de seus esforços investiram na minha educação, e por meio de seus exemplos, me incentivaram a estudar e a trabalhar. Agradeço a minha irmã, Lidiane, por ser uma das incentivadoras para que eu tomasse gosto pela caça, já que caçávamos afetos uma à outra.

Obrigada por tudo!

## RESUMO

A presente dissertação tem como intuito analisar e interpretar as descrições dos mamíferos nativos da América portuguesa, assinalando em especial seis deles: a capivara, a paca, a cotia, a anta, o cateto e a queixada, com o intuito de entendermos um pouco mais sobre como era e como é a diversidade do atual território denominado como Brasil. A importância destes animais nativos como dispersores de sementes e fontes de proteína faz com que a comparação do número de espécies que existiam na América portuguesa do século XVI e a quantidade de animais que vivem atualmente no Brasil nos impressione. As expansões dos impérios coloniais de Portugal e Espanha no final do século XV colocaram os colonizadores em contato com novos povos e com novos ambientes e, progressivamente, deixou claro que a diversidade de plantas e animais era muito maior e, de certa forma, mais complexa do que os pensadores do Velho Mundo podiam supor. Diante disso, analisaremos as fontes feitas pelos colonizadores do Velho Mundo dentro do contexto cultural e alimentar, acentuando as diferenças nas práticas de caçar e modo de preparo das carnes caçadas. Para a presente pesquisa, elegemos como fontes os relatos produzidos pelo colonizador português Gabriel Soares de Sousa, o cronista português Pero de Magalhães Gandávo, o colonizador alemão Hans Staden, os missionários franceses Jean de Léry e André Thevet, os clérigos Fernão Cardim e José de Anchieta assim como o militar espanhol Alvaro Nuñez Cabeza de Vaca. Para uma melhor compreensão do tema e entendimento das práticas cotidianas de sobrevivência na América portuguesa, fez-se o uso metodológico da História das Ciências na análise das fontes.

Palavras-chave: Brasil colônia. História natural. Ciência.



## ABSTRACT

This dissertation aims to analyze and interpret the descriptions of the native mammals of Portuguese America, pointing out in particular six of them: the capybara, paca, cotia, tapir, cateto and peccary, in order to understand a little more about how was and how is the diversity of the current territory denominated as Brazil. The importance of these native animals as seed dispersers and protein sources makes the comparison of the number of species that existed in 16th century Portuguese America and the amount of animals that currently live in Brazil impress us. The expansions of the colonial empires of Portugal and Spain in the late fifteenth century brought settlers in contact with new peoples and new environments and progressively made it clear that the diversity of plants and animals was much larger and somewhat more complex. than the Old World thinkers could suppose. Given this, we will analyze the sources made by the Old World settlers within the cultural and food context, emphasizing the differences in hunting practices and preparation of hunted meat. For this research, we chose as sources the reports produced by the Portuguese colonizer Gabriel Soares de Sousa, the Portuguese chronicler Pero de Magalhães Gandâvo, the German colonizer Hans Staden, the French missionaries Jean de Léry and André Thevet, the clerics Fernão Cardim and José de Anchieta as well as the Spanish military Alvaro Nuñez Cabeza de Vaca. For a better understanding of the theme and understanding of everyday survival practices in Portuguese America, the methodological use of the History of Sciences was made in the analysis of sources.

Keywords: Colonial Brazil. Natural history. Science.

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - <i>Hydrochoerus hydrochaeris</i> . .....	44
Figura 2 - <i>Cuniculus paca</i> .....	44
Figura 3 - <i>Aguti</i> . .....	45
Figura 4 - <i>Tapiriiete (Tapir)</i> . .....	46
Figura 5 - Porco do mato. ....	47

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 A EXPERIÊNCIA COM O NOVO: UM PARAÍSO NO MUNDO .....	21
1.1 Da história natural à filosofia da natureza .....	27
1.2 Integrar ao se adaptar.....	30
1.3 O gosto pela caça: da destreza útil da caçada.....	35
2 A INTERAÇÃO ANIMAL DOS MAMÍFEROS COM PÉS FENDIDOS.....	41
2.1 De como chamam ao que nos chama.....	43
2.2. Analogia dos sabores .....	48
2.3 Aos critérios domesticáveis .....	51
2.4 Semelhança anatômica .....	54
2.5 Do caçador à presa.....	57
2.5.1 A caçada de cães.....	59
2.5.2 As armadilhas da vida.....	64
2.5.3 O laço perfeito para arcar com a flechada .....	66
3 COMO SE FAZ PARA COMER? .....	69
3.1 Do que protege e não se come .....	73
3.2 A morte de mamíferos que fazem melhorias na vida .....	76
3.3 Da abundância à escassez .....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	81
FONTES DOCUMENTAIS .....	84
REFERÊNCIAS .....	85

## INTRODUÇÃO

As primeiras tentativas de classificar os animais, para que pudessem ser entendidos universalmente, foi feita por Aristóteles em cerca de 300 a.C. Sua classificação, grosso modo, dividia os animais em animais de sangue vermelho e animais sem sangue vermelho. O conceito de espécie foi empregado pela primeira vez no século XVII pelo filósofo natural britânico John Ray. Porém, foi o sistemata sueco Carl von Lineu<sup>1</sup> o primeiro a propor um sistema de classificação único. Primeiramente, ele agrupou todos os animais em: mamíferos, répteis, anfíbios, aves, peixes, vermes e insetos (PIEDADE, 1977, p. 60). A partir daí, dividiu esses grupos em espécies e estabeleceu algumas regras de nomenclatura, as quais são usadas até hoje. A taxonomia tem duas divisões: a sistemática, que forma grupos semelhantes e a nomenclatura, que nomeia todas as espécies conhecidas com algumas normas nas quais adquirem um nome universal, dado pelo latim, uma língua que não é capaz de entrar em mudanças e mudar mais a ortografia (FARBER, 2000, p. 10-13). É exatamente essa a grande vantagem de se ter um sistema de classificação e de nomenclatura: a universalidade. Ao invés de utilizar apenas uma determinada característica para fazer as divisões dos grupos e seres vivos, o sistema se baseava em todas as características observáveis. A exemplo disso, temos os insetos, que poderiam ser divididos conforme a presença ou ausência de metamorfose (PAPAVERO; PUJOL-LUZ, 1997, p. 117).

Os primeiros naturalistas procuraram descrever o mundo vivo e discernir sua ordem. A teoria da evolução de Darwin tentou entender como diferentes espécies surgiram, já que o conceito de espécie precisava ser pensado como uma população, ou mais precisamente, como um conjunto de populações. A evolução, referindo-se à adaptação, mostrou como e por que as funções surgiram. As ciências da vida descobriram leis gerais, como as leis de Mendel sobre herança e código genético. A Síntese Moderna foi uma maneira importante, que cumpriu o objetivo dos naturalistas anteriores de descrever e entender a ordem na natureza (FARBER, 2000, p. 104-108). Atualmente, as classificações abrangem as divisões dos reinos que são divididos em filos, os filos em classes, as classes em ordens, as ordens em famílias, as famílias em gêneros e os gêneros em espécies (DAHLBERG, 1976, p. 352-370).

A literatura sobre as espécies do reino da natureza utiliza critérios empíricos de identificação para apontar o domínio das grandes famílias, os gêneros e especificar suas individualidades (KOERNER, 1999). No século XVI, a natureza era a principal referência dos

---

<sup>1</sup> Foi um sistemata sueco que viveu de 1707 a 1778, e foi um dos botânicos mais reconhecidos da sua época. Também foi um dos fundadores da Academia Real das Ciências na Suécia (BLUND, 1971, p.14-25).

desenhos e gravuras, que possibilitavam comparações, que davam suporte às semelhanças encontradas entre os seres, oferecendo provas (IVINS JR, 1975; BRYANS, 2000, p. 287-300). Nunca é demasiado extravagante insistir no estatuto ficcional da imagem. A imagem, como se sabe, não corresponde ao que se tem diante dos olhos, pois se faz presente mesmo na ausência, sendo o meio de expressão por excelência de que se valem os viajantes estrangeiros (BELLUZO et al., 1999, p. 96). Ilustrações científicas não são adornos ou resumos, são focos de modos de pensamento (GOULD, 1987).

Observando as espécies nativas contactadas na América portuguesa do século XVI, podemos constatar, através das inúmeras descrições, relatos e tratados elaborados pelos primeiros colonizadores a construção e desconstrução de paradigmas, que podem nos fazer remeter à grande indagação que aqui se faz presente: Como e qual foi a sensação do encontro de espécies nativas do Novo Mundo nunca antes contatados pelo *Homo sapiens* europeu? Para isso, buscaremos compreender o pensamento europeu do século XV e XVI, assim como o contexto das Grandes Navegações e seus percalços nos contatos entre os índios nativos da América portuguesa e os europeus.

O período histórico na Europa Ocidental, compreendido entre, aproximadamente, o início do século XIII e o final do século XVI, correspondeu ao que se pode chamar de Renascimento (inclusive no estudo de seres e fenômenos naturais), quando ocorreram grandes transformações de ordem social, política, econômica, filosófica, religiosa, cultural e técnica (ROSA, 2012; HALL, 1962; FUDGE et al., 2003). Para os homens daquele período, o domínio e os conceitos aprendidos na domesticação de animais eram importantes, pois, demonstrava racionalidade e hierarquia, fatos encontrados no Livro de Genesis 1:24-26 em que diz que a terra produzia os animais domésticos, répteis e do mato. Os homens eram feitos a imagem e semelhança de Deus e, tinham domínio sobre os animais domésticos, marinhos e de toda a terra (BÍBLIA SAGRADA, 1978, p. 52-53).

Os primeiros estudos de anatomia comparada foram realizados em animais, e tinham como objetivo realizar as primeiras experimentações dos paradigmas para a caça, domesticação, alimentação e extermínio de espécies considerada prejudiciais dentro de uma perspectiva maniqueísta comum na época (THOMAS, 2010, p. 55-56; PAPAVERO; PUJOL-LUZ, 1997; SILVA, 2003). O domínio sobre os animais e o conhecimento das espécies, eram fatores de extrema importância para a própria sobrevivência do homem (QUAMMEN, 2008). E, no que se refere à expansão europeia ultramarina que assistiremos a partir do século XV, tais saberes e habilidades seriam fundamentais. Afinal, o que move a economia mercantilista se resume em grande parte aos produtos oriundos de plantas e animais (OUTRAM, 1996,

p. 249-266). A caça, por exemplo, ganha uma importância considerável no contexto colonizatório português porque esta, por um lado, poderia não se resumir à uma atividade mercantil, mas, por outro lado, significava a sobrevivência do colonizador. Muitas vezes a historiografia da era dos descobrimentos prioriza as questões mercantis (inquestionavelmente importantes) sem, contudo, analisar o que ou quais técnicas e tecnologias permitiam a atividade mercantil. Ou seja, como se alimentavam os colonizadores responsáveis por atividades mercantis como a do pau-brasil?

A identidade alimentar, que o colonizador trazia da Europa, certamente o levava a uma busca por alimentos que pudessem não apenas supri-lo diariamente de fontes proteicas, mas, também pudessem lhes remeter à sua terra de origem (TUAN, 1980, p. 106-128; FERNÁNDEZ-ARMESTO, 2008). Alguns frutos do mar encontrados nas costas da América portuguesa, foram aceitos sem maiores problemas pelos colonizadores lusos (SANTOS; CONCEIÇÃO; BRACHT, 2013). Afinal, frutos do mar eram tidos em alta na Europa quinhentista, pois, estavam entre os alimentos dignos da nobreza (CASCUDO, 1977, v. 1; ABBADE, 2009; KRONDL, 2008, p. 121-135; ARNAUT; MANUPPELA, 1967). Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 270) destaca que as ostras encontradas nos trópicos eram, em grande parte, maiores e mais apetitosas que as do Reino. O critério das analogias, neste caso, propiciou uma comparação onde o sabor das ostras da colônia era, para o autor, análoga às degustadas na metrópole.

As questões relacionadas ao estudo da natureza estavam em foco ao longo dos séculos XV e XVI na Europa, não somente por uma questão de sobrevivência nas novas colônias, mas, porque havia todo um universo de novos paradigmas no campo da Filosofia Natural em crescente efervescência no Velho Mundo (SILVA, 2003; SMITH; SCHMIDT, 2007). Uma das questões mais importantes levantadas com a chegada do europeu no Novo Mundo foi a da validade do paradigma da Arca (GERBI, 1992). Afinal, como os animais encontrados na América portuguesa haviam chegado até ali?

Algumas especulações teriam emergido durante o século XVI, como foi o caso das ideias do religioso espanhol José de Acosta, cujo qual afirmava que a humanidade se originou de Adão e Eva e, também defendia que, tanto os animais, quanto os seres humanos teriam migrado, em períodos anteriores, por terra à América, levantava a hipótese de que o Continente Americano deveria estar ligado ao Velho Mundo (ACOSTA, 1985, p. 45). O nobre inglês Sir Walter Raleigh também esteve presente no Novo Mundo na condição de explorador (PAPAVERO; PUJOL-LUZ, 1997, p. 46). A partir desta experiência, concluiu, após contato direto com a fauna e flora americana que, nem todas as espécies conhecidas

poderiam ter sido transportadas na Arca de Noé. Uma verdade, até aquele momento, pouco questionada. Raleigh, então, postulou a teoria de que somente as espécies do Velho Mundo teriam sido salvas na Arca de Noé e, após o fim do Dilúvio, algumas delas, mediante processo de dispersão, chegaram até o Novo Mundo, onde, sob a influência do clima e do tempo, deram forma às novas espécies (RALEIGH, 1614).

Para compreendermos melhor as elaboradas descrições quinhentistas sobre os seres encontrados na América portuguesa, é necessário compreendermos outros paradigmas além do paradigma da Arca consideravelmente relevantes no período e que guiavam o pensamento moderno europeu (CAPEL-SAÉZ, 1999). O primeiro deles era o hipocrático-galênico, também conhecido como modelo humoral, que surgiu com os escritos de Hipócrates (V a.C.) e Galeno (II d.C.), tendo dominado a história do Ocidente por quase dois mil anos (PORTER; 2008, p. 442; SIMAAN; FONTAINE, 2003, p. 11-22; GALILEI, 2009). No Novo Mundo, a tradição hipocrática esteve presente tanto nas descrições de plantas quanto de animais, mais especificamente naquelas voltadas às práticas medicinais (COPERNICO, 1984). De fato, podemos considerar que alimento e saúde estavam completamente interligados no início da Era Moderna. Outro paradigma que guiava a filologia moderna europeia, era aquele presente nas figuras de linguagem. Estão presentes em praticamente, todas as descrições de seres vivos na América portuguesa do século XVI.

Paralelo a isso, quando buscamos situar o homem que comumente classificamos como colonizador neste período, temos de levar em consideração, que este é, obviamente, pertencente a uma determinada cultura, e que esta, está associada ao seu meio natural. Tal dinâmica acaba por gerar uma coexistência entre uma história dos seres vivos e uma história do Homem. Conforme notou Alfred Crosby (2011), uma cultura não existe sem seus animais e plantas explorados ou domesticados. Observado este aspecto, os pensamentos que emergem sobre as culturas humanas, como por exemplo, a alimentação, o comércio e a domesticação, só foram construídos com o conhecido dos seres humanos acerca do próprio mundo natural em que habitam. Se torna adequada, portanto, a colocação de uma perspectiva que abranja a relação entre o homem, os elementos do meio natural e os integrantes do Reino animal.

A partir do século XVI com a expansão marítima das nações europeias, um novo e impressionante ciclo de impacto sobre a fauna se iniciou. De fato, muitos pesquisadores afirmam que este contato do *Homo sapiens* com distintos ecossistemas a partir da era das grandes navegações, deu início ao que se considera atualmente a sexta onda de extinção em massa na terra, esta causada pelo homem (KOLBERT, 2015). Tal impacto, gerado a partir da expansão europeia do final do século XV não foi por acaso. A força desta ação humana em

distintos ambientes pautava-se em um, cada vez maior, senso de observação, meticulosidade e curiosidade que ajudaram a fomentar e a estabelecer as bases da filosofia natural moderna e, posteriormente, da história natural (GRANT, 2008).

Os europeus após se depararem com os elementos do Novo Mundo, passaram a acreditar, por exemplo, que eles estariam interligados, de alguma maneira, com os do Velho Mundo e, por conta disso, começaram a associá-los entre si. O exercício de comparar um animal americano com um animal europeu, tornava o exótico em algo potencialmente familiar (GERBI, 1992, p. 18). A imensa diversidade de realidades imaginadas que os sapiens inventaram e a diversidade resultante de padrões de comportamento são os principais componentes do que chamamos cultura. Desde que apareceram, as culturas nunca cessaram de se transformar e se desenvolver (HARARI, 2018, p. 60). O saber da cultura ocidental, até o final do século XVI, por meio de figura de linguagem como a “semelhança”, resultando em um conhecimento dos seres vivos cada vez mais seccionado, compartimentalizado e detalhista. Foi justamente essa lógica que possibilitou aos colonizadores examinarem uma natureza inóspita que se exibia diante dos seus olhos, a partir de seus conhecimentos da filosofia natural do Velho Mundo. À medida que a exploração se torna mais sistemática e extensiva, naturalmente, a observação se torna mais complexa e abrangente sobre a fauna do Novo Mundo conduzida aos interesses desta filosofia natural. A redefinição do mundo zoológico medieval, a introdução de novos hábitos e procedimentos de observação, o estudo geográfico, etnográfico, botânico, mineral, meteorológico e muito mais, despertaram o interesse em estudar a vida dos animais e o conhecimento integrado ao que os colonizadores vivenciavam e englobavam, fazendo com que a figura do animal não fosse independente, isolada (BOEHRER, 2007; QUAMMEN, 2008; SAX, 2013). De fato, o lugar dos estudos sobre o mundo natural no início da Era Moderna estava intimamente ligado aos interesses expansionistas e colonizatórios do europeu. Foram ferramentas extremamente eficazes para o processo mercantil.

Nas viagens europeias do século XVI, Portugal e Espanha assumiram, no campo político, um papel hegemônico na Europa por algum tempo. Os entrepostos comerciais das novas potências colônias se transformariam, igualmente, em centros de captura e comércio das populações nativas para trabalharem como escravos nas colônias americanas. No campo religioso, a evangelização das populações nativas americanas e de outros povos (chineses, japoneses, malaios e hindus) passaria a ser uma das principais tarefas da igreja (LOPES, 1988. p. 499-518; ROSSI, 1992). Por outro lado, o conhecimento resultante do Novo Mundo, com novos povos, novas plantas, novos animais e novas constelações, traria dúvidas e



questionamentos aos dogmas católicos e ensinamentos da Bíblia, que fez emergir um campo de saber específico, com abordagem cada vez mais experimental nos processos investigativos (ROSA, 2012; ORLANDI, 1990; FRANÇA, 2012). No campo da filosofia natural, um dos marcos de maior relevância foi o de aliar a racionalidade e a lógica à quantificação e a matematização, ao complementar a teoria com a experimentação (DELAUNAY, 1997). Este complexo processo transitório pode ser observado nas crônicas, cartas e tratados sobre a América portuguesa elaborados no século XVI. Por vezes, estes homens europeus demandam algum tipo de experimentação ao fazerem à descrição de um animal com a qual nunca haviam tido contato anteriormente.

A América portuguesa possuía numerosas espécies de mamíferos, répteis, anfíbios, peixes e aves. Dentre tais variedades, as aves eram as mais numerosas, e no século XVI possuía 849 espécies (DEUTSCH; PUGLIA, 1990, p. 76). Tamanha diversidade fascinou os colonizadores europeus, como foi o caso do explorador francês Jean de Léry, o frade francês André Thevet (1978) e do senhor de engenho português Gabriel Soares de Sousa. Léry (1961, p. 153) afirmou que seria impossível especificar minuciosamente todas as aves existentes naquele território. A exemplo do primeiro contato dos colonizadores com a espécie de ave conhecida como tucano, o autor chama a atenção para o seu bico branco e amarelo, grosso, comprido como um palmo e tão pesados que não conseguiam virá-lo para cima (SOUSA, 1971, p. 226). Todo colonizador europeu, de acordo com Thevet (1978, p. 140), ficou impressionado com o tamanho do bico da ave conhecida como tucano, pois, conseguia ser avistada da copa de uma árvore e, perceberam que, esta espécie não poderia ser encontrada senão na América portuguesa, na região que vai desde o rio da Prata ao das Amazonas.

No primeiro capítulo abordaremos a chamada revolução no campo dos saberes sobre o mundo natural, que deu teve o seu início a partir da cartografia e geografia do século XVI, devido à chegada do europeu ao Novo Mundo, que abriram rotas marítimas para as Índias e à circunavegação da Terra (SMITH; SCHMIDT, 2007, p. 1-18). É na cartografia que observaremos uma das primeiras demonstrações de ignorância, navegadores, cartógrafos e colonizadores começam a admitir que não sabem o que existem para além das terras cartografadas (PINTO, 2017, p. 31-64) E assim, surgem os imensos espaços vazios nos mapas em que figuram os primeiros sinais do Novo Mundo. Não só os geógrafos europeus, como também, os estudiosos em quase todas as áreas de conhecimento, começaram a desenhar mapas-múndi com espaços a serem preenchidos. Começaram a admitir que suas teorias não eram perfeitas e que havia coisas importantes que eles ainda não conheciam (HARARI, 2018, p. 386-388).

No que se refere aos portugueses, a Mata Atlântica<sup>2</sup> foi a primeira experiência de observação e catalogação, não somente, de potencialidade mercantis, mas, de todo um universo de criaturas, aos olhos europeus, alienígenas. O antropólogo Claude Lévi-Strauss (1968) denominou os nativos americanos como selvagem e, estudou o pensamento deles para mostrar que, eles não são atrasados nem primitivos, mas operam com o pensamento mítico. O pensamento mítico faz exatamente a mesma coisa, isto é, vai reunindo as experiências, as narrativas, os relatos, até compor um mito geral. Com esses materiais heterogêneos produz a explicação sobre a origem e a forma das coisas, suas funções e suas finalidades, os poderes divinos sobre a Natureza e sobre os humanos (LÉVI-STRAUSS, 1968). Com tal percepção, um misto de pavor e deslumbre tomou conta dos primeiros exploradores. Essa região, exuberante e majestosa, foi cenário de importantes explorações geográficas e filosófico-naturais, ocorridas nos primeiros séculos de exploração pelos europeus.

Ao adentrarem a Mata Atlântica, os colonizadores não demoraram a perceber que a floresta impunha uma série de obstáculos à sua permanência. Estes obstáculos eram representados, em boa medida, pela grande diversidade de animais, plantas e insetos. A identificação de tais espécies, bem como o conhecimento de quais animais os colonizadores poderiam usar para obterem lucro ou se alimentarem, mostrou-se fator de suma importância para a manutenção dos europeus no Novo Mundo (TONHASCA JUNIOR, 2005). Neste contexto, os saberes acumulados pelos *Homo sapiens* que já conheciam intimamente todos os habitantes daquele ecossistema há, pelo menos, uns dez mil anos, mostraram-se fundamentais. O papel dos nativos americanos no processo de familiarização europeia para com a natureza da América portuguesa foi fundamental. Encontramos resquícios desta transmissão de saberes até hoje nos inúmeros nomes populares de animais, cuja origem é claramente indígena. Enfim, o método de aprendizagem dos colonizadores consistia na observação de caça e coleta realizada pelos nativos. As abordagens indígenas, as sabedorias e as técnicas eram realizadas sob extrema observação e descrição pelo olhar do europeu.

A filosofia natural e, posteriormente, a história natural, ao longo dos séculos XVI e XVII não se restringiu a um campo de saber exclusivo dos ciclos acadêmicos, sapateiros, senhores de engenho, frades também manifestavam um profundo interesse por outras formas de vida. Estes homens sem formação acadêmica regular, dada as suas atividades empíricas,

---

<sup>2</sup> Atualmente, a área delimitada no estudo compreende os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (DEAN, 1996).

eram chamados de *curiosi*<sup>3</sup> (FUDGE, 2004, p. 19-37; SANTOS; PEREIRA NETO, 2011, p. 51-68). As narrativas dos viajantes do século XVI são moldadas pela visão de mundo destes enquanto autores, bem como pelos interesses tanto deles próprios quanto daqueles aos quais representavam ou serviam. No segundo capítulo são utilizadas descrições a respeito da exuberante natureza da América portuguesa, também utilizada como uma forma de animar os sonhos expansionistas e mercantis dos monarcas, demonstrando a extensão e a variedade de seus territórios ultramarinos, assim como dar indícios de riqueza das novas terras aos financiadores das viagens. Mais do que uma prestação de contas, era uma forma de atrair a atenção dos grandes e ricos senhores e, com isso, obter favores e posições de destaque quando de volta aos países de origem, o que de fato aconteceu em alguns casos. Exemplo disso foi o do missionário francês André Thevet (1978), frade franciscano que foi levado à condição de cosmógrafo do rei da França, Henrique II, após a sua passagem pela América portuguesa (CALMON, 1959).

Ainda no que se refere aos mamíferos da América Portuguesa, os considerados cobiçados para caça foram analisados e as suas características foram descritas e comparadas. Dentre eles listamos seis animais nativos da América portuguesa e que são importantes para a biomassa: a capivara, paca, cotia, anta, cateto e queixada. A caça era utilizada principalmente para a obtenção de alimentos, peles e ossos que, a depender da espécie abatida, poderiam ser utilizados na elaboração de armas, ferramentas e até mesmo habitações (COSTA, 1963, p. 45). As técnicas de caça dos europeus eram distintas das técnicas de caça dos nativos americanos.

Ainda no segundo capítulo, iremos definir e discutir sobre o conceito e emprego da palavra domesticação no período colonial da América portuguesa. O porquê dos animais nativos americanos ainda não terem sido domesticáveis e quais os animais que tinham, na concepção dos colonizadores europeus, potencial para se tornarem domesticáveis. Já que um animal domesticado pode ser definido como um animal seletivamente criado em cativeiro e, por isso, diferente de seus antecessores selvagens, já que podem ser empregados pelo homem, que controla seu ciclo reprodutivo e alimentação (DIAMOND, 2008, p. 159).

Após compreensão do pensamento que guiava o período das grandes navegações, o intuito dos intercâmbios ecológicos e como era encarado e utilizado o papel da caça na América portuguesa do século XVI, o terceiro capítulo vai misturar culturas, especiarias e

---

<sup>3</sup>A denominação de *curiosi rerum* ou *virtuosi* era empregada para delimitar os pesquisadores e estudiosos nos séculos XVI e XVII, que compreendiam o conhecimento como uma atividade coletiva, portanto, os resultados obtidos individualmente eram transmitidos uns para os outros, para eventuais críticas ou adições (PAPAVERO; PUJOL-LUZ, 1997, p. 2).

carnes. O modo de preparo das carnes obtidas através das carnes dos seis animais selecionados e, além disso, a importância destes animais na conservação da biodiversidade do local. O impacto gerado no processo colonizatório europeus nos ecossistemas da Mata Atlânticas deve ser pensado e abordado de maneira ampla. A caça intensiva de animais, principalmente de herbívoros dispersores de sementes, pode ter consequências diretas nas plantas que coevoluíram com estes animais.

Importante informar alguns pontos para um melhor entendimento da investigação aqui apresentada. As fontes documentais foram citadas pelo ano da versão utilizada, mas contendo no corpo do texto as informações históricas destas obras, como ano de sua primeira edição. Para uma leitura mais fluida, os excertos extraídos das fontes foram traduzidos para o português moderno. Houve a preocupação em orientar qual era o gênero, tribo, família ou ordem que possivelmente as espécies de mamíferos nativos ungulados pertencem. Estes apontamentos foram realizados por meio das descrições físicas, comportamentais e locais de ocorrência informados pelas fontes quinhentistas.

## 1 A EXPERIÊNCIA COM O NOVO: UM PARAÍSO NO MUNDO

A partir da segunda metade do século XV, durante a transição da Idade Média para a Idade Moderna, sucederam-se enormes transformações políticas, econômicas, sociais e culturais na Europa. Com o início da chamada Era Moderna assistiremos à expansão europeia que levou a expansão ultramarina europeia (FERNÁNDEZ-ARMESTO, 2008; ELLIOT, 2018, p. 135-283). No âmbito da política houve o fortalecimento e centralização do poder real e, na economia, o comércio tornou-se mais importante, fazendo emergir e se fortalecer uma nova classe social, a burguesia. O Renascimento artístico incentivou investigações nos mais diversos campos do mundo natural. Animais, plantas, minerais, fenômenos meteorológicos e geológicos eram cada vez mais focos de observações, registros e debates (MAURO, 2018, p. 447-477; GRANT, 2008; HALL, 1962).

No campo religioso, o Cristianismo foi expandindo-se para outros continentes. A economia fervilhava, principalmente nas rotas comerciais que ligavam Europa, Ásia e África, afluindo para o Mar Mediterrâneo. Neste contexto, os procedimentos de colonização portuguesa proporcionaram a formação de domínios coloniais que, ao serem presididos pela lógica mercantilista e também religiosa, acabaram determinando a subordinação sociocultural, econômica e política dessas “novas terras” (DIAS, 2013). Os séculos XV e XVI ficaram conhecidos como os do auge do império ultramarino português. Este, apesar do relativamente pequeno contingente populacional do reino de Portugal, conseguiu estabelecer colônias em quase todos os continentes do globo (ASSUNÇÃO, 2000; BARRETO, 1989).

Portugal, por conta de seus feitos de circunavegação, ficou conhecida como a nação aventureira. Entretanto, somente um senso de aventura não dá conta de explicar como esta nação conseguiu estabelecer complexas e extensas redes comerciais. Uma importante ressalva tem de ser feita. Antes das redes comerciais houve a necessidade da criação de uma rede de saberes. Como saber qual planta produz um pigmento com potencial mercantil? Qual ave tem o bico que poderá adquirir o melhor preço nas ruas de Lisboa ou Amsterdam? A era do mercantilismo não teria sido possível sem a crescente importância que os mais diversos campos de estudo do mundo natural foram adquirindo desde o início da Era Moderna. Como poderemos observar, os colonizadores portugueses demonstram a presença constante deste paradigma ao dedicarem inúmeras páginas de suas crônicas, cartas e tratados à descrição de todo e qualquer ser vivo com o qual se deparam nas novas colônias.

De acordo com o consistente testemunho de cronistas e aventureiros, tanto os produtos da terra quanto a mão de obra local eram obtidos através de trocas por camisas, anzóis, facas,

tesouras, pentes, espelhos e outros objetos do Velho Mundo (NEIVA, 1970). A exemplo disso, escolhemos a galinha, animal nativo do Novo Mundo, considerada pelo jesuíta português Fernão Cardim que embarcou para o Brasil em 1583 no cargo de secretário do padre visitador e escreveu a sua obra intitulado *Tratados da Terra e da Gente do Brasil* publicado em 1601. Cardim considera a galinha como base da alimentação da América portuguesa (CARDIM, 1925, p. 288) a fim de demonstrar como os colonizadores obtinham esses animais nativos americanos. O missionário e cronista francês Jean de Léry que esteve no Brasil meados de 1557 escreveu sua obra *Viagem à terra do Brasil* publicado em 1578 e descreveu a respeito da abundância das galinhas grandes e pequenas. A respeito das galinhas grandes, Léry (1961, p. 147-148) descreve que poderiam ser obtidas pelo colonizadores em troca de uma faca do valor de um carolus [moeda antiga]; e por uma de dois liards [moeda antiga], ou por cinco ou seis anzóis os colonizadores conseguiam de três a quatro galinhas pequenas comuns.

O navegador e explorador de origem italiana, que residiu em Portugal e em seguida na Espanha, Cristóvão Colombo, defendia que a Terra não era totalmente redonda, e sim, no formato de uma pera, na ponta ficava o Paraíso Terrestre, onde ninguém podia ir, a não ser por vontade divina (território atual da Venezuela) (VARELA, 1986, p. 54-72). Os reis da Espanha não se interessavam pelo formato que Colombo dava à Terra, e sim, pelo perímetro do planeta, pois, acreditavam não ser gigantesca a distância entre o Atlântico e o Pacífico. A ideia entusiasmou os monarcas, já que desejavam os tecidos, as especiarias, as porcelanas e as pedras preciosas da Ásia. Com isso, Colombo convenceu a monarquia ibérica a chegar ao Ocidente cruzando o Atlântico. As viagens de Colombo marcaram o início de uma nova era biológica: O Homogenoceno (mistura de diferentes formas de vida para criar algo uniforme). Locais que antes eram diferentes ecologicamente, tornam-se semelhantes (DEAN, 1991; MANN, 2012; CROSBY, 1972).

Os navios que cruzavam o Atlântico transportavam seres humanos, plantas e animais, intencionalmente ou não. Depois de Colombo, ecossistemas que estavam separados se encontraram e se misturaram, em um processo que Alfred Crosby chamou de Intercâmbio Colombiano (o que levou o milho para a África, a batata doce para a Ásia Oriental e cavalos para a América), fazendo permuta de vários organismos, como insetos, ervas, bactérias e vírus (CROSBY, 2011). A vantagem consistente da qual os britânicos, franceses, holandeses, portugueses e os espanhóis precisavam para conquistar os impérios foi proporcionada pelo imperialismo ecológico (MANN, 2012, p. 15).

A natureza dos objetivos mais frequentes entre estes primeiros navegadores, independentemente de serem clérigos ou viajantes, consistia em três grandes semelhanças: a primeira seria a característica comercial, a busca pelas especiarias orientais como, por exemplo, Portugal que expandiu seu império. O senhor de engenho português Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 368) que esteve na Bahia em meados de 1565 informou na sua obra de 1587 intitulada *Tratados descritivos do Brasil* que nos porões dos navios portugueses, junto com o pau-brasil, desde o início do século dezesseis era possível encontrar as chamadas pimentas ardidas nativas do Brasil cultivadas no México e Antilhas na costa ocidental da África, Europa e boa parte da Ásia. Estes pimentos, do gênero *Capsicum*, quase sempre erroneamente chamados de pimentas e, que não tem qualquer relação botânica com a pimenta-do-reino, estiveram entre as primeiras especiarias americanas que invadiram e conquistaram os pratos e solos europeus, africanos e asiáticos (SANTOS; CONCEIÇÃO; BRACHT, 2011, p. 13).

A segunda é a que proporciona a viabilidade da primeira. Ou seja, a disposição em admitir ignorância, em aceitar que não se sabe o que há para além dos mares e terras que não constavam nos mapas (HARARI, 2018, p. 386). A versatilidade e o senso de indagação que marcaram o homem moderno europeu, permitiram desde a elaboração de uma nau que cruzasse oceanos, até a investigação de quais recursos naturais renderiam lucros à empreitada ultramarina. Esse espírito especulativo pode ser encontrado até mesmo sobre um alimento feito com os animais do Novo Mundo, mesmo sendo considerados monstruosos e feios para uns, saborosos e perfumados para outros. O navegante italiano Américo Vesúpcio (2003, p. 132) que esteve em 1501 em sua primeira visita ao Brasil afirmou na sua obra de 1503 intitulada *Mundus Novus* ver lagartos com duas caudas e, quanto a estes, o viajante alemão Hans Staden descreve onde era comum de avistá-los. Em 1549 Hans Staden esteve pela primeira vez no Brasil e após outra visita escreve em 1557 sua obra intitulada *Dois Viagens ao Brasil* no qual comenta que os lagartos com duas caudas são como um grande lagarto que vivem na água e na terra e, são bons de comer (STADEN, 1930, p. 174). A descrição que une todas essas perspectivas a respeito do lagarto com duas caudas foi feita pelo franciscano francês André Thevet (1978). Tal frade chegou ao Brasil em 1555 e publicou em 1557 a sua obra *As Singularidades da França Antártica* que descreve sobre os jacarés como sendo uma espécie de lagarto, da grossura de um leitão de um mês, com a carne bastante apetitosa, conforme testemunham os que dela provaram (THEVET, 1978, p. 105).

E a terceira é ligada a uma ideologia “cruzadística”, dedicada a guerra contra os infiéis por meio da catequese (CUNHA, 1986). Em 1587, o senhor de engenho Gabriel Soares de

Sousa (1971, p. 114) esteve nas capitâneas de São Vicente e Santo Amaro, locais de ares frios e temperados, como na Espanha. Tais capitâneas possuíam terras férteis para a produção de alguns produtos oriundos da Europa, tais como o açúcar, trigo e cevada. A religião, desde o século XIV na Europa, adentrava sob o estatuto de humanidade, pois era utilizada para conferir uma relação de maior respeito. Portugal no século XVI estava se expandindo, conquistando novos territórios ultramarinos e ampliando os objetos de estudo da filosofia natural<sup>4</sup> com A Carreira das Índias, que possibilitou a construção de novos saberes sobre a natureza. Como se vê, a dinâmica que cerca estas três semelhanças, ou seja, economia, ciência e religião, é profundamente distinta daquela que observamos atualmente. Cruzar os mares, estabelecer novas colônias, expandir império era, ao mesmo tempo, um ato em busca de lucro, conhecimento e religiosidade.

É com uma espontaneidade semelhante, ensinada pela influência da teoria política aristotélica na Idade Média, que os conquistadores ibéricos se sentiram naturalmente detentores do senhorio sobre os habitantes do Novo Mundo, mas agora estimulados também pelo conceito do providencialismo<sup>5</sup> católico e por uma teoria ligada ao estudo da natureza profundamente enraizada no pensamento religioso e filosófico natural. A teoria da grande cadeia do ser preconizava que havia uma profunda e, por vezes, intransponível hierarquia entre todos os seres vivos. No que se refere às diferentes etnias contactadas pelos colonizadores, estas, não escaparam de serem encaixadas na cadeia do ser. Logo abaixo do civilizado e superior europeu. Não nos esqueçamos que, a própria teoria do fixismo, amplamente presente na Bíblia é validada graças a teoria da cadeia do ser<sup>6</sup>.

Ao adentrar em biomas diversos, tomando contato com uma fauna e flora não poucas vezes desconhecidos, os colonizadores europeus produziram uma série de crônicas, tratados, textos e cartas a respeito do mundo natural que os circundava naqueles novos domínios (BARRETO, 1989, p. 37-43). Em um primeiro momento, tais homens coletaram diversas espécies animais e vegetais com o intuito de descrevê-los, nomeá-los e, por fim, classificá-los enquanto itens essenciais à sobrevivência ou com potencial mercantil, enviando-os à Europa e a outras colônias. Tais textos e espécies auxiliaram, de maneira considerável, a forjar a base

---

<sup>4</sup> É o estudo da natureza. Desse modo, tal conhecimento buscava explicar o mundo natural englobando todos os aspectos possíveis, fossem relativos ao habitat, a fisiologia, a utilidade ou hábitos.

<sup>5</sup> É a crença filosófica de que Deus é o verdadeiro protagonista e sujeito da história, e por isso tudo deve ser atribuído à providência divina. O homem é apenas seu objeto, um instrumento nas mãos de Deus (FERREIRA, 2008, p. 663).

<sup>6</sup> A Cadeia do Ser foi amplamente difundida e aceita nos relatos e observações dos viajantes até o século XVIII. Tal teoria propalava que todos os seres da natureza compunham uma única e fixa cadeia, que se iniciava no mais simples organismo unicelular até chegar ao ser humano (que, seria o mais complexo e perfeito). (SANTOS; CAMPOS, 2012, p. 189; HODGEN, 1964, p.433-515; GUNDLING, 2005, p. 24-41).



do conhecimento renascentista europeu acerca do mundo natural (OGILVIE, 2006, p. 229-230).

No caso da América portuguesa quinhentista, foi a região da Mata Atlântica, bioma encontrado por toda costa litorânea do território luso americano, que se estabeleceu enquanto domínio morfoclimático a ser compreendido. A Mata Atlântica, ao longo dos dez mil anos de ocupação, sempre foi um ambiente inóspito para os colonizadores. Sua ocupação, invariavelmente, esteve relacionada à processos de ação humana sobre o meio (DEAN, 1996, p. 19-37). Com o europeu que aportava às bordas desta floresta, no século XVI, não foi diferente. Uma das características físicas marcantes da floresta de Mata Atlântica é sua considerável diversidade florística. Imaginemos o quanto isso se traduziu em uma grande confusão ambiental para os colonizadores quinhentistas. Fato descrito pelo jesuíta português Manoel da Nóbrega enquanto esteve no Espírito Santo em 1549. Nóbrega afirmou que aquele território no qual estava presente, era, para ele, a melhor e mais fértil terra de todo o Brasil (NAVARRO, 1988, p. 114). O que, em diversos aspectos, também foi compreendido enquanto um número de oportunidades e demandas incontáveis. O jesuíta português Fernão Cardim (1980, p. 333-334) enquanto esteve nas terras de Pernambuco relatou exatamente esse deslumbramento, que não foi possível contabilizar a fertilidade dos canaviais que existiam naquelas terras.

Existiam alimentos vegetais e animais com potencial por toda floresta, mas a distância a ser percorrida para se encontrar poderia levar horas (CROSBY, 2011, p. 23-38). Pero Vaz de Caminha foi um fidalgo português conhecido por ser o primeiro autor que documentou em 1500 algumas características do território recém-descoberto, relatando a fauna, flora, geografia e população existente na América portuguesa tropical de uma forma que podemos, hoje, considerar idílica (CARVALHO, 1969, p. 61). Anos após a divulgação feita pelo escrivão da armada de Cabral, não é incomum observar, nos textos dos viajantes e colonizadores do Novo Mundo, trechos que evidenciam um ambiente que até poderia ter a paisagem comparável a um paraíso. O jesuíta português Manoel de Nóbrega se utiliza dessa comparação quando afirma, por amor a Cristo, que a opinião que os europeus possuíam a respeito das terras do Novo Mundo fossem esquecidas. Para Nóbrega, se houvesse um paraíso na terra, o lugar escolhido por ele seria a América portuguesa (NAVARRO, 1988, p. 289-290).

O problema era que os colonizadores tiveram, diante de si, o desafio de descobrir, dentro do que inicialmente parecia ser um exuberante jardim do Éden, o que lhes fosse útil, proveitoso e lucrativo em uma diversidade biológica extraordinária que não implicava em

abundância (GERBI, 1992, p. 67). A diversidade biológica pode ser explicada através da teoria de Darwin, que descreveu o isolamento físico como forma fundamental para a manutenção e aperfeiçoamento das espécies (DARWIN, 1988, p. 63). Pensando que quando espécies de uma determinada planta se encontram no mesmo local, uma praga específica pode acabar com a plantação inteira e, possivelmente, exterminá-las (SANTOS, 2014, p. 95). O mesmo fato pode ocorrer com as espécies de animais (DARWIN, 1988, p. 101).

O cronista português Pero de Magalhães Gândavo (1963, p. 5) que escreveu, em 1576, a *História da Província de Santa Cruz*, que entrelaça preocupações mercantis com os tópicos do paraíso terrestre, para descrever uma terra que “[...] é tal, e tão favorável aos que a vão buscar, que a todos agasalha e convida com remédio, por pobres e desemparedados que sejam”. Com isso, a colonização se torna condição indispensável à edenização da natureza, afirma Souza (2009, p. 2). Influenciando a ideia de um paraíso terrestre, a tradição clássica mencionava, por exemplo, um complexo de ilhas afortunadas que se encontravam, em algum lugar, em mares orientais distantes. Tais ilhas eram repletas de fecundidade com um clima paradisíaco (SEIXAS, 2003, p. 22-25). Os indícios físicos que constatavam a semelhança do Novo Mundo com o Jardim do Éden eram disseminados por algumas marcas e sinais. O frade italiano Tomás de Aquino nascido em 1225 foi um dos mais importantes proponentes da teologia natural e da tradição Escolástica e, segundo ele, o Jardim do Éden era repleto de plantas e árvores e, era uma terra desconhecida de todos (AQUINO, 2002, p. 695). Estas características também eram encontradas nos relatos do Novo Mundo e foram sinais para assemelhar as terras recém-descobertas com o paraíso do Éden. A exemplo disso temos os papagaios, que são aves consideradas como pertencentes ao paraíso, pois, eram animais que haviam mantido a fala concedida por Deus enquanto ainda habitavam o paraíso terrestre (FOUCAULT, 1999, p. 34-35). O jesuíta português Fernão Cardim (1980, p. 51), o calvinista francês Jean de Léry (1961, p. 151) e o senhor de engenho português Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 228) relataram em seus escritos que, a maior maravilha das espécies que eles conheceram de papagaio pertencia ao Novo Mundo, pois, era uma ave que entendia o que seu dono falava e obedecia os comandos, como, por exemplo, diziam para eles cantarem e, estes cantavam.

A verificação de uma natureza tão complexa e peculiar desafiava tanto os filósofos naturais quanto os *curiosi*. A questão era descrever e classificar essas novas espécies encontradas na América, acomodando as, até então, existentes ou formulando novos métodos classificatórios (DIAMOND, 2008; DEAN, 1996). Ao desembarcarem do outro lado do Atlântico, as descrições e espécies dos animais e vegetais da América portuguesa

influenciaram a maneira e a dinâmica de como se concebia a filosofia natural na Europa daquele período (PAPAVERO; TEIXEIRA LLORENTE-BOUSQUETS, 1995, p. 38-44). Somente da América portuguesa quinhentista, chegaram até a Europa, ao longo do século XVI, mais de 800 descrições diferentes de plantas (BRACHT, 2013, p. 27). Tal impacto epistemológico seria sentido por quase toda modernidade, fazendo parte efetiva da grade de mudanças na estrutura da filosofia natural processada ao longo dos séculos XVI e XVII (DEBUS, 2002; FOUCAULT, 1999).

Neste amplo contexto, alimentação e caça tornaram-se questões mais profundas do que se pode pensar inicialmente. Elas não somente foram incorporadas nas práticas culturais dos colonizadores, como também possibilitaram a sobrevivência destes. Tais hábitos, para além de sua função estritamente nutricional, permitiram a criação de relações e laços, criando espaços de identidades e sociabilidades, tornando-se uma tática de sobrevivência que obrigatoriamente antecede qualquer projeto colonizatório.

### **1.1 Da história natural à filosofia da natureza**

Comer é tanto uma necessidade biológica-fisiológica quanto social e cultural. Come-se para alimentar o corpo (e a alma). Não raramente, o hábito da comensalidade é associado a ritos de celebração: celebrar a boa caça, as boas safras na lavoura, as conquistas na guerra, os nascimentos, os casamentos, a vida e o fim da mesma. É no momento da comensalidade que os hábitos alimentares, e tudo que os envolve (do preparo à degustação), ganham destaque como elementos importantes na constituição da identidade de um povo e, atrelado a eles, vem a gastronomia (FLANDRIN; MONTANARI, 1998). Dentro dessa perspectiva formativa, cada povo possui elementos que constituem a sua identidade gastronômica: fatores naturais, culturais, sociais e históricos, que se aperfeiçoam ao longo do tempo e dão singularidade à sua gente pelo que comem, pelo modo que comem.

Ao falar da história da gastronomia brasileira, identifica-se um significativo divisor de águas: a chegada do europeu ao Novo Mundo. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa, em 1500 existiam entre um milhão e cinco milhões de indígenas no Brasil, divididos em 1.400 tribos indígenas e 1.300 línguas diferentes (IBGE, 2002). As principais tribos faziam parte de um grupo muito amplo conhecido como tupi, nome dado devido a língua que falavam. Os tupis não eram uma nação indígena homogênea, sendo difícil delimitar a área exata que cada tribo indígena ocupava no litoral do território brasileiro. Com a presença dos europeus, as reações dos indígenas foram diversas, indo de alianças às

resistências. No caso dos grupos étnicos tupi e tupinambá, os costumes são mais conhecidos por conta dos registros que deles fizeram os jesuítas e os viajantes europeus durante o período colonial.

Os termos tupi e tupinambá eram empregados para designar os povos que, pela semelhança de língua e costumes, predominavam no litoral no século XVI; já os Tapuias correspondiam aos grupos do tronco linguístico que não falava a “língua geral” (MONTEIRO, 2001). Tais estatísticas das populações nativas nos permitem um vislumbre da imensurável diversidade alimentar presente em cada uma destas etnias indígenas. O que, obviamente, nos leva a especular quão dinâmico pode ter sido o intercâmbio em campos como o alimentar e todos os outros à volta deste. Técnicas de cultivo, caça, conservação, processamento de alimento, preparo são alguns dos relevantes campos do notório saber indígena acerca do ato de se alimentar.

Os primeiros registros sobre a alimentação nas novas terras dividem-se entre situações de fome; comidas difíceis de engolir e banquetes fartos e frescos presentes nas mesas dos senhores de engenho. Duas faces distintas de uma mesma mesa, geradas por situações diversas. As primeiras produções, dentro da literatura de viagem, feitas pelos cronistas, navegadores, corsários, religiosos e aventureiros de várias espécies começaram a chegar à Europa com duas visões: a nova terra era, ao mesmo tempo, um paraíso terrestre e um terraço do inferno, um lugar sem lei, sem religião, sem cultura, sem educação, sem comida boa e sem rei (BELLUZO, 1999, p. 10; BARRETO, 1989, p. 401-438; MOTA, 1985, p. 51).

A seleção dos repertórios alimentares operou de modo distinto nas diferentes regiões da colônia. Tributários dos modos de vida que se constituíam nestes lugares, os colonos dinamizavam os seus hábitos na medida em que eram impossibilitados de transferirem sua bagagem gastronômica. Frente a situação de escassez, esta, causada por um desconhecimento sobre o território e os animais que poderiam compor uma refeição, o colonizador, em muitos casos, adequou-se à necessidade e reelaborou o seu modo de vida que trouxera consigo da Europa. Reconfigurando-se em uma nova existência e esboçando uma nova identidade alimentar.

Mesmo antes dos elementos gastronômicos do Velho Mundo mesclarem-se aos da cultura indígena em um mesmo prato, a cozinha nativa já era farta e vasta em seus ingredientes e modos de preparo. A comida era baseada na caça, pesca, coleta e em técnicas próprias de preparo e conservação que variavam em cada tribo indígena. Neste cenário, vislumbramos a primeira cozinha que, apesar de ser oriunda de um contato entre o Velho e o Novo Mundo, era essencialmente indígena (CUNHA, 1992). A exemplo de um prato típico do preparo dos tupinambás, o viajante alemão Hans Staden descreve como era preparado o

mingau. Staden (1930) afirma que, quando os índios cozinhavam peixe ou carne, colocavam pimenta verde dentro do animal. E, após um tempo de cozimento, retiravam o caldo e faziam dele um “papa fina”, no qual, chamavam de mingau. Tal bebida era colocada em vasilhas, na qual, os indígenas denominavam como cabaças (STADEN, 1930, p. 164).

Tendo em vista que cada grupo social possuía modelos de conduta específicos e, conseqüentemente, padrões alimentares adequados à própria realidade, é possível vislumbrar a dificuldade com a qual um grupo abrirá mão de alguns de seus referenciais sem prejuízo de sua identidade. Como é o caso descrito pelo jesuíta Fernão Cardim (1925) ao descrever o peixe boi. O autor ressalva que tal peixe é muito estimado pelos nativos e, quando preparado cozido, é muito gostoso e parecido mais com a carne de vaca do que com a carne de peixe (CARDIM, 1925, p. 79-80). A partir da descrição da época moderna como um período de contato de culturas tão distantes umas das outras, que possa ser considerado enquanto sem precedentes na história da humanidade, é perceptível que esta conjuntura possibilite a observação de diversos processos de reelaboração de modos de se alimentar e, portanto, de agir. Uma das conseqüências direta das grandes navegações.

A leitura e análise das fontes documentais que remontam à presença de mamíferos nativos na região da Mata Atlântica, no século XVI, traz informações relevantes sobre a visão dos primeiros exploradores a se depararem e descreverem seres completamente desconhecidos pela filosofia natural do início da Era Moderna. Os *curiosi*, portanto, deram início a um meticuloso mapeamento do então exótico ambiente tropical. Tentaram adequar catetos, pacas e capivaras aos animais constantes em inventários que têm sua origem em bestiários medievais. Como exemplificação dessas descrições do desconhecido, os catetos foram citados pelo jesuíta português Fernão Cardim (1925, p. 37) no quesito odorífero, pois, possuíam o cheiro parecido com o de uma raposa. As pacas foram analisadas na semelhança com as unhas do cachorro, percepção relatada pelo senhor de engenho português Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 252). Para além das questões físicas, o gosto da carne da capivara foi analisado pelo viajante alemão Hans Staden (1930, p. 173) como similar ao gosto da carne do porco europeu.

Através do exemplo de Staden (1930), o conceito de cozinha delimitado pelo antropólogo britânico Jack Goody (1982), pode ser um conceito que, muitas vezes, extrapola as delimitações de um lugar arquitetônico, podendo ter um sentido geral ou particular relativo ao universo de ritos e técnicas que envolvem o ato de preparar um alimento. A categoria “comida” não deve ser vista como única, precisa e objetiva, mas sim, como algo mais amplo que pode tanto designar subgrupos de alimentos de acordo com o valor nutricional, como os

seus usos culturais, sua importância emocional e mesmo uma combinação de todos esses aspectos (GOODY, 1982, p. 103-156).

Para o antropólogo Claude Lévi-Strauss (1968) a cozinha, assim como a linguagem, é uma forma de atividade humana universal. O ato de comer é comum aos seres humanos seja pela necessidade de sobrevivência, ou pelo aspecto social, já que tal ato pode estabelecer relações entre si. O universo alimentar entre o fim da Idade Média e início da Era Moderna era cercado por um caráter preventivo e curativo, próprio do galenismo medieval. Tal princípio considerava o corpo humano um microcosmos, ou seja, o espelho do universo. Este, um macrocosmo (SANTOS; FAGUNDES, 2010). A saúde resultaria num equilíbrio, numa relação harmoniosa dos quatro humores (Teoria Humoral) e de suas qualidades (quente, frio, seco e úmido) no corpo humano<sup>7</sup>. O desequilíbrio interno dos humores e de suas qualidades provocaria a doença. A dietética sempre teve o homem como centro de sua atenção. Isso transparece nas próprias receitas que, às vezes, parecem conselhos para uma vida “saudável”. A exemplo disso, o senhor de engenho português Gabriel Soares Sousa (1971, p. 243-244) relata como os nativos americanos buscavam nos alimentos a cura para determinadas enfermidades. No caso do enfermo possuir câmara (diarreia), os nativos retiravam os ossos da anta e ferviam junto com um pouco de água, para que pudessem beber e se curarem.

## 1.2 Integrar ao se adaptar

Os livros de receita surgiram de uma necessidade de registrar as receitas produzidas, experimentadas e criadas a partir das experiências na cozinha, permitindo pensar o que se cozinava nas cortes da Europa e como eram servidas as mesas reais, no que se sonhava ser a comida dos reis (MOYANO, 2010, p. 57). Quanto à tipologia documental, os livros de cozinha têm caráter de manual, na medida em que contêm noções essenciais acerca de uma ciência e de uma técnica (FERREIRA, 2008, p. 520); um guia de conselhos que visa à prática, desde a organização de banquetes até as refeições domésticas do cotidiano. No final do século XV circulava em Portugal o *Tratado de cozinha portuguesa*, também conhecido como *Livro de cozinha da Infanta Dona Maria*, receituário de grande riqueza, com 67 receitas divididas

---

<sup>7</sup> Essa prática era baseada no entendimento, segundo o qual, as enfermidades eram causadas pelo desequilíbrio de pelo menos um dos quatro humores corporais, quais sejam, sangue, fleuma, bile negra e bile amarela (GATELY, 2001, p. 39-40). Segundo os princípios galênicos, os humores podiam ser afetados por diversas variáveis, entre as quais estava incluída a dieta do doente (DEBUS, 2002, p. 14; GATELY, 2001, p. 39-40). Neste sentido, as teorias humorais hipocrático-galênicas preconizavam que a cura para determinada doença poderia ser alcançada a partir da ingestão de algum alimento/mezinha que tivesse propriedades contrárias àquelas do humor afetado.

em quatro seções: carne, ovos, leites e conservas. Trata-se de uma obra rara, sob a guarda da Biblioteca Nacional de Nápoles (ARNAUT; MANUPPELA, 1967, p. 11-35). Uma análise prévia desse manuscrito evidencia não somente o que era consumido pelos nobres portugueses, mas, também, que houve um amplo intercâmbio de ingredientes do Novo Mundo para as despensas portuguesas.

A exemplo desse intercâmbio e dessas práticas culinárias da Europa do século XV e XVI, explicaremos como se fazia uma receita de pastéis de carne. A carne utilizada para o preparo desse pastel, poderia ser a de carneiro, vaca, porco ou a de galinha. A utilização de especiarias, juntamente com a carne escolhida, se dava a partir da união do açafraão, pimenta, gengibre e coentro. Em sequência, retiramos na íntegra a receita para que possamos ter dimensão de como eram preparados e apreciados:

Tomarão carneiro ou lombo de vaca ou de porco fresco e toucinho velho, porque põe sabor, e picá-lo-ão com cheiros e um colher de manteiga e cravo e açafraão e pimenta e gengibre e coentro seco e sumo de limões ou de agraço: tudo junto muito bem afogado numa panela ou tigela de fogo; e dêis que for muito bem afogado, pô-lo-ão a enfriar. E depois de muito bem frio, deitá-lo-ão nos pastéis que já estão feitos; então levá-los-ão ao forno e, depois que forem tirados do forno, deitar-lhes-eis caldo amarelo dentro nos pastéis e a massa dos pasteis será dura e os pastéis altos. E desta própria têmpera se fazem os de galinha, e também se fazem pastéis de panela desta têmpera, salvo que a galinha há-de ser feita em peças e cada peça sobre si. E para estes pastéis serem muito mais saborosos, deitarão na massa a carne crua. (ARNAUT; MANUPPELA, 1967, p. 11-12)

O preparo de tal receita comprova que o intercâmbio de ingredientes e sabedoria era crescente no contexto do processo colonizatório europeu. As demandas pelas carnes e especiarias ampliam as possibilidades de sabores e preparos. O homem, neste contexto gustativo, aprecia o alimento de acordo com o gosto, por meio de sensações que causam em seu corpo (SAVARIN, 1995, p. 40-61). Os temas das cozinhas e das mesas local, regional e nacional revelam os tempos da memória gustativa, e têm suas origens numa riqueza étnica e cultural que inventou uma mesa ampla, com receitas variáveis. A tríade memória, tradição e identidade faz com que a comida, além de ser a imagem de um determinado grupo, é considerada um patrimônio familiar, cultural e histórico (SANTOS, 2011, p. 80-110).

A alimentação quinhentista manteve a maior parte das características da medieval (OLIVEIRA, 1998, p. 618-626). A principal diferença encontrava-se nas despensas portuguesas. Muitos ingredientes não provinham do Além-Tejo, Reino de Espanha ou Oriente. Especiarias e outros ingredientes do Novo Mundo disputavam espaço com potes de pimenta do reino e pernis de porcos defumados. A carne na Península Ibérica era um produto

de luxo. Foi a base da alimentação dos grupos abastados, sendo o seu consumo um símbolo de status e um critério essencial do nível de vida.

Consumiam-se na Península Ibérica as carnes de vaca, vitela, carneiro, cordeiro, cabrito, porco, javali, coelho, láparo, lebre, veado, gamo, além de aves de capoeira e de caça, de entre as quais se contam galinha, frango, frangão, ganso, perdiz, perdigoto, galinhola, narceja, capão, pato, além, pombo, rola, tordo, codorniz e tarambola. A carne era obtida diretamente através da caça e, sobretudo, adquirida em feiras, mercados e tendas. Daí a existência de marchantes (mercados) de carne, esfoladores, cortadores, carnicheiros, galinheiros, cabriteiros e homens e mulheres que vendiam peças de caça as quais eram preparadas nas casas dos consumidores e nas tabernas (OLIVEIRA, 1998, p. 209-214).

A carne era servida albardada, em almôndegas, assada, cozida, desfeita, em ensopado, estufada, em cuscuz, frita, defumada, em pastéis, picada, recheada e em torresmos e enchidos diversos, integrando inclusive doces como o manjar branco. Os pratos de carne eram acompanhados com pão, outras carnes, nomeadamente toucinho, presunto e chouriço e por molhos, havendo ainda guarnições de legumes. De fato, o consumo de proteínas ocupava um espaço considerável no universo social e alimentar português. No livro da Infanta Maria encontramos uma receita de pastel de marmelo que exemplifica a multiplicidade de misturas feitas no paladar do homem europeu.

Pegavam os marmelos bárbaros e cortavam em quartos. Pegavam os ovos, que serão três, e cozê-los-ão na água. Sejam muito duros, e quebrá-lo-ão. Então tomareis a gema partidas por a metade com os tutanos de vaca, passareis uma fervura por eles, então cortá-los-ão e, depois de cortados estes ovos com os tutanos, que serão quatro, então tomareis o açúcar pisado e canela – cada cousa sobre si e deitareis uma camada de açúcar no pastel. Então porão os quartos dos marmelos e dos ovos e dos tutanos, e deitarão outra camada de açúcar e canela. E em cima colocam manteiga para cobrir e levam ao forno. A manteiga não deixará a receita rosada e deixá-los-ão cozer de maneira que não fique muito seco (ARNAUT; MANUPELLA, 1967, p. 61-62).

Na receita de pastel de marmelo, a carne de vaca era degustada com canela e açúcar, o que demonstra a destreza no tempero e junção de sabores. Percebiam que tal mistura gastronômica pode explicar as manifestações culturais arraigadas no contexto do século XV e XVI, já que o que se come, como se prepara e o que é apreciado abrangem a miscigenação cultural (SANTOS, 2011, p. 104-18). Apesar da diversidade de espécies consumidas e dos inúmeros modos de preparo havia uma hierarquia traduzida na qualidade e no preço. No que se refere às carnes, as carnes de açougue eram consideradas pesadas, por isso, o consumo acentuado de aves ao longo do medievo foi destacado, especialmente as aves maiores



(FLANDRIN; MONTANARI, 1998, p. 643). Na modernidade essa tendência ganhou outras nuances, a quantidade de espécies de aves consumidas caiu vertiginosamente, enquanto o consumo das carnes de caça aumentou. As carnes de açougue, por sua vez, se faziam cada vez mais presente às mesas abastadas, a ponto de surgirem cortes especialmente voltados para determinados tipos de preparações (FLANDRIN; MONTANARI, 1998, p. 643-648). As carnes mais caras e mais apreciadas eram a de carneiro, seguindo-se a de vitela e a de vaca, havendo ainda que referir as peças de caça, obtidas através da compra e, sobretudo, dos passatempos da aristocracia (LÓPEZ, 2012, p. 23-108).

Se levarmos em conta a despensa real de D. Joao III, em novembro de 1524, podemos verificar o importante peso da caça. As peças de caça representavam 40,25% das espécies consumidas (SANTOS; FAGUNDES, 2010, p. 33). Diante deste contexto, não é difícil imaginarmos quão atraente eram as cartas e crônicas com descrições de catetos carnudos, capivaras suculentas e cotias saborosas. Estes, acessíveis a todo colonizador que pudesse dedicar algum tempo de sua extenuante rotina na colônia. O jesuíta português Manoel de Nóbrega enquanto estava no Espírito Santo durante o século XVI, local onde ele considerou como mais fértil da América portuguesa, afirmou que há muita caça e abastada de pescado (NAVARRO, 1988, p. 114).

Além de produzir o alimento, também é preciso construir as ferramentas e os utensílios como armadilhas, canoas, cestos, arcos e flechas, machados, zarabatanas, entre outros, necessários para realizar as tarefas. Para cada uma dessas atividades, os indígenas deveriam conhecer muito bem a região onde viviam: quais eram as épocas de chuva e de seca; como era o comportamento de cada animal; qual a época em que os frutos amadureciam e qual era o melhor período para plantar e colher. Gabriel Soares de Sousa enquanto esteve na América portuguesa durante o século XVI, especificamente perto do Rio Martim Afonso até o porto de São Pedro, descreveu como os nativos americanos delimitavam o local de plantação, moradia e pesca. O senhor de engenho português afirmou que os nativos americanos residiam ao longo da costa, pois, encontravam grandes pescarias e, também, faziam estrategicamente os seus portos, onde entravam algumas caravelas. Nesses sítios, produziam todos os frutos que eles plantavam, pois, calculavam em suas roças e lavouras, o afastamento do plantio do mar de três ou quatro léguas, por estarem lá mais abrigados dos ventos do mar, que cursam no inverno (SOUSA, 1971, p. 121). Relatos como o de Sousa (1971) descrevem o cotidiano dos residentes nativos do Novo Mundo e, comprovam características intelectuais e os hábitos dos mesmos.

A divisão das tarefas dos nativos americanos consistia em delimitar os homens para assar e as mulheres para serem responsáveis pelo cozimento dos alimentos caçados e pescados. Para o uso na cozinha as mulheres produziam panelas de barro. Com a cocção<sup>8</sup> dos alimentos elas garantiam a melhoria das condições sanitárias da alimentação e ainda promoviam, entre os colonizadores, técnicas como: enterrar o alimento a fim de provocar a fermentação e a decomposição parcial. O viajante francês Jean de Léry, em 1557, em sua obra, *História de uma viagem feita à terra do Brasil*, descreve diversos costumes indígenas sobre a alimentação e o modo de preparar, dentre eles, o moquém, que serve principalmente para conservar os alimentos, desidratando-os, mas, conservando seu sabor. É um processo que lembra o fumeiro usado pelos europeus. A carne fica meio assada, sendo necessário normalmente levá-la novamente ao fogo para o consumo:

[...] quanto ao modo de cozinhar e preparar a carne, nossos selvagens a fazem, moquear, na forma de seu costume. [...] infincam em suficiente profundidade na terra quatro forquilhas [...] formam uma grande grelha de madeira, que na sua linguagem chamam de *moquem* [...]. (LÉRY, 1961, p. 207).

Os povos indígenas da América portuguesa quinhentista foram os maiores informantes dos colonizadores acerca de onde e como capturar algum animal silvestre, já que possuíam um conhecimento estratégico e tático. Milhares de anos de saberes acumulados pelos indígenas acerca de comportamentos, hábitos alimentares, técnicas de caça e preparo da carne dos mais diversos animais da rica fauna da Mata Atlântica foram transmitidos aos colonizadores. Esta troca, por vezes, desigual, promovida entre nativos americanos e europeus, durante os primeiros decênios da colonização, deu tamanha vantagem aos colonizadores que, até hoje, ainda tentamos mensurar a mesma. Gândavo (1980, p. 12) escreveu a respeito desse conhecimento vivenciado entre colonizadores europeus e nativos americanos. Relata que a caça era uma das coisas que sustentavam e abastavam os moradores da América portuguesa, já que os matos são generosos de diversas maneiras. Como os nativos dedicavam grande parte do seu tempo em atividades relacionadas à alimentação, obtinham os alimentos através de expedições de caça e de pesca (MANN, 2012). O cronista português relata através da experiência e observação com os nativos, quais eram as melhores táticas e estratégias para obtenção da caça. Em seu relato, Gândavo (1980, p. 12) diz que os índios matam a presa escolhida através de flechas, laços ou fojos produzidos e armados onde os

---

<sup>8</sup> Cocção ato de cozinhar os alimentos, que antes eram comidos crus (FERREIRA, 2008, p. 343).

animais costumam passar. Sem essas minúcias na percepção, provavelmente, os colonizadores europeus não teriam sobrevivido e se adaptado as terras do Novo Mundo.

### **1.3 O gosto pela caça: da destreza útil da caçada**

O que dizer da relação entre a caça, pesca e história? A caça e a pesca são praticadas desde os tempos mais remotos. Para o gastrônomo francês Brillat Savarin, no século XVIII, “Entendem-se por animais de caça aqueles animais bons de comer que vivem nos bosques e nos campos, no estado de liberdade natural” (SAVARIN, 1995, p. 87). Para o autor, as espécies que podiam ser incorporadas à alimentação do homem são muito amplas. Para enfatizar tal compreensão, o gastrônomo francês fez uma divisão da classificação no que diz respeito à caça em três classes: A primeira incluía as aves menores; a segunda começava com a codorna e ia até a lebre, denominada “caça propriamente dita” e a terceira constituía os animais maiores como o veado, javali, porcos monteses e outros animais (SAVARIN, 1995, p. 88).

A caça é uma via de entrada para compreendermos como determinados grupos se organizam, como se estruturaram para sobreviver em locais ou momentos inóspitos. O historiador Massimo Montanari (1998) nos lembra da existência de uma profunda diferença entre a atividade de caça dos camponeses e a dos senhores. Para os primeiros, voltar para a casa com uma lebre ou uma perdiz significava a garantia de que as próximas refeições contariam com alguma porção de proteína. Já para os senhores, um veado adulto ou um javali com suas grandes presas eram, antes de tudo, troféus. Símbolos de virilidade, status (pois geralmente se caçava nos domínios do senhor) e saber necessário para antecipar e encurralar a fera em seu ambiente natural. Para o antropólogo Raul Lody (2008) diferentes grupos sociais ou étnicos, buscam na natureza aquilo que possui alguma referência nutricional, cultural, social e ou religiosa. Há um sentimento telúrico que envolve o ato de caçar. Neste contexto, a concepção de ingredientes e processos culinários obrigatoriamente possuem sentidos e significados próprios (LODY, 2008, p. 25).

Imaginemos o impacto causado nos colonizadores quando estes se depararam com culturas que, em sua grande maioria, concebiam o ato de caçar tanto como uma necessidade para suprir demandas calóricas quanto uma atividade cercada por inúmeras simbologias e prestígio. Um caçador indígena experiente que navegava nos mares, buscava tanto a própria nutrição e de seus familiares quanto a representatividade de destreza. Durante a navegação de Jean de Léry (1961) que perdurou nove meses pelos litorais da América portuguesa, ele relata

a simbologia e a obtenção de proteína da caça visada pelos nativos americanos em busca de um grande-peixe. O calvinista relata que, quando surgiu um grande peixe, os indígenas o tomaram pela borda com as garras e colocaram dentro de suas barcas de casca de árvore. Observando tal façanha, Léry (1961, p. 169-170) descreve que os nativos cortaram a mão de tal animal se utilizando de uma foice. O relato minucioso do francês analisa a mão com cinco dedos e a cabeça como membros semelhantes às características humanas.

O colonizador, ao direcionar o olhar para a terra à sua volta, começam a enxergar os aspectos peculiares que compõem um ambiente distinto daquele ao qual ele estava habituado (CORRÊA, 2006, p. 85). É sabido que, uma vez supridas as necessidades básicas de sobrevivência aflora uma série de questões que, para os pesquisadores da história e cultura da alimentação, é um “prato cheio” no sentido de entender as práticas, os hábitos, as representações, o entorno à mesa do ritual de se alimentar e seus significados que se apresentam no ato de comer.

À primeira vista, a Mata Atlântica parece ser exuberante e abundante em frutas e animais. Porém, a Mata Atlântica em nada, além do visual, se parecia com o paraíso inicialmente descrito (CUNHA; CASTRO, 1986) e tampouco a natureza que se apresentou aos europeus era tão provedora e acalentadora como inicialmente se supunha. O que ocorreu foi que a própria floresta se constituiu como um desafio de grandes proporções. A América tropical apresentou-se, a partir da junção de vários elementos, em um complexo biogeográfico no qual os colonizadores, seu modo de vida, a preservação de seus costumes e sua própria sobrevivência, encontraram um importante obstáculo natural (CROSBY, 1993). De fato, a diversidade de animais e plantas era relevante, e ainda havia a ideia de uma suposta fertilidade excepcional da terra. Contudo, não podemos esquecer que não era tarefa fácil encontrar e capturar um animal na densa Mata Atlântica, e a aplicação das técnicas de plantio, caça e pesca usadas tradicionalmente pelos portugueses, não se aplicava à nova realidade geográfica e climática. Hans Staden (1930) relata justamente esse ponto de vivência. Para o aventureiro, a América era uma grande terra com muitas nações selvagens e com muitas diferenças em suas línguas (STADEN, 1930, p. 132). O alemão relata que os nativos americanos andavam nus e não tinham por alimento animais domésticos, nem possuíam coisas para suas subsistências das quais os europeus se utilizavam. Os povos nativos americanos não se utilizavam de vestimentas, camas, cavalos, porcos e vacas; nem possuíam vinho e cerveja. Além do mais, afirma Staden (1930, p. 21), os colonizadores europeus, tiveram que se arranjar e viver ao modo de vida do Novo Mundo.

Passou a ser primordial o desenvolvimento de novas estratégias e técnicas que auxiliassem os colonizadores em sua tentativa de estabelecimento. Um dos meios encontrados pelos portugueses, foi a observação do modo empregado pelas diversas etnias indígenas para obter alimentos de forma eficiente e segura, assim como das técnicas utilizadas por eles para a conservação dos mesmos (quando isso fosse possível). Jean de Léry (1961) observou e descreveu uma técnica de conservação indígena denominada moquém. O francês afirma que, como os nativos americanos não salgavam suas comidas para poder armazená-las por um período maior de tempo, como era feito na Europa, os indígenas assavam o alimento para poder conservá-lo (LÉRY, 1961, p. 207). Além de ser um delicioso modo de preparo de alimento indígena, a técnica denominada moquém tinha ainda outra vantagem: a eficiente conservação da comida. No moquém, boa parte dos fluidos corporais do animal, especialmente o sangue é mantido nos tecidos musculares. O sangue, por ser um fluido rico em ferro e sódio, acaba proporcionando uma refeição rica em sal. Este, primordial à dieta humana (CINTRA, 2014). Algo que poderia fazer a diferença quando a fonte mais próxima de sal mineral se encontrava a dezenas ou centenas de quilômetros.

As diferenças entre o Novo e o Velho Mundo extrapolavam, obviamente, o domínio morfoclimático da fauna, flora e biomas. Este tema era considerado central por muitos cronistas que se dedicaram a descrever o cotidiano colonial no século XVI. Os colonos, à medida que se fixavam nas capitâneas e vilas, traziam consigo os alimentos componentes de sua herança alimentar. Animais de corte, há milênios, domesticados como gado, carneiro e o porco formavam a base da tradição culinária da maioria das culturas europeias (DIAMOND, 2008, p. 131-175).

Não devemos subestimar o poder colonizatório de animais domésticos como porcos, galinhas e vacas. Historicamente, a domesticação de espécies sempre representou uma vantagem estratégica e logística considerável para as civilizações que detinham tal saber. Fornecimentos constantes de proteína e gordura, peles para se proteger das intempéries, força motriz visando otimizar processos de cultivo, a vantagem bélica proporcionada por uma montaria ou mesmo um sistema imunológico mais experiente estão entre os mais notáveis exemplos de superioridade oriundos dos animais domésticos (CROSBY, 2011; DEAN, 1996; DIAMOND, 2008; GERBI, 1992; MANN, 2012).

Este exército que relincha, murge e grunhe sempre esteve ao lado dos conquistadores e colonizadores europeus. Eram passageiros frequentes dos porões das naus que zarpavam do Velho Continente rumo às novas possessões. Obviamente, cada nova possessão portuguesa tinha seu próprio domínio morfoclimático. Em cada um deles, os animais domésticos trazidos

pelo colonizador apresentavam um desempenho diferente. Na América portuguesa os animais domésticos recém-desembarcados do Velho Mundo tiveram de enfrentar, tanto quanto seus senhores, inúmeros obstáculos para se estabelecerem nas bordas da Mata Atlântica. A diversidade geográfica e climática da América portuguesa possuía, ao menos, sete diferentes domínios morfoclimáticos. Ou seja, a cada domínio os animais introduzidos pelo colonizador, durante o processo de expansão, tinham sua resiliência testada, seja por fatores ligados às novas condições climáticas ou pela mudança na dieta alimentar (REITZ, 1992, p. 84-91). O que, não raramente, implicava em um possível retardo da proliferação e mantimento de uma fonte de proteína que, em teoria, deveria estar sempre à disposição (SANTOS; CONCEIÇÃO; BRACHT, 2013, p. 349-350). Neste último caso, podemos elencar o porco doméstico europeu (*Sus scrofa domesticus*) que, apesar de ser uma considerável fonte de proteína e gordura, não possuía um sistema homeostático tão bem adaptado aa regiões com alto grau de insolação (CROSBY, 2011).

A primeira menção sobre o uso de animais em território brasileiro ocorre justamente no primeiro documento redigido em território nacional, a Carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei Dom Manuel I, acerca da chegada dos navegadores portugueses ao Novo Mundo em maio de 1500 (GERBI, 1992). O escrivão lusitano tece comentários sobre os ossos utilizados como adornos atravessando bocas, narizes e orelhas. Caminha também é o primeiro a notar a ausência de criação doméstica de animais para consumo dentre os chamados bravios. Ele descreve a ausência de bois, vacas, cabras, ovelhas e galinhas. Caminha toma o cuidado de observar e descrever o costume nativo de comer uma planta parecida com o inhame (CAMINHA, 1993, p. 17). A ausência de animais domésticos europeus também foi notada por Amerigho Vespucci (Américo Vespúcio), mercador italiano que explorou as águas do Atlântico no início do século XVI, tendo chegado à América Portuguesa, na baía de São Sebastião do Rio de Janeiro, no dia 1 de janeiro de 1502 (PEREIRA, 1999, p. 13). Em carta escrita ao seu patrocinador, Lorenzo dei Medici, no mesmo ano, Vespúcio (2003, p. 184) descreve as terras ora encontradas e dedica algumas palavras à fauna local e à caça dos indígenas: “Quando podiam [os índios] obtinham outras carnes<sup>9</sup> de animais ou de aves, mas, não a capturavam com cães”.

Ao empunharem uma pena para descreverem as maravilhas de um Novo Mundo, com a qual estavam tendo contato pela primeira vez, tanto Caminha quanto Vespúcio (2003) tinham de ser extremamente meticulosos e, ao mesmo tempo, práticos. Seus patrocinadores,

---

<sup>9</sup> A outra carne que Vespúcio faz referência era a carne humana, acerca do canibalismo praticado pelos índios.

ávidos por notícias não buscavam somente, ao financiar tal empreitada, matar suas curiosidades acerca do que havia para além de mares nunca antes navegados. Havia, claro, uma demanda cada vez maior em se observar, descrever e compreender os fenômenos e criaturas que circundavam a existência humana. Mas, paralelas a essa demanda do homem moderno, havia outras necessidades igualmente relevantes, como a econômica. Era necessário saber dosar a pena, não descuidando do que era exótico, curioso, possivelmente lucrativo e potencialmente problemático. Ficar atento aos animais consumidos pelos nativos, ou à ausência de animais domésticos nos revela o quanto as questões logísticas ligadas a alimentação, eram consideradas importantes neste período. A constatação de Vespúcio (2003) sobre a inexistência de bois, vacas, cabras e galinhas revela que os europeus eram plenamente conscientes da importância dos animais domésticos enquanto uma vantagem logística e estratégica<sup>10</sup>. O poder conferido por esse exército que muge, relincha e guincha parece nunca ter sido subestimado pelos colonizadores. Da América portuguesa à Goa, portugueses por exemplo, sempre se preocuparam e reservar parte dos porões de suas naus a uma tripulação que, muitas vezes, era quadrúpede.

Neste momento, os colonizadores tiveram que voltar sua atenção à preciosa fonte de proteína que se encontrava mata adentro. Queixadas e catetos, mamíferos da Família Tayassuidae com ampla distribuição geográfica pelo Novo Mundo, eram animais com populações relativamente abundantes. O jesuíta espanhol José de Anchieta (1988, p. 436) enquanto esteve no Brasil em 1553 percebeu que não faltavam porcos monteses e outras muitas caças em abundância. Entretanto, apesar dos porcos nativos americanos compartilharem um antepassado em comum com os porcos domésticos ibéricos, estes animais em nada se assemelhavam ao comportamento manso e submisso do porco. De fato, mesmo predadores de topo de cadeia como onças e suçuaranas temem um confronto direto com estes javalis dos trópicos armados que podem chegar a pesar 40 kg e são armados com presas que podem atingir até 12 cm de comprimento de parte exposta (MAYER; BRANDT, 1982). Para além de sua anatomia intimidadora, queixadas e catetos tem comportamento gregário, ou seja, formam bandos compostos por até 300 indivíduos (NOWAK; PARADISO, 1983).

---

<sup>10</sup> A lógica dos agricultores do século XVI de possuírem animais domésticos, propiciava a estratégia de, por exemplo, o gado, prover carne, leite, couro e energia (através do arado). A capacidade dos animais domesticados criarem alimentos para os humanos, a partir do que os humanos não comem, serviu muito aos europeus (CROSBY, 2011, p. 27-32). A domesticação de animais e o cultivo de plantas significaram muito mais do que comida e populações mais numerosas. Possibilita explicar, em última instância, por que os impérios, a alfabetização e as armas de aço surgiram inicialmente na Eurásia e depois se desenvolveram, ou não, em outros continentes (DIAMOND, 2008, p. 90).

Um colonizador europeu desavisado poderia tentar tirar vantagem do comportamento gregário do porco nativo americano, ao escolher um indivíduo mais velho ou fraco do bando, esperando que os outros fugissem com medo. Mas isso não acontece com estes porcos selvagens do Novo Mundo. Ao perceberem que um de seus membros foi atacado, o bando todo, em ação conjunta, se volta contra o agressor para protegê-lo. Quando se tratava de garantir um bom pernil, saber qual opção tomar, poderia ser algo difícil, ou até mesmo perigoso. Enfim, o que valeria mais a pena? Arriscar todas as economias em matrizes de porcos vindos dos montados alentejanos ou arriscar a vida em uma incursão na mata e topiar com um bando furioso de queixadas prontos para dilacerar qualquer um que se atreva a confrontá-los?

A introdução e aclimação de animais euroasiáticos tais os porcos (*Sus scrofa*) levou certo tempo para se consolidar e oferecer um suprimento regular de proteína e gordura. Foram necessários aproximadamente quase cem anos de processo colonizatório para que a criação de porcos domésticos deixasse de ser um empreendimento de alto risco na América portuguesa. Quanto à caça de catetos e queixadas, esta não deixaria de ser um empreendimento de alto risco por, praticamente, todo o período colonial. O primeiro relato a respeito dos porcos domésticos de origem europeia foi produzido por Gabriel Soares de Sousa. O senhor de engenho apresenta a resiliência típica de tal espécie introduzida. O português descreve a respeito da reprodução dos leitões, já que as fêmeas andavam prenhas [grávidas] por se reproduzirem três vezes por ano e se multiplicavam de forma espantosa pois, por gestação, pariam uma infinidade de leitões (SOUSA, 1971, p. 165).

Poucos anos após o relato feito por Gabriel Soares de Sousa (1971), Fernão Cardim (1980) também observa que os porcos começavam a se tornar mais frequentes nas vilas e arraiais da América portuguesa. O jesuíta português também nos indica que a maior incidência destes animais, nas terras da colônia, era algo relativamente recente. Segundo suas observações “os porcos se dão cá bem, e começa *de haver* grande abundância [...] (CARDIM, 1980, p. 66). Provavelmente, somente nos últimos decênios do século XVI, a América portuguesa contava com um rebanho de animais de corte abundante o suficiente para suprir a demanda da colonização.



## 2 A INTERAÇÃO ANIMAL DOS MAMÍFEROS COM PÉS FENDIDOS

Existem aproximadamente 4800 espécies de mamíferos descritas atualmente em todo mundo. O Brasil abriga uma fauna diversa de mamíferos, com o número considerável de, aproximadamente, 650 espécies descritas (REIS et al., 2006). Todavia, é admissível que diversas espécies ainda estejam por ser descobertas e descritas. Mamíferos são animais reconhecidamente importantes para a manutenção dos ecossistemas. Participam de diversos processos ecológicos, tais como o controle populacional de espécies vegetais e animais e, também, na dispersão de sementes (PIEIDADE, 1977). Fato notório quando analisamos o relato de Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 103), que afirma a respeito da anta, quando diz se alimentar de folhas e ervas. O senhor de engenho acrescenta ainda que o esterco de tal espécie é semelhante ao esterco do cavalo: fresco e comprido. Os mamíferos herbívoros desempenham tal função, dispersar sementes através dos seus dejetos e, contribuir assim, com a proliferação de plantas em locais por onde eles passam.

Os mamíferos podem sobreviver na maioria dos ambientes da Terra (REIS et al., 2006). Visando compreender o impacto que a chegada do europeu ao Novo Mundo teve em tais dinâmicas, selecionamos algumas descrições feitas pelos colonizadores no decorrer do século XVI. Importante ressaltar que espécies de grande e médio porte geralmente são as que lideram a lista de animais escolhidos para serem caçadas. No caso dos colonizadores europeus que desembarcaram no Novo Mundo, isso não foi exceção.

No que se refere ao amplo território de caça que a América portuguesa se tornou para, praticamente, todo europeu que aportava neste continente, muitos dos conhecimentos necessários para se rastrear, acoar e capturar uma presa foram adquiridos através da convivência com as diversas etnias indígenas então contatadas a partir do século XVI. Suas especialidades refletiam o amplo conhecimento sobre os ecossistemas que estas populações compartilhavam com as espécies nativas do Novo Mundo. A aquisição destes saberes, através de trocas culturais, por vezes desiguais, representou uma vantagem estratégica e tática considerável para os colonizadores. Em decênios de contato com os indígenas, os recém-chegados europeus tiveram acesso a milênios de saberes que, muitas vezes, significariam a diferença entre a vida e a morte ou mesmo entre a fome e a saciedade que permitiria o empreendimento colonizatório. Afinal, grandes ciclos mercantis como o do pau-brasil jamais teriam sido possíveis, poucos anos após o desembarque dos primeiros portugueses, caso estes não conhecessem o comportamento de uma paca ou a predileção das capivaras por ambientes aquáticos.

As obras dos viajantes, cronistas e colonizadores sobre a fauna de mamíferos na Mata Atlântica quinhentista constituem, não somente, informações de como o desconhecido era tratado pelos exploradores europeus na América portuguesa. São também um registro inestimável de saberes indígenas. Fragmentos de culturas que, em muitos aspectos, não existem mais. Obviamente, o conceito de alteridade era algo inconcebível para europeu do século XVI, instruído e educado em paradigmas que o levavam a ter certeza de sua superioridade perante qualquer outra etnia que não fosse caucasiana e originária do chamado Velho Mundo. Mesmo assim, as crônicas e tratados sobre a América portuguesa, suas descrições de animais com nomes indígenas, seus relatos sobre técnicas de caça que em nada se assemelhavam às europeias, são testemunhos involuntários da relevância incontestável que tupinambás, tapuias, carijós, entre tantas outras etnias, tiveram para o sucesso da empreitada portuguesa no Novo Mundo. Pero de Magalhães Gândavo (1980, p. 46) descreve a caça às onças feita pelos nativos americanos. O escritor lusitano ainda comenta que, como se trata de animais muito ferozes quando famintas, os indígenas se utilizavam da estratégia de deixar a presa com o estômago cheio, para serem presas fáceis para o caçador de flecha. O autor percebeu que, quando a onça estava alimentada, ela se tornava covarde e, muitas vezes, escalava árvores para fugir.

De fato, a história do reconhecimento, registro e catalogação da fauna da América portuguesa reflete uma ampla dinâmica entre povos com origens distintas. Os milênios de convivência, investigação e experimentação acumulados pelas diversas etnias indígenas que habitavam, sobretudo, a Mata Atlântica permitiram ao europeu uma ambientação em um ritmo considerável. Não faltaram, é claro, obstáculos, situações extremamente desafiadoras e completamente distintas daquelas a que os colonizadores estavam habituados a enfrentar. Porém, não é difícil imaginar o quanto tais percalços teriam sido potencializados sem os saberes indígenas.

Ainda no que se refere aos mamíferos da América Portuguesa, os considerados cinegéticos<sup>11</sup> eram os mais procurados por caçadores, (TONHASCA JUNIOR, 2005) dentre eles, listamos seis animais nativos da América portuguesa e que são importantes para a biomassa.

---

<sup>11</sup>Conjunto das espécies animais que se encontram em estado de liberdade natural numa dada área e que são suscetíveis de aí serem caçadas (FERREIRA, 2008, p. 125).

## 2.1 De como chamam ao que nos chama

Para deixarmos o texto mais didático, construímos uma tabela para a separação dos nomes populares, das classificações dadas por Linneaus em 1766 e das separações na quais pertencem a ordem, família e gênero das espécies nativas americanas denominadas, atualmente, como capivara, paca, cotia, anta, cateto e queixada.

<b>NOME POPULAR</b>	<b>LINNEAUS1766</b>	<b>ORDEM</b>	<b>FAMÍLIA</b>	<b>GÊNERO</b>
Capivara	<i>Hydrochoerus</i> <i>Hydrochaeris</i>	<i>Rodentia</i>	<i>Caviidae</i>	<i>Hydrochoerus</i>
Paca	<i>Cuniculus</i> <i>Paca</i>	<i>Rodentia</i>	<i>Dasyproctidae</i>	<i>Cuniculus</i>
Cotia	<i>Dasyprocta</i> <i>Aguti</i>	<i>Rodentia</i>	<i>Dasyproctidae</i>	<i>Dasyprocta</i>
Anta	<i>Tapirus</i> <i>Terrestres</i>	<i>Perissodactyla</i>	<i>Tapiridae</i>	<i>Tapirus</i>
Cateto	<i>Pecari</i> <i>Tajaçu</i>	<i>Artiodactyla</i>	<i>Tayassuidae</i>	<i>Pecari</i>
Queixada	<i>Tayassu</i> <i>Pecari</i>	<i>Artiodactyla</i>	<i>Tayassuidae</i>	<i>Tayassu</i>

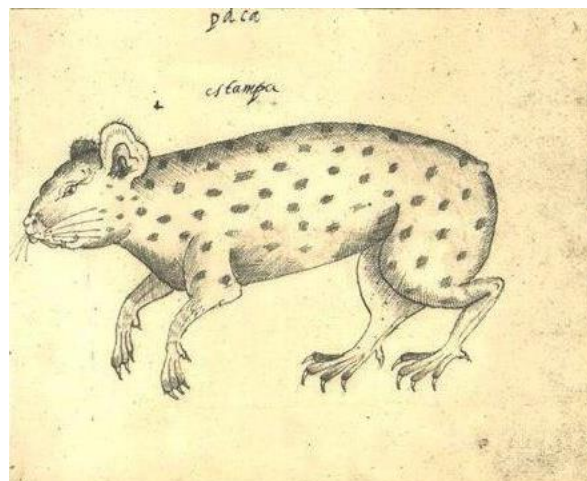
A partir da divisão apresentada na tabela acima, explicaremos as denominações utilizadas pelos nativos americanos a respeito de cada animal nativo abordado em questão. Começaremos pela capivara, considerada atualmente como o maior roedor do território brasileiro (EMMONS, 1990). No século XVI, este animal era denominado por diversas nomenclaturas, tais como: capijuara, catiuare, capibara e capyyuare (CARDIM, 1980, p. 103; STADEN, 1930, p. 143; SOUSA, 1971, p. 230). O nome *capyuára* foi atribuído por José de Anchieta (1988, p. 144) no qual explica que a denominação tupi vem de *copyi*, que significa, o capim, e *yuára*, do verbo comer: o que come capim, o herbívoro. Portanto, trata-se de um animal comedor de ervas.



**Figura 1 - *Hydrochoerus hydrochaeris*.**

Fonte: Willem Piso (1611-1678) e Georg Marcgraf (1610-1644).  
Desenho publicado na obra *Historia Naturalis Brasiliae* (1648)<sup>12</sup>.

Considerada atualmente como o segundo maior roedor vivo brasileiro, temos a paca (VIEIRA, 1953, p. 30-32). Os nativos americanos do século XVI já chamavam este animal pelo nome paca, conforme Fernão Cardim (1925) descreve. O jesuíta português explica que o nome paca vem do verbo tupi pág, que significa acordar, despertar, exprimindo o gerúndio-supino páca, que significa espertar, a vivida (CARDIM, 1925, p.112). Este nome de origem tupi é utilizado até hoje quando nos referimos a tal espécie (FERREIRA, 2008, p. 1334). A exemplo de inúmeras outras espécies da fauna brasileira as nomeações de origem tupi “capybara” e “paca” permanecem até hoje (CARVALHO, 1969; MENDES, 1986).



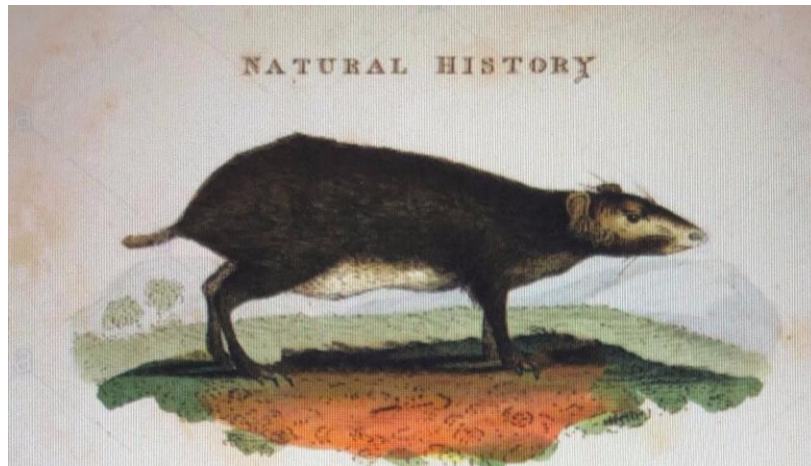
**Figura 2 - *Cuniculus paca***

Fonte: Frei Cristovão de Lisboa (1583-1652).

Desenho publicado na obra *Historia dos Animaes e Arvores do Maranhão* (1624)<sup>13</sup>

<sup>12</sup> Piso e Marcgraf são naturalistas holandeses que se estabeleceram no Brasil entre 1638 até 1644 durante o governo de Nassau, onde compilaram as suas informações na obra *Historia Naturalis Brasiliae*, editada por Laet, reúne os primeiros relatos de pesquisas científicas realizadas sobre a história natural, geografia, meteorologia e etnologia do Brasil (ASÚA; FRENCH, 2005, p. 109-115).

Diferente da espécie nativa brasileira popularmente conhecida como cotia, nas descrições dos colonizadores europeus que se estabeleceram na América portuguesa durante os séculos XV e XVI, esta espécie era conhecida por acuti, accutia, acuchi, agoutin, açuti e aculi (STADEN, 1930, p. 137; THEVET, 1978, p. 112; SOUSA, 1971, p. 252). O jesuíta português Fernão Cardim (1925, p. 112) a chamava de acuti ou aguti, nomes derivados da tradição tupi, na qual, *cuti* quer dizer modo de comer ou tragar, e *accorde* quer dizer com as patas dianteiras.



**Figura 3 - Aguti.**

Fonte: Sydenham Edwards (1768-1819).

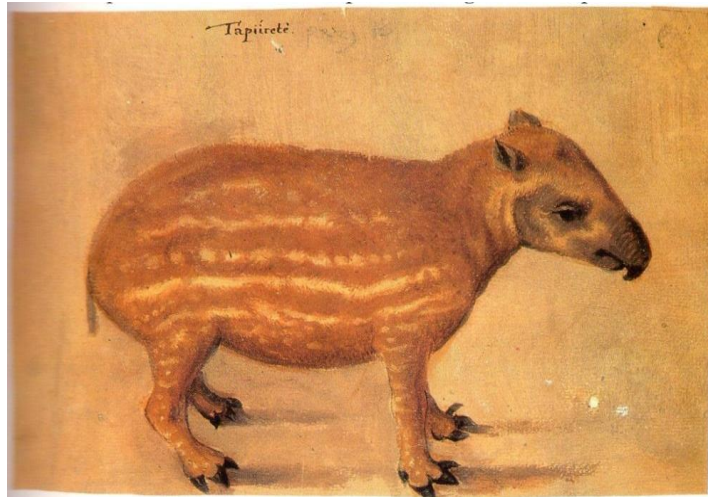
Desenho publicado na obra *Pantologia: New Cyclopaedia* (1813).<sup>14</sup>

Considerada como maior mamífero terrestre brasileiro, a anta ganha destaque por possuir um número ímpar de dedos nas patas (PADILLA; DOWLER, 1994; RADINSKY, 1969). Desde o século XVI Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 243) considerava a anta como sendo a maior alimária que a América portuguesa criava. De acordo com as descrições realizadas pelos colonizadores europeus, a anta possuía diversas nomenclaturas, tais como: tapyretê, tapii, tapiroussu, tapihire, tapiíra e tapir (CARDIM, 1980, p. 111; SOUSA, 1971, p. 243; LÉRY, 1961, p. 157; THEVET, 1978, p. 162; ANCHIETA, 1988, p.128). Acredita-se que o termo “anta” tenha origem árabe, porém, o nome tupi é suscetível de várias explicações. Uma delas foi feita pelo jesuíta espanhol José de Anchieta, (1988, p. 147) que explicou ser *Tapyr* a denominação para o povo Tupi, e o sufixo *etê*, significando como verdadeiro,

<sup>13</sup> O frei Christovão de Lisboa vem ao Brasil em missão religiosa e política encomendada pelo rei Felipe II. Entre 1624 a 1635 se estabeleceu no Brasil e desenhou a lápis algumas espécies de animais nativos. A obra está encadernada e conservada na Biblioteca do Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa (BELLUZO et al., 1999, p. 44).

<sup>14</sup> Sydenham Edwards foi um ilustrador britânico que ilustrou dezenas de plantas e animais utilizados na obra *Pantologia*, que reuniu uma série de ensaios, tratados e sistemas com dicionário geral de artes, ciências e palavras. (HATHI TRUST, 2018).

legítimo, que era utilizado na diferenciação entre regulado do bovino, que os tupis só conheceram depois do contato europeu.



**Figura 4 - Tapiriete (Tapir).**

Fonte: Albert Eckout.

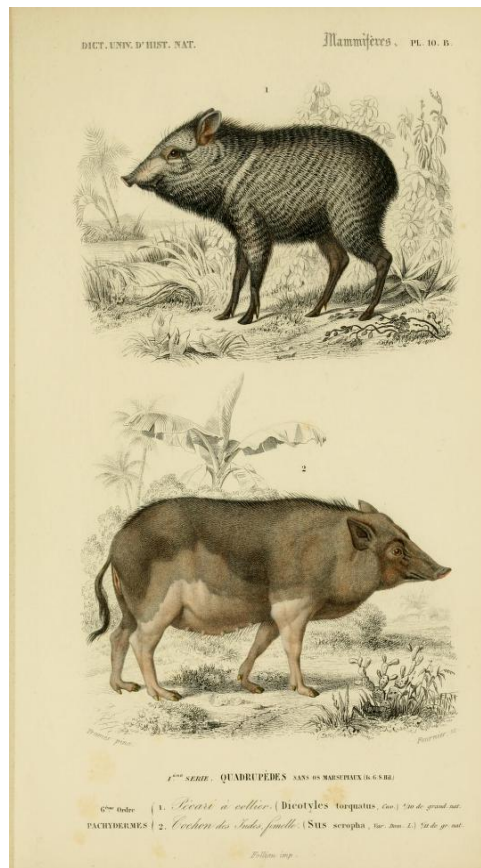
Desenho publicado na obra *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae*(1662)<sup>15</sup>

Os porcos nativos da América portuguesa possuíam diversas variantes nominais. Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 249) os chamava de porcos monteses, enquanto os índios os chamavam de *tajaçu*. O vocábulo *tajaçu* é explicado por Fernão Cardim (1925, p. 112), no qual deriva da composição tupi *tây*, que significa dente e, *açu*, que significa grande. Para o aventureiro alemão Hans Staden (1930, p. 170), o porco montês, também chamado porco do mato, se divide em duas espécies brasileiras.

Essas duas espécies de porcos nativos americanos foram descritas por nomes distintos pelos colonizadores europeus durante o século XV e XVI. Atualmente, se denominam como cateto e queixada (TABER et al, 2011, p. 311-320). O cateto foi descrito pelos viajantes do Velho Mundo como *taygasu*; *taiassou* e *tayaçupigta* (STADEN, 1930, p.170; LÉRY, 1961, p. 160; CARDIM, 1925, p. 37). O comentário escrito pelo jesuíta português Fernão Cardim (1925, p. 112) a respeito da etimologia indígena que classifica tal espécime como *tayaçupigta*, precisa de correção, pois, traduzindo o termo da língua tupi, não significa porco que faz finca-pé, porque o sufixo *pigta* quer dizer porco vermelho e, o significado correto seria *pitan*, de porco que aguarda.

<sup>15</sup> Albert Eckout foi um pintor que esteve no Brasil entre 1637-1644, onde fez pinturas da fauna, da flora e de tipos étnicos brasileiros (BELLUZO et al., 1999, p. 146). Trata-se de um óleo sobre papel, 20x27,5cm. Retirado da obra no capítulo Icones Animalium, libri picturati A34, fólio 109. Biblioteca Jagiellonska, Cracóvia, Polônia. (BELLUZO et al., 1999, p. 102).

A espécime queixada também foi muito relatada pelos colonizadores europeus, sendo chamada como javali e *tayaçutirica*, (THEVET, 1978, p. 161; ANCHIETA, 1988, p. 131; SOUSA, 1971, p. 249; CARDIM, 1925, p. 37). Para o jesuíta espanhol José de Anchieta (1988, p. 131), tal espécime se assemelha tanto aos javalis, que lhe empregavam o mesmo nome, pois se tratava de porcos maiores quando comparado com a outra espécie e que possuíam grandes presas. No comentário escrito pelo jesuíta português Fernão Cardim (1925, p. 112), a etimologia *tayaçutirica* precisa de correção, pois, de acordo com a língua tupi, não significa porco que bate e trinca os dentes, já que o sufixo *tirica* quer dizer porco medroso, tímido que foge.



**Figura 5 - Porco do mato.**

Fonte: George-Louis Leclerc, conde de Buffon (1707-1788).

Desenho publicado na obra *Dictionnaire universel d'histoire naturelle* (1775).<sup>16</sup>

<sup>16</sup> George-Louis Leclerc foi um naturalista francês e autor da obra *Dictionnaire universel* descreve os seres e vários fenômenos da natureza de corpos orgânicos e inorgânicos (BELLUZO et al., 1999, p. 44).

## 2.2. Analogia dos sabores

Entre fins da Idade Média e início da Era Moderna, ao se fazer a descrição de um animal, havia a preocupação de se elencar e organizar tudo que sobre ele pudesse ser contado. Com quais outros animais se pareciam, quais eram seus “inimigos” na natureza, em que brasões e flâmulas tremulava, quais histórias eram contadas sobre ele e, também, que sabor tinha quando era cozido, assado ou frito (FOUCAULT, 1999, p. 30-35). A capivara parece não ter escapado deste amplo e criterioso inventário acerca de suas características. Hans Staden (1930) parece ter sido um destes *curiosi* que teve o cuidado em tomar nota do sabor deste roedor ao ser preparado em uma refeição. Para o arcabuzeiro alemão a carne de capivara tinha, praticamente, o mesmo sabor da carne do porco (STADEN, 1930, p. 173). Staden deve ter gostado muito do sabor da capivara, afinal ela lembrava um dos ingredientes mais populares da gastronomia alemã.

Hans Staden (1930) não foi o único a descrever as semelhanças entre o sabor das carnes dos animais nativos comparando-o ao sabor da carne de porco. O português Gabriel Soares de Sousa (1971) se utiliza de tal semelhança quando vai descrever as características e o sabor da carne da paca e da cotia, animais nativos da América portuguesa. A paca, segundo este senhor de engenho, possuiria uma carne com sabor semelhante à do leitão, pois, ambos teriam a carne muito sadia, gostosa e com banhas (SOUSA, 1971, p. 252). A cotia, ricamente descrita por André Thevet (1978, p. 112), também era detentora de uma carne com sabor semelhante à do leitão, pois “[...] quando assada ou cozida a carne de cotia pelava igual à do leitão.”.

O porco não foi o único animal do Velho Mundo empregado pelos colonizadores como referência para descreverem o sabor da carne de alguns animais nativos da colônia. A vaca também foi utilizada para tal propósito. Pero de Magalhães Gândavo (1980, p. 12) e Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 243) descrevem que o sabor da carne da anta, além de gostoso, era muito parecido com o da carne da vaca. Diferentes, apenas, na quantidade de sebo, já que a carne da anta quase não possui. De fato, a carne de anta parece ter uma predileção especial entre os colonizadores, chegando a ser considerada mais saborosa e suculenta que a carne de gado.

A respeito do tamanho destes animais nativos, a analogia se fez presente para que os europeus conseguissem criar dimensão de como eram tais espécies. Como criar, a partir do nada, uma imagem de algo que nunca foi visto? A utilização da comparação dos animais europeus para descrever os animais americanos foi fundamental. A capivara, outro mamífero



de grande porte que em muito chamou a atenção dos colonizadores tem, em média, de 1,0 a 1,5 m de comprimento por 0,5 a 0,65 m de altura. Seu peso corporal varia entre 30 a 60 kg, podendo alcançar até 100 kg (ALHO; CAMPOS; GONÇALVES, 1989). Mas, no século XVI, não havia padrões universais de medida, estes só surgiram séculos depois. Como já afirmamos, o colonizador europeu do início da era moderna, tinha, como princípio filológico, as figuras de linguagem das *similitudes*. Em termos de escala, a capivara era um animal que figurava entre a anta e a cotia. Para explicar tais dimensões aos sedentos leitores europeus, o jesuíta José de Anchieta (1988, p. 453) descreveu a capivara como sendo um porco d'água. Anchieta usa o lugar, o ambiente natural da capivara para classificá-la enquanto uma espécie semelhante ao porco, mas que tem na água seu ambiente natural. Uma clara referência às categorizações aristotélicas que classificavam os animais em voláteis (do ar), terrestres e aquáticos. Um entendimento que, durante a Era Moderna, foi relativamente comum tanto entre os homens de letras, quanto *curiosi* (PAPAVERO; TEIXEIRA; LLORENTE-BOUSQUETS, 1995; FINDLEN, 2002).

A familiaridade entre espécies distintas, hoje analisada a partir do prisma de um campo de saber das ciências naturais conhecido como sistemática, também se fazia visível para o homem do início da era Moderna. O paradigma, porém, era outro. As figuras de linguagem das *similitudes* eram as convocadas para expressar e assinalar semelhanças visíveis, encontradas na superfície dos seres (FOUCAULT, 1999, p. 40-42). Os sinais de uma afinidade poderiam se encontrar, por exemplo, na profunda similaridade física de alguma estrutura anatômica em especial. Estas *conveniências* não passaram despercebidas aos olhos do alemão Hans Staden (1930). Para este arcabuzeiro havia muito em comum entre a capivara e a lebre. Ele descreveu o tamanho da cabeça da capivara como sendo semelhante, porém, maior do que o tamanho da cabeça da lebre. E as orelhas da capivara como sendo menores do que as da lebre (STADEN, 1930, p. 173).

Na necessidade de descrever estruturas como corpo, cabeça, orelhas e pelagem, a lebre do Velho Mundo foi convocada para servir como referência nas analogias. A finalidade era a de descrever animais da Colônia que comungassem características físicas com o roedor europeu. O cronista português Pero de Magalhães Gândavo (1980, p. 12) descreve o tamanho da paca como sendo maior que o da lebre. Outro viajante que fez uma analogia entre os dois espécimes foi Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 252). Para este senhor de engenho paca e lebre possuíam o mesmo tamanho de cabeça. A pequena e agitada cotia foi descrita por Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 252) e André Thevet (1978, p. 112) como tendo a pelagem semelhante ao da lebre. O coelho, outra espécie de roedor europeu muito semelhante à lebre,

também foi utilizado para compor as similitudes que buscavam descrever a nativa cotia. O frade francês André Thevet (1978, p. 112) e o senhor de engenho português Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 252), afirmam que a cotia possui o mesmo tamanho de coelhos grandes.

A respeito do tamanho da anta, o jesuíta português Fernão Cardim (1925, p. 37) a descreveu como não tão semelhante à vaca, mas muito mais parecida com à mula. Provavelmente Cardim (1925) tenha considerado na mula uma analogia melhor por conta da similaridade anatômica, pois ambas as espécies possuem uma anatomia muscular mais densa. João de Azpilcueta Navarro foi um padre jesuíta espanhol que desembarcou no Brasil em 1549 e, com as suas descrições, a de José de Anchieta (1988, p. 129) e do Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 103), chegaram à mesma conclusão, para eles a anta também em muito se assemelhava a mula, sendo somente de tamanho um pouco menor devido às suas pernas mais baixas e grossas (NAVARRO, 1988, p. 176).

O frade francês André Thevet (1978, p. 125) segue a mesma perspectiva de escala e afirma que esta espécie nativa é do tamanho de um asno adulto. Mas, com relação ao couro da anta, o autor se vale da mesma referência empregada pelos demais cronistas, chegando mesmo a afirmar que o couro desta era chamado pelos colonizadores de couro de vaca. O princípio desta analogia provavelmente residia nas características do gado ibérico. A história das raças bovinas portuguesas têm sua origem em três troncos diferentes: o batávio (*Bos taurus batavius*), representado pelas raças Barrossã e Turina; o aquitânico (*Bos taurus aquitanicus*), encontrado nas raças Galega, Aroquesa, Alentejana, Mertolenga, Agarvia, Minhota; e o ibérico (*Bos taurus ibericus*), representado pelas raças Mirandesa e Brava (MARIANTE; CAVALCANTE, 2006, p. 36). Praticamente todas estas raças têm o couro na cor avermelhada, uma característica também presente no couro da anta e que foi observado por Andre Thevet (1978, p. 163).

José de Anchieta (1988, p. 122) descreveu a capivara como tendo características físicas semelhantes aos porcos criados na Espanha neste período, diferindo da cor que, segundo o autor, era um tanto mais ruiva que a possuída pelas capivaras. O jesuíta português Fernão Cardim (1925) optou pelas dimensões do porco enquanto escala. Para ele porcos e capivaras eram do mesmo tamanho, porém, com diferenças nas feições, ou seja, na face (CARDIM, 1925, p. 103). Já Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 252) escolheu a textura do couro de leitões (nome dado ao estado juvenil dos porcos) para compor a imagem da paca que chegaria até os leitores europeus. As capivaras e pacas, a exemplo da anta, são constantemente comparadas aos animais mais consumidos pelos europeus ibéricos. Isso se dá por dois fatores principais. Um deles, o mais óbvio de ser constatado, é perceptível pelo

aspecto visual, o que condiciona o uso das analogias. Capivaras e pacas seriam os “porcos” da colônia. Não somente pelas similaridades encontradas no sabor, textura e cor da carne que propiciavam, mas, também, pela semelhança física, pois os suínos ibéricos, neste período eram, geralmente, de pelagem vermelha (MARIANTE; CAVALCANTE, 2006, p. 40). O que facilitava ainda mais a procura por semelhanças com os roedores do Novo Mundo, já que a cor predominante nestes animais também é vermelha. O segundo fator pode ser observado em uma busca dos colonizadores por novos candidatos ao processo de domesticação.

Os colonos buscavam impor ordem ao caos que se apresentava diante de seus olhos. As matas, florestas, mangues campos, todos os ricos ecossistemas da mais nova colônia portuguesa eram, aos olhos europeus, um aglomerado confuso de árvores, trepadeiras, cipós e animais que, muitas vezes, em nada lembravam a fauna com a qual estavam habituados na Europa. É importante observarmos, nesta busca de ordem, dois fatores que tiveram consideráveis desdobramentos históricos. O primeiro destes é que, através das centenas de descrições de animais feitas pelos primeiros cronistas, podemos vislumbrar um colonizador metuculoso, atento a detalhes que poderiam ir dos dentes de um pequeno roedor ao complexo comportamento de um grande mamífero.

### **2.3 Aos critérios domesticáveis**

Na história da domesticação, no que se refere à Classe Mammalia, apenas os terrestres foram domesticados. Isso se deve ao fato de que a manutenção e procriação de mamíferos aquáticos pode ser muito difícil, já que as diferenças nas relações homem-animal dependiam mais dos humanos que dos animais. O mundo tem apenas 148 espécies de grandes mamíferos selvagens, herbívoros ou onívoros, que poderiam ser candidatos à domesticação (DIAMOND, 2008, p. 131-132). Se observarmos os animais que pesam mais de 37 quilos, então apenas 14 espécies foram domesticadas com sucesso antes do século XX. Desses antigos 14, apenas 5 espécies se espalharam e passaram a ser importantes em todo o mundo: a vaca, ovelha, cabra, porco e o cavalo (DIAMOND, 2008, p. 159).

A capivara foi um dos animais do Novo Mundo que mais chamou a atenção de José de Anchieta (1988). Para o jesuíta espanhol estas, uma vez criadas desde filhotes junto às habitações humanas, teriam o comportamento muito similar ao dos cães domésticos europeus. Anchieta baseava esta afirmação na constatação de que não era raro encontrar, nas tribos que visitava, capivaras circulando por entre as ocas, dormindo próximas a seres humanos ou acompanhando seus “tutores”. Os nativos americanos foram descritos por ele como os que,

muitas vezes, criavam as capivaras em casa, assim como os cães europeus eram criados na Europa: que saem para pastar e voltam para casa por conta própria (ANCHIETA, 1988, p. 122). A domesticação era um fenômeno que dificilmente passava despercebido pelo colonizador. Os europeus, via de regra, tinham ideia das vantagens estratégicas e logísticas oriundas de espécies submetidas ao moroso, complexo, mas vantajoso processo de domesticação.

Um animal para ser considerado doméstico tem de atender a critérios restritos<sup>17</sup>. A começar pelas várias diferenças em relação aos seus ancestrais selvagens. Essas diferenças são oriundas da seleção artificial (humana) dos animais mais úteis e respostas evolutivas automáticas destes à alteração das forças da seleção natural que agem em ambientes humanos, quando comparados com os ambientes selvagens. Um animal domesticado pode ser definido como um animal seletivamente criado em cativeiro e, por isso, diferente de seus antecessores selvagens, já que podem ser empregados pelo homem, que controla seu ciclo reprodutivo e alimentação (DIAMOND, 2008, p. 159).

O missionário calvinista francês Jean de Léry (1534-1611) em sua narrativa da *Viagem à Terra do Brasil*, publicada, pela primeira vez, em 1578, revela que o comércio de animais havia modificado o hábito de caça dos índios e que tinham se transformado em mercadorias para o escambo com os europeus, tornando algumas espécies já conhecidas no Velho Mundo. Léry (1980) afirma que no território da Mata Atlântica havia um grande número de pequenos macacos pretos, que os indígenas chamavam de *cay*, um nome tupi que designa macacos em geral (CARVALHO, 1969, p. 29). Esses macacos são caçados pelos nativos americanos com flechas, e como são ágeis e saltitantes, muitas vezes, são atingidos e machucados. Depois de curados e domesticados, os índios trocam-nos por qualquer mercadoria que o colonizador europeu estiver disposto a negociar. O missionário francês explica o termo domesticado, porque, quando os nativos americanos capturam os macacos, esses são ferozes, costumam morder os dedos e as mãos, o que gera muita dor e raiva, fazendo com que sejam mortos a pancadas para se livrarem da agressão (LERY, 1980, p. 142).

---

<sup>17</sup> O biólogo evolucionário estado-unidense Jared Diamond listou seis fatores que considera atributos obrigatórios para a domesticação de um animal. O primeiro fator é a dieta, já que nenhum mamífero carnívoro foi domesticado para servir de alimento. O segundo fator é a taxa de crescimento, pois devem ser animais que crescem depressa. O terceiro fator é a possibilidade de serem procriados em cativeiro. O quarto fator é o ataque, já que quase todas as espécies de mamíferos suficientemente grandes são capazes de matar um ser humano. O quinto fator é a temperamento, pois dificilmente espécies nervosas conseguem se manter em cativeiros. O sexto fator é a estrutura social, pois os humanos assumem o controle da hierarquia de dominação, enquanto os animais domésticos em rebanho ocupam as mesmas pastagens (DIAMOND, 2008, p. 163-168).

Na perspectiva dos colonizadores, a anta parecia ser uma candidata ideal ao processo de domesticação. Seu comportamento, inclusive, fora comparado aos de um animal consideravelmente dócil e estratégico durante as expansões ultramarinas. A anta, principalmente os espécimes que aprenderam a conviver com seres humanos desde filhotes, em muito lembrava a vaca (*Bos taurus*) por conta de sua mansidão e corpulência. Como era uma espécie abundante na Mata Atlântica do século XVI, conforme afirmava o jesuíta espanhol José de Anchieta (1988, p. 436), não faltavam antas. E até mesmo quando apresentavam um comportamento fugidivo e tenso eram comparadas a vacas, desta vez, às vacas bravas. O cronista português Pero de Magalhães Gândavo também vê similaridades entre o comportamento da anta e o do gado europeu. Afinal, ambos pastam e comem ervas (GÂNDAVO, 1980, p. 12). Entretanto, quando corria, a anta lembrava muito mais a um ágil veado, como concluiu o sapateiro francês André Thevet (1978, p. 163).

Quase todos os cronistas, ao se defrontarem com mamíferos terrestres como antas, capivaras pacas e catetos, sugerem que estas bestas da colônia seriam mais úteis e lucrativas se, ao invés de caçadas, fossem submetidas à domesticação. O senhor de engenho Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 252), em sua constante busca por listar as potencialidades da colônia, relata que a paca, por exemplo, poderia desempenhar, na colônia, o mesmo papel ocupado pelo coelho na Europa. A paca era considerada uma forte candidata ao processo de domesticação nos moldes europeus. Mas precisamos nos atentar ao fato de que a domesticação, em um sentido amplo, abrange dois aspectos: o espontâneo e o cultural. O processo espontâneo biológico começa quando um pequeno número de uma determinada espécie é isolado de outros espécimes que vivem em um ambiente natural, se habituando ao convívio com humanos. O senhor de engenho português Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 244) que observou que as antas criadas nas ocas, pelos nativos, desde filhotes, adquiriam um comportamento manso e sociável, chegando a se alimentar e interagir com os cachorros e gatos que desembarcaram juntamente com os primeiros colonizadores. Ainda sobre a domesticação indígena de espécies nativas, Fernão Cardim (1925, p. 38) notou que não era raro se deparar com cotias circulando dentro das casas dos nativos, indo para fora em busca de alimentos e retornando sozinhas logo depois.

O processo cultural se dá na incorporação do animal na estrutura social da comunidade humana (BROCK, 2002; QUAMMEN, 2008). Tal processo foi descrito pelo senhor de engenho português Gabriel Soares de Sousa (1971), quando este descreve a captura de cotias e pacas, ainda filhotes, pelos nativos com a intenção de criá-las. Segundo o autor, nos mesmos moldes dos coelhos na Europa (SOUSA, 1971, p. 252). Este senhor de engenho sugere a

possibilidade de as pacas serem criadas na Colônia, assim como os coelhos o eram na Metrópole, ou seja, mantidos em quintais murados e pavimentados, para que não conseguissem cavar buracos e fugissem, se reproduzindo à superfície do solo, permitindo que as suas crias fossem retiradas facilmente para servirem como alimentos (BROCK, 2002, p. 189).

Contudo, a perspectiva acerca dos processos indígenas de possível domesticação poderia mudar de acordo com o olhar do colonizador. Para André Thevet (1978), os nativos americanos não criavam animais domésticos. Para o frade francês, além de se dar bem com humanos, tais animais deveriam ser uma fonte constante e acessível de calorias e gordura. O costume que várias etnias indígenas tinham de criar animais nativos do Novo Mundo enquanto bichos de estimação era, na percepção de europeus como André Thevet (1978, p. 27-28), algo sem muito propósito. Exceções eram feitas para os cães, tanto que, já no século XVI, encontramos relatos destes companheiros do homem sendo adestrados para caçar animais selvagens americanos.

## **2.4 Semelhança anatômica**

Em sua meticulosidade jesuíta, Anchieta não deixa de observar os detalhes da anatomia da capivara, como seus dentes. Para o atento religioso espanhol, não passou despercebida a semelhança anatômica que as capivaras compartilhavam com roedores de menor tamanho. Para ele, havia muito em comum entre a capivara e as lebres europeias, principalmente em seus dentes molares (ANCHIETA, 1988, p. 143). Assim como o jesuíta português Fernão Cardim (1925, p. 37) comparou os dentes dos coelhos espanhóis aos dentes da cotia. Este tipo de analogia, a *conveniência*, buscava comparar estruturas anatômicas equivalentes em espécies distintas. Ela, a *conveniência*, irá se desdobrar em um campo de saber que se dedicará à busca de equivalências em diferentes estruturas de corpos.

Um famoso ensaio sobre a “anatomia comparada” foi produzido pelo francês Pierre Belon (1517-1564) em 1555 em seu livro *L' Histoire de la nature des des Oyseaux*. A sua obra ficou famosa por conter uma prancha desenhado com o esqueleto de um homem e de uma ave, lado a lado, na qual inaugura a atenção da filosofia natural ao interior dos corpos e observância para com as semelhanças (ASHWORTH FR, 2005, p. 17-30). Belon (1517-1564) ficou conhecido por privilegiar uma visão observacional metódica, algo ainda se concretizando durante o Renascimento. Tratou sobre pássaros, peixes e mamíferos exóticos,

na tentativa de estabelecer um sistema de classificação natural. Concepções e ideias novas até aquele momento (DELAUNAY, 1997, p. 267).

No que se refere às partes específicas da anatomia da anta, Gabriel Soares busca, na vaca, os constituintes que julga similares para descrever a corpulência anatomia deste habitante do Novo Mundo. Para o senhor de engenho o peito da anta em muito lembra ao de um bovino, pois possui o “[...] peito cacho como maçã do peito da vaca” (SOUSA, 1971, p. 243).

Já as características físicas da cotia foram descritas a partir das semelhanças com a lebre. Encontradas nas descrições do frade francês André Thevet (1978, p. 112) e do senhor de engenho português Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 252), onde afirmavam que a cotia possuía orelhas e boca semelhantes aos da lebre.

O jesuíta português Fernão Cardim (1925, p. 38) se utiliza da fase juvenil de um animal bem conhecido pelo europeu, o leitão, para afirmar a semelhança deste com a paca. Percepção compartilhada por Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 252), para este senhor de engenho tanto pacas, quanto leitões possuíam pés e patas curtos, o que lhes conferia similaridade. Outras espécies do Novo Mundo que também compartilhavam, na perspectiva dos colonizadores, de uma grande proximidade com os porcos europeus eram a paca e a cotia. Sobretudo pelo fato de suas patas fendidas serem muito semelhantes às dos porcos europeus (THEVET, 1978, p. 112).

A busca por conveniências anatômicas continuava. E os inventários da natureza, elaborados pelos cronistas, seguiam convocando animais do Velho Mundo para descreverem os novos do Novo. Para relatar sobre a cotia, Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 252) dispõe as patas do coelho europeu enquanto peças de um quebra-cabeças anatômico que vai se formando para os leitores destes cronistas na Europa de inícios da Era Moderna. Nem sempre um único animal (familiar ao europeu) era suficiente para compor uma narrativa visual compreensível. Não raramente outras partes anatômicas eram convocadas. Assim, as unhas da paca eram descritas como semelhantes às do cachorro (SOUSA, 1971, p. 252), ao passo que as da anta eram muito semelhantes às unhas da vaca (SOUSA, 1971, p. 243), características confirmadas pelo jesuíta espanhol João de Azpilcueta Navarro (1988, p. 176), quando relata que os pés da anta são como os pés do boi. O interessado leitor europeu que se deparasse com as narrativas de do frade francês André Thevet (1978, p. 162) seria estimulado a imaginar que a diferença mais marcante entre a anta e a vaca, era que esta última possuía chifres. Curiosamente, ao se dedicar à descrição do tayaçu, um mamífero artiodáctilo de grande proximidade morfológica com o porco doméstico europeu, Gabriel Soares de Sousa (1971,

p. 249) busca lista apenas a semelhança de ambos possuírem rabo, grandes presas e um umbigo nas costas.

A riqueza dos relatos sobre a fauna da América portuguesa parece ter sido tamanha que, em algumas ocasiões, as tão disseminadas figuras de linguagem pareciam se esvair. Temos a impressão de que as analogias não eram suficientes para transcrever determinados fenômenos, comportamentos e partes da anatomia dos animais daquele Novo Mundo.

Este parece ter sido o caso do “umbigo nas costas”, um curioso órgão presente em catetos e queixadas que foi ricamente descrito por Fernão Cardim (1925), André Thevet (1978) e Gabriel Soares de Sousa. Cardim (1925, p. 37) afirmava que este umbigo exalava um cheiro como o dos raposinhos. Já André Thevet (1978, p. 161) lembra que o javali europeu, assim como o cateto, também tem um umbigo nas costas. E, em ambas as espécies, este umbigo seria, na verdade, um espiráculo, uma espécie de tubo respiratório que lhe permite respirar dentro da água.

Hoje sabemos que o “umbigo”, a que estes três cronistas se referem, trata-se de uma glândula adanal. Sua função envolve contextos sociais e não sociais destes animais como reconhecimento individual (MASSOLO; DANI; BELLA, 2009), comportamento de agressão (THOMPSON; NAPIER; WEKESA, 2007; CEACERO et al., 2015), marcação territorial (ARAKAWA et al., 2008), comportamentos sociais e reprodutivos (BURGENER et al., 2009; ARAKAWA; CRUZ; DEAK, 2011).

Há questões importantes no relato desta pequena glândula adanal feito por Cardim (1925). Podemos notar, primeiramente, que o jesuíta português se vale de dois universos paradigmáticos para descrever o chamado umbigo nas costas dos catetos. Há, mais uma vez, a figura de linguagem da analogia, empregada para descrever uma característica anatômica presente tanto no cateto (*Pecari tajaçu*), quanto na raposa europeia (*Vulpis vulpis*). O francês André Thevet (1978) percorre o mesmo princípio epistemológico para fazer seu relato, ou seja, ele indaga para que serve aquele “umbigo”? A riqueza da descrição de Thevet (1978) está, justamente, em sua tentativa de dar uma função para o exótico órgão que os catetos do Novo Mundo têm nas costas.

Para além da maneira de medir o mundo, baseada em *simpatias*, *antipatias*, *similitudes* e *emulações*, esta sucinta descrição de um órgão específico dos catetos da América portuguesa (quase) oculta uma mudança que começa a se operar no início da era moderna. Para Willian B. Ashworth FR (2005, p. 35) esta visão emblemática do mundo natural, baseada em partes do que é conhecido para se descrever o desconhecido, começa a colapsar quando filósofos naturais e *curiosi*, gradativamente, a abandonam em detrimento de uma percepção



que busca investigar não somente a estrutura visual dos seres mas também as funções desempenhadas por diferentes partes dos corpos. Este olhar, que busca responder a questões como “para que serve este órgão?” irá permitir o surgimento de novos paradigmas e, conseqüentemente, novos campos de saber. Como o da fisiologia.

Obviamente, o paradigma que irá conduzir os saberes em anatomia comparada moderna será, em vários aspectos, distinto daquele que guiou conclusões de homens como José de Anchieta (1988) e Pierre Belon. Entretanto, este campo específico da anatomia também irá florescer em meio às observações e reflexões de *curiosi* como este jesuíta espanhol que desembarca em um Novo Mundo. As analogias serão empregadas, sobretudo, porque elas permitem a descrição de animais desconhecidos como capivaras, antas e catetos a partir de diferentes partes de conhecidos como lebres, vacas e porcos. Esse modelo paradigmático será amplamente empregado na cultura ocidental até o fim do século XVI (FOUCAULT, 1999, p. 36).

É importante que nos atentemos à essa temporalidade. Foi justamente após um século de contato com o Novo Mundo, que as similitudes entre conhecido e desconhecido começaram a se mostrar insuficientes. Talvez porque a diversidade da fauna encontrada na nova colônia fosse tão grande, que as analogias feitas a partir de animais do Velho Mundo não fosse o suficiente. Isso poderia justificar as várias descrições de animais do Novo Mundo que se valeram de outros animais (também) do Novo Mundo para serem feitas. O português Gabriel Soares de Sousa (1971) utilizou a corpulência da capivara para descrever o porco do mato. E ao relatar as características físicas do maior roedor do mundo, este senhor de engenho fez o caminho inverso, ou seja, usa as dimensões do porco do mato para descrever a capivara (SOUSA, 1971, p. 250). E o frade francês André Thevet (1978, p. 162) descreveu a pelagem da anta semelhante à da cutia. No fim do século XVI elas, as analogias, não davam mais conta de abraçar e descrever um mundo cada vez maior e diverso. Não é coincidência, aliás, que partes do que era conhecido nem sempre eram suficientes para descrever o desconhecido.

## **2.5 Do caçador à presa**

A caça pode ser considerada como uma necessidade absoluta do homem. Através dela, os primeiros sintomas da sua superioridade intelectual afloraram. Tendo em conta a extraordinária ferocidade de algumas espécies, a sua corpulência e os perigos que representava, essa atividade ainda é responsável pelo incremento da dieta de diversas

populações tradicionais, podendo atuar, inclusive, como controladora de espécies invasoras (DESBIEZ; BODMER; SANTOS, 2009).

A caça é uma atividade primordial para os primeiros grupamentos de *Homo sapiens*. Ela (a caça) é imposta pela necessidade da defesa e, depois, pela obtenção de alimentos, peles e ossos que, a depender da espécie abatida, poderiam ser utilizados na elaboração de armas, ferramentas e até mesmo habitações (COSTA, 1963, p. 45). Toda a gama de habilidades posta em prática para a captura dos animais, como os elaborados laços camuflados no terreno ou em árvores, denotam um sofisticado nível de raciocínio que transcende a mera intuição. A exemplo disso temos as fossas, buracos estrategicamente cavados de maneira a capturar presas vivas. Habilidades que, guardadas as particularidades das diferentes etnias que as desenvolveram, encontram-se presentes tanto entre celtas europeus, quanto os tupinambás do Novo Mundo (COSTA, 1963, p. 28-36).

Na Europa do século XVI, a caça era voltada à atividade utilitária e, era vista como a própria guerra: uma ação viva, movimentada e perigosa. Nos séculos passados, a caça na Europa trazia consigo toda uma ritualística. Presente, principalmente, nas comunidades tradicionais de caçadores coletores que vagavam pela Europa antes da revolução agrícola há, cerca de, 11.000 anos (DIAMOND, 2008, p. 5-14). As culturas caçadoras-coletoras geralmente possuíam uma rica dieta, apesar de todo gasto calórico advindo da rotina itinerante imposta pelo nomadismo (DIAMOND, 2008, p. 107).

Os animais de caça eram cobiçados por diversos métodos e motivos (COSTA, 1963, p. 77). Os europeus do século XVI utilizavam a lança, espada, cães e punhal no encontro entre homens e animais. Não raro, as armas de arremesso também eram empregadas nas caçadas (COSTA, 1963, p. 45-57). Os nativos americanos utilizavam as sarabatanas, propulsor de dardos, boleadeiras, borduna, fundas, machados de guerras, punhais, arpões, arco e flecha, armadilhas e cães para conseguirem capturar as suas presas (CHIARA, 1987, p. 118). Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca (1995, p. 56), militar espanhol e governador da Província do Rio da Prata, afirmou que a caça era uma das atividades diárias mais importantes, e afirmou que via, diariamente, os indígenas caminhando e caçando pelos campos. Ele menciona a caça e o consumo da carne de cateto (*Pecari tajacu*), queixada (*Tayassu pecari*) e capivara (*Hydrochaerus hydrochaeris*), a qual o militar chama de “porco-d’água” (ALMAÇA, 2002).

### 2.5.1 A caçada de cães

Relatos dos missionários, viajantes e exploradores do século XVI mostram que os nativos americanos não possuíam animais domésticos como bois, cabras, ovelhas, porcos, cavalos, conforme afirma André Thevet (1978, p. 161). Determinados animais exigiam áreas próprias para pastoreio, criadas e mantidas pelos humanos, incluindo aí, alimentos específicos para a dieta de alguns animais, como o sal, este imprescindíveis para o bom desenvolvimento de bovinos. Como a formação de pastagens é, historicamente, uma das atividades humanas de maior impacto ambiental, pois, implica necessariamente no empobrecimento biótico de grandes extensões de ecossistemas mais complexos, não havia, no contexto colonizatório da América portuguesa, essas áreas delimitadas (FERRÃO, 1993). Antes de 1500, os nativos americanos sequer tinham cães, que já eram conhecidos e utilizados por muitos povos caçadores<sup>18</sup>.

Os primeiros animais domésticos introduzidos no Novo Mundo, para auxiliarem na busca por alimento, foram trazidos dos domínios portugueses de Açores, Cabo Verde, Madeira e da Península Ibérica (MARIANTE; CAVALCANTE, 2006, p. 50). A partir do fim do século XV, o uso de cães como arma de combate se estendeu por todo o território americano devido a empreitada de Juan Rodríguez de Enn e as suas 14 caravelas, que introduziram 20 cães, dentre eles, alguns mestiços e outros galgos<sup>19</sup> (BUENO JIMENEZ, 2011, p. 177-179). Nas regiões das Antilhas, Cristóvão Colombo introduziu em sua segunda viagem, centenas de cães e outros animais (VANDER VELDEN, 2012, p. 99). O processo que ficou conhecido como expansão biológica europeia consistiu nos animais trazidos pelos europeus se reproduzirem alteraram o ambiente nativo (CROSBY, 2011, p. 156).

Por mais que vários outros animais também estivessem presentes nas viagens dos colonizadores europeus às Américas, os cães eram seus mais fiéis companheiros (SPIX; MARTIUS, 1981, p.83). Os europeus utilizavam estes descendentes dos lobos eurásianos para se protegerem dos ataques noturnos indígenas, bem como na busca por alimento (CROSBY, 2011). Estes auxiliavam na caça, providenciando alimentos através do seu olfato aguçado,

---

<sup>18</sup> Obviamente, esta ausência de animais domésticos oriundos do Novo Mundo, não significava que as diversas etnias indígenas fossem pouco afeitas ao longo e trabalhoso processo de domesticação. Diamond nos lembra bem que a tentativa de domesticação de espécies autóctones se trata de um fenômeno encontrado em todo o mundo. O relativo sucesso de tal empreitada está muito mais relacionado a disponibilidade de características que possibilitem a domesticação das espécies disponíveis no ambiente (DIAMOND, 2008).

<sup>19</sup> Os galgos não caracterizavam uma raça de cachorro, mas, um conjunto de raças que compartilham características em comum. Os cães galgos acompanhavam os humanos nas expedições pelo mundo, e, por isso, deram origem a novas raças, já que eram influenciados pelo clima, meio e principalmente seleção artificial (AMORIN, 2011, p. 48).

rastreado animais como veados, queixadas e antas (PIQUERAS, 2006, p. 190-194). E em casos de fome extrema, os cães também serviram como alimento para os europeus (BUENO JIMENEZ, 2011, p. 184). As principais raças utilizadas foram o *sabujo* e o *alão*. O *sabujo* era cobiçado devido ao seu olfato aguçado, que conseguiam encontrar as presas, como no caso dos porcos monteses, que exalavam um cheiro característico. O *alão* era cobiçado pela sua agilidade, pela qual capturavam a presa, permitindo que o caçador, em seguida, a pudesse matar (SERRA; PALACIO, 2010, p. 128).

Os índios, inicialmente, se espantaram com tal animal, já que desconheciam para que estes serviam e onde poderiam ser úteis (PIQUERAS, 2006, p. 188). André Thevet (1978, p. 27-28), enquanto esteve nas Ilhas das Canárias, relatou que os cães de grande e pequeno porte eram de estranheza para os nativos americanos. Durante a colonização, os portugueses levaram consigo os cães, primordialmente introduzidos no intuito de adestrá-los para a caça às cabras e a outros animais selvagens.

O conceito de cão como animal temido passa a ser de querido após algum tempo de contato entre cães e índios. Os indígenas entenderam a possibilidade de criar os cães para auxiliarem nas caçadas (BUENO JIMENEZ, 2011, p. 203; VARNER; VARNER, 1983, p. 168). O uso de cães pelos nativos americanos demonstra que a técnica foi introduzida e adaptada pelos indígenas desde os primórdios da colonização da América portuguesa (PIQUERAS, 2006, p. 193). Foi Fernão Cardim (1925) o primeiro colonizador europeu a relatar sobre o uso e a proliferação dos cães domésticos (*Canis lupus familiaris*) pelos colonos e indígenas na Mata Atlântica, tanto para fins de companhia como para caça. O jesuíta português descreveu que existiam muitas castas de cães na América portuguesa e que estavam se multiplicando, já que eram estimados tanto pelos portugueses que os trouxeram pela primeira vez, quanto pelos índios, que utilizavam tal espécie para os auxiliarem na captura de animais selvagens (CARDIM, 1925, p. 106). Como comprovação da proliferação dos cães na região da América portuguesa, André Thevet (1978, p. 51) documenta que duas ou três vezes por ano os portugueses chegavam ao Novo Mundo com navios e munições, e traziam consigo os cães.

É mais do que sugerir que os animais têm uma história, é dizer que as histórias humanas e as histórias dos animais se entrelaçam, se constituem e se desenvolvem mútua e paralelamente (DELORT, 1993; HARAWAY, 2008). A capacidade da associação entre cães e indígenas e sua eficiência como agentes de produção e estruturação de relações sociais são presentes nas narrativas dos colonizadores europeus da América portuguesa (LÉVI-STRAUSS, 1968). A exemplo de uma relação social entre os cães e nativos americanos,

Fernão Cardim (1925, p. 106) analisa o convívio das mulheres indígenas com tal espécie: “e assim as mulheres os trazem nas costas de uma parte para outra, os criam como filhos e lhes dão de mamar no peito”.

Os colonizadores europeus e os nativos americanos valorizavam os cães pela sua capacidade cinegética<sup>20</sup>, que podiam ser treinados para caçarem determinada presa. Para a atividade cinegética, a visão, a fala, a audição e, principalmente, o olfato, eram atributos importantes para que os caçadores e os cães obtivessem sucesso (VARNER; VARNER, 1983, p. 168). A cinegética serviu para localizar e rastrear a presa, seguida da sinalização por meio do latido do cão que era adestrado para dar sinal através da vocalização e, assim, o caçador conseguia abater o animal. A prática de acuar a presa também era empregada para a cinegética, diminuindo as chances de ela escapar dos caçadores (KOSTER, 2009, p. 578). Os europeus, no século XVI, utilizavam os cães para abater a presa ou obterem auxílio na caçada de animais, de forma direta ou indireta (VARNER; VARNER, 1983, p. 170).

Não foi apenas na Europa que os cães eram utilizados para localizar e rastrear as presas (KOSTER, 2009, p. 582-584). Na América portuguesa, os mamíferos nativos terrestres eram capturados pelos indígenas por meio de armadilhas, flechadas e, após o contato com o europeu, cães também eram empregados (FINDLEN, 2002, p. 174-175). Anta, cotia, paca, cateto e queixada são exemplos de mamíferos nativos americanos que eram caçados por cães (KOSTER, 2009, p. 523). O jesuíta espanhol João de Azpilcueta Navarro (1988, p. 176) relatou que a prática da caça era comum entre os europeus na América portuguesa do século XVI. Além de aves, também havia a captura de animais, como os que se chamavam antas pelos espanhóis. A anta era um animal abundante na Mata Atlântica do período colonial, conforme afirmou o jesuíta português Fernão Cardim (CARDIM, 1925, p. 37). A caça destes animais, não era somente abundante no período colonial. Ela era muito popular entre os colonizadores. De fato, o consumo dessa iguaria da Mata Atlântica era tamanho que o jesuíta espanhol José de Anchieta (1988, p. 436), carta escrita em 1585 na região de Piratininga, deixa claro que a única maneira de saborear tal carne era vindo até a colônia, pois na metrópole não havia nada parecido.

A opção pela utilização de cães como estratégia de caça aumentava as chances de sucesso dos colonizadores. Primeiro porque estes, diferentemente dos indígenas, não dominavam os saberes sobre os intrincados ecossistemas da Mata Atlântica e segundo porque mesmo animais fugidios e pouco agressivos como a anta, se utilizavam das mais diversas

---

<sup>20</sup> O próprio termo cinegética se refere a prática de caça empregada pelos etnólogos como “a arte de caçar com o auxílio de cães” (PRIBERAM DICIONÁRIO, 2018).

táticas de sobrevivência para dificultarem a sua captura, como mudarem seus hábitos alimentares ou mergulharem nos leitos dos rios por vários segundos (GÂNDAVO, 1980, p. 12).

A captura de tal espécie era difícil, por isso, eram necessários cães com boa resistência física e excelente olfato. Na hierarquia da caça a anta era um prêmio cobiçado devido à sua corpulência, que poderia render cerca de 136 kg de excelente carne, além do fato desta ser considerada como de excelente sabor (PIQUERAS, 2006). O frade francês André Thevet (1978, p. 162) relata que não se tratava de uma espécie perigosa, pois, quando se sentia ameaçada, o seu único mecanismo de defesa era fugir em busca de um lugar para se esconder. José de Anchieta (1988, p. 129) descreve sobre o motivo da anta viver perto dos rios, pois, quando se sentiam ameaçadas, fato que ocorria quando os cães as perseguiram, na maioria das vezes elas se lançavam ao rio e ficavam escondidas debaixo d'água por muito tempo, e, também, quando mergulhavam e iam para o fundo d'água, saíam em outra parte, onde costumavam cavar e se alimentar de raízes e tubérculos. Um hábito que o jesuíta identificou como o de comer barro nas ribanceiras.

José de Anchieta (1988) faz um relato interessante sobre um comportamento específico da anta quando esta encontra-se acoada. Segundo o jesuíta estas se comunicavam para alertar sobre algum perigo eminente. Uma descrição clara do emprego de sinais sonoros como tática de sobrevivência. Tal comunicação, segundo o jesuíta espanhol, se dava através de assobios (ANCHIETA, 1988, p. 129). Antas são animais com um comportamento complexo. O conjunto de hábitos que compõem suas múltiplas estratégias de sobrevivência envolvem, por exemplo, comportamento social especializado. As características comportamentais, fisiológicas e morfológicas formadas ou mantidas por seleção natural são definidos pelos chamados sinais. O comportamento entre animais da mesma espécie é analisado principalmente devido ao modo como estes se comunicam, aos sinais químicos emitidos e à maneira de captar e interpretar tais sinais químicos (KOSTER, 2009, p. 580). O que torna este registro, feito por Anchieta, particularmente interessante advém do fato de que caçar estes animais poderia ser uma tarefa árdua e, muitas vezes, infrutífera. Além, é claro, de nos permitir constatar como os colonizadores eram consideravelmente meticolosos e observadores em relação àquela fauna que ainda estava sendo descortinada e descrita.

As observações e registros sobre a anta, suas características físicas e comportamentais foram alvo dos mais diversos cronistas, religiosos e colonizadores. O frade francês André Thevet (1978, p. 162), por exemplo, se preocupou em descrever a rapidez das antas ao se locomoverem e, sobretudo, ao empreenderem fuga. O senhor de engenho português Gabriel

Soares de Sousa (1971, p. 243) se preocupou em relatar que a anta, por conta de sua corpulência e força não era boa saltadora. Procurando dar uma ideia da dimensão da força destes animais, José de Anchieta (1988, p. 129) descreve que as antas conseguiam abrir caminho por espessos bosques, separando os ramos de plantas por onde passavam.

A utilização dos cães também foi realizada pelos nativos americanos na caça à cotia. Como se trata de um animal que corre rapidamente, conforme descreve Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 252), eram difíceis de ser capturados mesmo pelos nativos. A estratégia utilizada tanto por europeus, quanto pelos indígenas, era a de perseguir a cotia com cães. O autor afirma que, no sertão da Mata Atlântica do século XVI habitavam três castas de cotia, que se diferenciavam devido a cor da pelagem: as cotias maiores, que eram do tamanho dos coelhos europeus, possuíam uma pelagem preta, enquanto as cotias menores, possuíam uma pelagem parda e amarela (SOUSA, 1971, p. 105). Fernão Cardim (1925, p. 37) e André Thevet (1978, p. 112) afirmam que todas as espécies de cotia são caçadas principalmente porque a sua carne é valorizada como alimento pelos nativos americanos. Bons caçadores não se resumem somente àqueles que sabem empunhar um arco e flecha ou um mosquete. Observar nuances que podem ir de um hábito reprodutivo às sutis características físicas que diferenciam uma espécie de outra pode significar a diferença entre uma caçada bem-sucedida e a fome por tempo indeterminado. Hoje sabemos que existem sete espécies de cotia no Brasil. Algumas com características morfológicas tão discretas que um leigo dificilmente conseguiria diferenciar uma espécie da outra (REIS et al., 2006).

Os porcos nativos da América portuguesa eram abundantes, conforme o relato de Pero Magalhães Gândavo (1980, p. 12), estes dividiam-se em muitas castas. A caçada de tais animais era muito cobiçada, conforme o jesuíta português João de Azpilcueta Navarro (1988, p. 114) escreveu em 1551 na carta de Porto do Espírito Santo. Fernão Cardim (1925, p. 37) analisa como os nativos americanos se mantinham, e, relata que os porcos eram um mantimento ordinário, pois, todas as castas, porcos selvagens se comem e são de boa substância. O sabor da carne de tais espécimes agradava ao paladar dos colonizadores, já que consistia em uma carne muito saborosa, conforme afirma Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 249), era desprovida de banha e de toucinho.

As duas espécies de porcos nativos americanos considerados pelo senhor de engenho português Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 249) como bravas, ferozes e ligeiras, também eram caçadas pela estratégia cinegética. São animais que intimidavam os humanos devido à sua ferocidade. Conforme o relato do senhor de engenho português, a *tayaçutirica* fugia para

a aldeia e canaviais, fazendo com que os nativos americanos subissem em árvores para fugirem e não serem atacados (SOUSA, 1971, p. 249).

Catetos e queixadas emitem sons e odores característicos, o que facilitava o trabalho de rastreamento dos cães. A vocalização emitida pelo *tayaçútirica* foi descrita por André Thevet (1978, p. 161), na qual emitem um som longo e formidável ao bater os seus dentes enquanto comem ou fazem qualquer outra coisa. Fernão Cardim (1925, p. 37) observou o umbigo nas costas, a glândula adanal responsável por secretar feromônios com odor característico, e como através deste odor os cães conseguiam localizar e rastrear os catetos sendo, muitas vezes, capturados.

A paca também foi amplamente caçada com a ajuda de cães. Este roedor, nativo da América portuguesa, tinha uma ampla distribuição biogeográfica e era considerada uma fonte de proteína relativamente abundante pelos colonizadores do século XVI. O jesuíta português Fernão Cardim (1925, p. 38) relatou que se deparou com uma grande quantidade de pacas no Rio de São Francisco. Estas eram numerosas devido à sua taxa de reprodução, já que a gestação dura entre 97 e 118 dias (GUIMARAES et al., 2008, p. 531-537). Conforme Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 251) observou, as fêmeas pariam de dois a três filhotes por gestação. Por se tratar de um animal com hábitos terrestres, a caça da paca, conforme o senhor de engenho português descreveu, podia ser realizada de duas formas: através da utilização de cães oriundos do Velho Mundo e por armadilhas chamadas mundéus (SOUSA, 1971, p. 252).

### **2.5.2 As armadilhas da vida**

Uma armadilha muito utilizada no período colonial era o mundéu. Também conhecido como mandéu ou arapuca, esta tecnologia indígena era empregada na caça de animais terrestres. O mundéu consiste em uma estrutura de troncos leves que sustentam um tronco maciço e roliço. A palavra original *ara'puka* é de origem tupi-guarani, que significa *ara* como ave e *puka* como estouro (FERREIRA, 2008, p. 32). A técnica consiste em colocar a armadilha num local apropriado, onde o caçador sabe ser a passagem da presa ou seu habitat preferencial. Tal artimanha foi descrita por Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 252) na captura da paca. Esta consistia em uma armadilha de desarme e esmagamento. O senhor de engenho descreve que o mundéu é a tapagem de pau a pique feita pelos índios, composta por uma só porta, armada com uma árvore alta, forte e grande levantada do chão, onde colocam um cachorro ou outra isca. Quando o animal passava por essa armadilha, a árvore cai sobre a presa, fazendo com que o animal capturado vocalize, chamando a atenção dos índios ou



colonizadores, que vão até o local em que a presa se encontra e a matam à flechadas (SOUSA, 1971, p. 245).

As questões que envolviam o habitat e o comportamento do animal influenciavam no tipo de caça empregado. A capivara, por exemplo, é considerada por Fernão Cardim (1925, p. 103) como um animal terrestre e o seu comportamento quando se sente ameaçada é analisado por Hans Staden (1930). O aventureiro alemão relata que tal espécie vive nas beiras dos rios, pois, quando se sentem ameaçadas, correm rumo à água para se esconder e sobreviver (STADEN, 1930, p. 171). Devido a essa soma de características, Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 250) conclui que os índios utilizavam armadilhas como técnica para caçar as capivaras.

Os colonizadores europeus que relataram alguns dos costumes da caça indígena no território da Mata Atlântica, durante o século XVI, afirmavam que as espécies de animais que viviam à beira dos rios eram caçadas pelos indígenas através da utilização de redes (ANCHIETA, 1988, p. 120). A caça de mamíferos realizada através desta técnica consistia em duas maneiras. Na primeira, estendiam a rede no chão onde o animal costumava transitar, e o caçador ficava esperando até que o animal passasse em cima. A segunda, era uma rede formada por uma malha de fios de fibra vegetal que ficava armada próxima ao grupo do animal escolhido para ser caçado com a utilização de cães. As presas eram guiadas pelos cães para o local das redes, nas quais podiam ficar presas na água e morrer afogadas. Caso isto não ocorresse, elas eram mortas por flechas (COOPER, 1987, p. 167).

A respeito de como os porcos nativos americanos eram capturados, Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 249) descreve três formas nas quais os indígenas se apropriavam na hora de caçá-los: através de cães, de armadilhas (chamadas fojos) ou de flechas. A técnica de captura pelo fojo pode ser considerada como a mais antiga armadilha de caça da humanidade, devido a sua simplicidade (CHIARA, 1987, p. 83). Trata-se de uma armadilha de queda, em que a versão mais simples consiste apenas no buraco cavado no chão, podendo ter apetrechos adicionados. O fojo, foi citado por André Thevet (1978, p. 161) como uma armadilha utilizada pelos indígenas para caçarem veados, javalis e antas. Thevet (1978) e Hans Staden (1930) descrevem que se trata de uma técnica pela qual indígenas cavam um buraco bem fundo no lugar por onde os animais passam quando estão em busca de alimentos. Neste caso havia uma variação da técnica do fojo, sendo este camuflado com folhagens. O frade francês André Thevet (1978, p. 161-162) considerou o fojo uma técnica de grande astúcia e habilidade, já que os animais dificilmente conseguiam escapar e, quando caíam no buraco e,

ocasionalmente, permaneciam vivos, os nativos americanos podiam ou não matá-los a flechadas dentro da própria armadilha (STADEN, 1930, p. 170).

A reprodução e o comportamento também estavam entre os hábitos amplamente observados pelos indígenas, e conseqüentemente pelos colonizadores, para o uso do fojo como tecnologia de captura. Gabriel Soares de Sousa (1971) relata, por exemplo, que a fêmea da anta gera apenas um filhote por vez e que, enquanto filhotes não conseguem andar, dependem totalmente dos cuidados do macho enquanto a fêmea sai em busca de alimento, já que são animais herbívoros. Nessa fase tanto os pais quanto o próprio filhote estão vulneráveis, o que facilita o trabalho dos caçadores. José de Anchieta (1988, p. 129) descreve que a anta dorme durante o dia, tendo assim, hábitos noturnos, sendo no período da noite que a fêmea sai em busca de comida para seus filhotes que, neste caso, ainda necessitam do leite materno (SOUSA, 1971, p. 244). O senhor de engenho Gabriel Soares Sousa (1971, p. 243) descreve que os nativos americanos arquitetavam os fojos e, esperavam as antas caírem para depois serem mortas a flechadas.

### **2.5.3 O laço perfeito para arcar com a flechada**

No caso das armas dos índios nativos da América portuguesa, o arco e flecha parece ser um elemento de cultura mais expandido e um denominador comum a muitas culturas tradicionais. As flechas e arcos eram utilizadas de diferentes tipos e formas, com variadas características, registradas não só na mesma área como na mesma tribo. Em vista disso, tornou-se difícil reconstituir a trajetória, as modificações e as influências dos arcos e flechas. Ademais, o fato de estes serem feitos de madeira e fibras, dificulta sua conservação, mesmo em sítios arqueológicos bem preservados (HEATH; CHIARA, 1977).

Uma flecha deve atender a um grande número de requisitos físicos de dimensões proporcionais, de equilíbrio, de peso e de torção adequada da emplumação para imprimir, em seu movimento, a rotação necessária para que ela cumpra sua função prática. Qualquer fuga desse conjunto de protocolos põe a perder a flecha como instrumento eficaz de caça (RIBEIRO, 1987, p. 30).

As flechas utilizadas pelas etnias contactadas pelos primeiros colonizadores tinham, em geral, cerca de 150 cm de comprimento. Na falta de um metal para compor a ponta, estas podiam ser feitas de ossos ou madeira fibrosa, resistente o suficiente para servir como ponta (CHIARA, 1987, p. 126-128). José de Anchieta (1988, p. 117-118), por exemplo, observou que diversas etnias utilizavam os ossos do peixe-boi marinho para confeccionarem pontas de

flecha. O jesuíta explica tal preferência ao afirmar que os ossos deste pacífico mamífero aquático são duros e sólidos como marfim.

Os tupinambás eram classificados por Gabriel Soares Sousa (1971, p. 313) como grandes flecheiros. O senhor de engenho definia tais indígenas como ligeiros, muito nadadores e marinheiros, conseguindo atingir porcos, veados e outras alimárias com seus arcos precisos e suas flechas bem construídas. Sousa (1971, p. 249) relata que, quando os nativos americanos optavam por caçar com arcos, tinham que ficar perto de locais que conseguiriam subir e se esconder, porque os *tayaçu* eram descritos como ligeiros e bravos. As flechas utilizadas na caçada de porcos-do-mato eram constituídas de pequenos dardos lançados por outra arma indígena conhecida por seu alcance e precisão: a zarabatana<sup>21</sup>. Esta, composta por um tubo de madeira comprido, onde são colocados dardos embebidos em compostos orgânicos venenosos, geralmente conhecidos como curare<sup>22</sup>, e que podem ser soprados em direção à vítima ou presa. O curare é um composto de várias plantas e, para que o resultado seja tóxico, os índios utilizavam os princípios ativos de plantas da família *Menispermaceae* e *Loganiaceae* (CHIARA, 1987, p. 118-119).

Hans Staden (1930) relatou que tanto os catetos, quanto as queixadas, duas espécies de porco do mato nativos da América portuguesa, eram de difícil de capturada. O viajante alemão observou que estes não eram facilmente pegos nas armadilhas que os nativos utilizavam para a caça (STADEN, 1930, p. 189). Havia um consenso acerca da agressividade destes animais. Fernão Cardim (1925) foi um dos cronistas que se preocupou em registrar que era comum os catetos revidarem as investidas de caçadores e seus cães. Eram animais que geravam medo, e não raramente faziam com que até mesmo mais valente caçador subisse desesperadamente em uma árvore para escapar dos ataques destes porcos e seus dentes caninos que podem alcançar 12 cm de comprimento (MAYER; BRANDT, 1982). O cronista português relata que o *tayaçutirica* esperava durante alguns dias ao pé das árvores nas quais os homens haviam se refugiado. Sabendo disso, os nativos americanos já subiam nas árvores com os arcos e flechas, e de lá, os matavam (CARDIM, 1925, p. 37). Fato também constatado por Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 17), que afirma serem porcos da colônia muito ferozes e, às vezes, os índios os matavam de cima de árvores com flechas. A exemplo da dificuldade em se capturar o porco nativo americano, André Thevet (1978, p. 161) relatou que, certa feita,

<sup>21</sup> As zarabatanas são pequenas varetas afiadas, de cerca de 20 centímetros, compostas por um tufo de fibras na sua extremidade, que serve para bloquear o ar soprado e armazenado no tubo para o lance final. Um bocal facilita a aplicação da zarabatana à boca (CHIARA, 1987, p. 118).

<sup>22</sup> O curare é um veneno que age rapidamente, paralisando a vítima em poucos minutos. O uso do curare não se restringe ao envenenamento de dardos da zarabatana, mas também de pontas de flechas e de lanças (CHIARA, 1987, p. 119).

conseguiu ver um exemplar sendo capturado vivo pelos nativos americanos. Observou ser uma espécie muito feroz e perigosa, e que, apesar dos indígenas o terem amarrado fortemente, o bicho demonstrou uma força absurda, escapando sob as vistas de todos.

Além da utilização das flechas, a caça feita pelos nativos americanos do século XVI também era realizada através de laçadas<sup>23</sup>. No relato produzido em 1565 por José de Anchieta (1988, p. 184) é descrito um diálogo com um indígena, no qual menciona a captura com armadilhas de laço, caracterizando assim a primeira menção sobre o emprego dessa técnica na literatura brasileira. O laço era utilizado na caça à cotia, conforme Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 252) afirma. O ato de laçar era o que se mostrava mais efetivo quando se pretendia caçar cotias. O senhor de engenho afirma que se tratava de uma espécie moradora covas e, seu método de defesa quando eram atacadas dentro da própria cova era de utilizarem de seus dentes afiados (SOUSA, 1971, p. 252; HOSKEN, SILVEIRA, 2001). Logo, enfiar as mãos em tais tocas estava fora de cogitação. Os seus dentes afiados, associado a seu forte maxilar faziam da cotia, apesar de pequena, um animal agressivo. Por conta disso, laçar e puxar para fora da toca era a técnica mais eficiente e segura.

Há, no decorrer do século XVI, uma dinâmica de trocas culturais e tecnológicas, no universo das práticas de caça, que ocorrem em um nível de intensidade e velocidade tão grandes que é difícil resgatar. Os indígenas rapidamente percebem as vantagens estratégicas de se ter os cães domésticos europeus como parceiros de caça. Enquanto os europeus não tardaram a perceber a superioridade dos arcos e flechas quando comparados com o impreciso mosquete. Isso, sem nos esquecermos das técnicas de rastreamento ou de todas as especificidades que cada presa demandava para ser capturada. Foram velhas estratégias, indígenas e europeias, que se reinventaram e *modernizaram* graças a uma das demandas humanas mais básicas: a da sobrevivência.

---

<sup>23</sup>O relato mais minucioso a respeito de como eram feitas essas laçadas foi escrito por John Luccock durante o século XIX. Era uma técnica de laço que poderia ser chamada de *iucanas* ou *juçanas*, realizada por finos trançados de couros finos, onde uma das extremidades ficava firmemente amarrada. Quando o caçador estava para fazer uso do laço, ele formava uma laçada passando uma parte por dentro e formava uma argola. O instrumento assim preparado era arremessado, à medida em que o homem avançava na direção do animal visado (LUCCOCK, 1975, p. 136-137).

### 3 COMO SE FAZ PARA COMER?

De todos os atos naturais, alimentar-se foi o único que o homem cercou de cerimonial e transformou, lentamente, em expressão de sociabilidade, ritual político e mesmo protocolo de alta etiqueta. Compreendeu uma significação vitalizadora e assumiu, nas mais diversas culturas, uma função simbólica de fraternidade, um rito de iniciação para a convivência, para a confiança na continuidade dos contatos (CASCUDO, 1977, p. 36). Através da alimentação, é possível visualizar e sentir tradições que não são ditas. A alimentação é também memória, opera muito fortemente no imaginário de cada pessoa, e está associada aos sentidos: odor, a visão, o sabor e até a audição. Destaca as diferenças, as semelhanças, as crenças e a classe social a que se pertence, por carregar as marcas da cultura (SAVARIN, 1995). Com o desenvolvimento e uso de ferramentas que acabavam por otimizar a caça de outras espécies, o homem subjogou toda a natureza, submeteu-se a seus pratos, prazeres, necessidades e caprichos; domesticou a superfície da Terra, e um frágil bípede tornou-se o rei da criação, descendente de Adão, o primeiro homem a classificar e ser instruído pelo criador a conceber os animais como seus servos (CASCUDO, 1977, p. 36).

Comer já era compreendido enquanto um ato simbólico no início da era moderna. Mesmo homens sem uma formação mais rebuscada, como Gabriel Soares de Sousa (1971), identificavam e observavam os ritos inerentes ao ato de se alimentar. Foi este senhor de engenho que descreveu, por exemplo, o modo como os nativos americanos comiam, especificamente, os tupinambás. De acordo com o autor, a disposição na qual se encontram os tupinambás durante as refeições variava de acordo com a sua importância na tribo. Os indígenas considerados como principais ficavam deitados em redes enquanto comiam. Os demais, ficavam de cócoras no chão, segurando a vasilha com o alimento. Todos que partilhavam da mesma refeição se alimentavam de maneira igualitária, o tupinambá principal repartia por quinhões iguais a carne ou o peixe, mesmo sendo criado e escravo. Quando a refeição era feita durante a lua cheia, os indígenas que se encontravam no chão viravam-se de costas para o fogo e ficavam totalmente no breu. Para todas as refeições e todos os membros da tribo indígena, havia um único consenso: só há ingestão de líquidos, como vinho ou água, após acabarem de comer (SOUSA, 1971, p. 310).

O senhor de engenho português também se impressiona com a maneira distinta de socialização que se opera durante as refeições dos tupinambás. De acordo com Sousa (1971, p. 310), os tupinambás não praticavam coisa alguma enquanto comem, ou seja, os nativos comiam em silêncio. O autor retrata uma sociabilidade da comida avessa àquela encontrada

em jantares e banquetes europeus. Haja vista que, para estes, uma refeição é, também uma reunião. Uma ocasião que é tradicionalmente considerada e utilizada como instrumento de criação ou reconhecimento de laços sociais e políticos (MONTANARI, 1998, p. 108).

A ritualística alimentar indígena era orientada, sem dúvida, pelos mesmos canais sociais, culturais, políticos, econômicos e contextuais dos europeus. Foi justamente esta estrutura simbólica, inerente a inúmeras culturas, que permitiu a homens, como um senhor de engenho português, identificar traços socioculturais no ato de se alimentar indígena. No âmbito da hierarquia social da refeição, Gabriel Soares Sousa (1971, p. 310) fica espantando quando os tupinambás compartilham da refeição com os demais grupos sociais, como os parentes, seus criados e escravos. O estranhamento do senhor de engenho reside no fato de que, para ele, líderes e escravos não deveriam comer juntos, nem a mesma comida. Os ritos adotados por europeus e indígenas podiam ser distintos, principalmente quando comparamos toda a gama de símbolos encontrados em cada pequeno ato presente em uma refeição, como a do líder que come a mesma refeição que seu prisioneiro. Mas é importante observarmos que o autor citado anteriormente só consegue descrever seu estranhamento porque ambos os mundos (Velho e Novo) compartilham de sofisticados ritos, simbologias e significados durante o ato de se alimentar.

A respeito de como as caças eram obtidas e preparadas para ingestão, Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 310) fez uma importante análise. O senhor de engenho português relatou que toda a caça ingerida pelos nativos americanos não era esfolada, e sim, tostada e pelejada. Com isso, Sousa (1971) percebeu que todas as carnes consumidas pelos nativos americanos eram assadas ou cozidas em água quente, com as tripas dos animais mal lavadas. Estas, preparadas com pele e vísceras, o pelo queimado pelo fogo e os miúdos e órgãos internos, depois retirados e repartidos (PARAHYM, 1970).

Entre as sociedades que habitavam a América portuguesa, havia a inexistência de animais reservados especificamente para o abate. Tal percepção foi relatada por Pero Vaz de Caminha (1993, p. 109), quando observa que os nativos não lavavam e nem criavam, não havendo boi, vaca, cabra, ovelha, galinha ou qualquer outro animal nos quais os europeus do século XV e XVI eram acostumados. Alguns anos depois, mesmo diante de uma provável aclimação de animais domésticos europeus em terras americanas, Jean de Léry (1961, p. 135) assinalou o fato de que muito raramente se alimentam com animais domésticos. Entretanto, a ausência de animais específicos para o abate repercutia em um amplo leque de animais consumíveis. O europeu analisou os métodos de sobrevivência e ingestão de calorias dos nativos americanos através dos animais silvestres. O francês Léry (1961, p. 97) nomeou e

classificou uma série de animais que serviam de caça aos índios tupinambá, tais como a anta, os javalis do país e os *agutí*.

Os indígenas, conforme Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 310) relata, apreciavam o consumo da carne dos porcos do mato e da água (capivara). A caça da capivara era visada primordialmente para a alimentação, conforme José de Anchieta (1988) afirmou. Para o jesuíta espanhol, a capivara possuía uma carne considerada própria para se comer (ANCHIETA, 1988, p. 122). Percepção distinta do senhor de engenho português, que descreve a carne dessa caça como uma carne mole e com toucinho pegajoso, sendo considerada como carregada para as pessoas que não possuíam boa saúde. Sousa (1971, p. 250) descreve como a carne do porco da água era preparada na culinária indígena do século XVI. Primeiramente, os nativos deveriam salgar levemente a carne da capivara, para que, em seguida fosse cozida.

Os catetos e queixadas, chamados de porcos monteses por Fernão Cardim (1925, p. 92), foram classificados como a melhor carne de caça dentre os animais nativos americanos. O jesuíta português elogia as substâncias presentes nestas carnes de porcos (CARDIM, 1925, p. 37). As diferenças entre o sabor de cada espécie de porco nativo da América portuguesa foram explicadas por Gabriel Soares de Sousa (1971). Para o senhor de engenho português, a carne da *tayaçu* não possuía banha e nem toucinho, diferente do espécime *tayaçutirica*, que possuía banha e toucinho (SOUSA, 1971, p. 249).

A anta foi comumente descrita pelos colonizadores europeus que residiram na América portuguesa durante o período colonizatório. Tal predileção era encontrada no fato de que a anta, conforme o português Gândavo (1980, p. 40) e o francês Léry (1961, p. 95) relatam, era uma espécie de animal nativo facilmente encontrado em todas as Capitânicas. De fato, a anta era uma preferência colonial. Os nativos americanos também cobiçavam a caça a anta. Além de ser um animal que, pelo menos no século XVI, era fácil de ser encontrado, também parecia possuir uma excelente carne. José de Anchieta (1988, p. 128), considerou a caça da anta como uma carne própria para se comer; para o jesuíta espanhol e André Thevet (1978, p. 162) esta parecia ser considerada como uma carne muito gostosa. No que se refere ao sabor, a analogia escolhida para se descrever a carne da anta foi descrito por Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 243), Pero de Magalhães Gândavo (1980, p. 12) e por Jean de Léry (1961, p. 95) como parecida com o sabor da carne de boi e de vaca.

Os nativos americanos do século XVI preparavam a carne da anta de dois modos: a cozinhavam ou moqueavam. A forma minuciosa com que os indígenas cozinhavam os seus alimentos só foi detalhado por Johan Nieuhof no século XVII. No contexto das Inovações

holandesas do Brasil, Nieuhof desembarcou no Novo Mundo em 1640, a serviço da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais. Permaneceu na conquista por nove anos, deixando um interessante relato das suas experiências, conhecido como *a Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*, publicado em 1682 (HALLEWELL, 2005). O viajante holandês escreve a respeito de tal técnica utilizada na culinária dos nativos americanos, na qual consistia em assar uma determinada carne. Os indígenas cavavam um buraco no chão, forravam com folhas, sobre as quais colocavam a carne que iriam preparar, cobrindo com folhas e depositando sob uma camada de terra ou areia. “Sobre essa arrumação acendiam uma fogueira, que deixavam arder até que presumissem estar a carne suficientemente assada”. (NIEHOF, 1966, p. 302-303). Se acertassem o ponto, a carne ficava excelente, melhor que a preparada por qualquer outro processo. A justificativa dada por Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 244) para cozinhar a carne da anta consistia no fato de que esta não possuía sebo, por isso era considerada dura.

O moquéim, método utilizado pelos nativos americanos na cozinha indígena, foi explicado de forma minuciosa por Jean de Léry (1961). Este cronista francês, durante sua estada no Rio de Janeiro, registrou como os indígenas daquela região enterravam profundamente no chão quatro forquilhas de pau, enquadradas à distância de três pés e à altura de dois pés e meio, local onde assentavam varas com uma polegada ou dois dedos de distância uma da outra. Segundo o viajante francês, a carne era colocada em cima dessa espécie de grelha formada de madeira, na qual chamavam de bouças (LÉRY, 1961, p. 96). Na descrição feita por Hans Staden (1930), fica perceptível que a técnica do moquéim era utilizada pelos indígenas visando, também, a conservação dos alimentos. O alemão relata que, basicamente, consistia em deitar a carne escolhida sobre pequenos paus, à altura de quatro palmos acima do fogo (que fazem embaixo, de tamanho adequado), deixando o alimento assar e defumar até que ficasse completamente seco. Quando mais tarde querem comê-lo, cozinham-no de novo (STADEN, 1930, p. 164).

Além da anta, a carne da cotia e da paca também eram bastante cobiçadas devido ao sabor. Como a carne de anta, cotias e pacas também eram apreciadas não só por nativos americanos, como também, pelos europeus que se encontravam na América portuguesa do século XVI, conforme os relatos dos colonizadores residentes do período como André Thevet (1978), Pero de Magalhães Gândavo (1980) e Jean de Léry (1961). Para o francês, a carne da cotia era considerada como excelente (THEVET, 1978, p. 112) e, comparada ao gosto da lebre por Gândavo (1980, p.40) e ao gosto da carne de vitela por Léry (1961, p. 100).



A carne da paca foi considerada por Pero Magalhães Gândavo como uma muito gostosa (GÂNDAVO, 1980, p. 12) e descrita por Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 252) como uma carne que poderia ser muito gorda, assim como a banha do porco europeu; com isso, foi considerada por Fernão Cardim (1925, p. 38) como uma carne carregada. Na concepção do senhor de engenho português, tanto a carne da cotia como a carne da paca eram sadias e gostosas (SOUSA, 1971, p. 252).

Os colonizadores não poupam elogios ao sabor e textura da carne de cotia. “A carne da cotia possuía um couro muito tenro e saboroso”, afirmou um entusiasmado Pero de Magalhães Gândavo (1980, p. 41) como uma das melhores e mais gostosas carnes que poderia ser encontrada no Novo Mundo. Para além do sabor, Gabriel Soares de Sousa (1971) encontra outra analogia entre pacas, cotias e o leitão das quintas portuguesas: a barriga proeminente. Esta, resultado da dieta rica em vegetais destes dois roedores do Novo Mundo. O senhor de engenho português também se ocupou em detalhar o preparo das carnes destas duas espécies. Segundo ele, os indígenas assavam ou cozinhavam a carne da paca e da cotia utilizando a técnica de pelar, que consistia em não escaldar (ou esfolar) o animal para levá-lo ao fogo, assim como os europeus faziam com os leitões (SOUSA, 1971, p. 252).

Com o cruzamento de diferentes documentos produzidos dentro do período de colonização da América portuguesa, é possível vislumbrar o amplo repertório alimentar utilizado pelas populações nativas da costa leste da América do Sul, ainda que de maneira bastante geral. Observamos também as descrições de tais alimentos concebidas através de intrincadas analogias, bem como as eficientes técnicas caça e preparo indígena, além dos ritos envolvidos no ato de se alimentar. Para além da fome aplacada, o ato de levar o alimento à boca, no período colonial, nos permitem analisar um aspecto único da dinâmica colonial.

### **3.1 Do que protege e não se come**

Os animais nativos da América portuguesa, quando capturados pelos caçadores indígenas serviam para inúmeras possibilidades, além, é claro, de suprir o gasto energético do caçador e sua tribo. A ingestão da carne da caça era um forte motivo para que os indígenas adentrassem na Mata em busca de suprir suas necessidades fisiológicas, como a ingestão de proteína, porém, essa atividade não era guiada, unicamente, por uma demanda nutricional. Na estrutura simbólica que tece o universo alimentar indígena, há uma ordem que estabelece a disposição de tal trama. Nem toda criatura da mata pode (ou deve) ser comida. Havia a separação dos seres que poderiam ser consumidos, domados/domesticados. Neste arranjo

baseado em inúmeros critérios que iram do religioso ao toxicológico, os indígenas estabeleciam uma ordem no aparente caos da mata. O que, obviamente, implicava em um acúmulo dinâmico e profundo sobre os mais variados ecossistemas, sua fauna e flora (ANDERSON, 1997, p. 67-71).

Na sequência desta sofisticada construção indígena de saberes sobre o mundo natural, havia, conseqüentemente, uma otimização do uso daqueles itens oriundos da floresta. Ossos, cascos, chifres, presas, peles, vísceras, garras acabam ganhando lugar nesse inventário de recursos naturais. Carcaças de animais como a anta, capivara, cotia, catetos e queixadas; o aproveitamento e utilidade destas parecia não ter limites nas mãos de um caçador ou artesão indígena. No caso da anta, um dos principais motivos de sua caça, para além de sua saborosa carne, era o valor estimado do seu couro. Pero Magalhães Gândavo (1980, p. 12) é um dos colonizadores que registra a relevância deste item oriundo da caça da anta. O cronista ressalta a resistência do couro deste grande roedor, afirmando que o mesmo é extremamente rígido. O senhor de engenho Gabriel Soares de Sousa (1971) chega, inclusive, a afirmar que flechas não conseguem matar este animal a respeito do couro da anta, e foi bem incisivo quando escreve que se tratava de uma pele muito grossa e rígida. Muitas vezes, afirmou Sousa (1971, p. 243), as flechas não conseguiam matar tal animal, mesmo que fossem caçadas por pessoas experientes. A respeito de como os nativos americanos confeccionavam escudos feitos com a couro da anta, José de Anchieta (1988, p. 129) descreve que a pele do animal era retirada e colocada para endurecer com a ação do sol. Tal procedimento fazia com que a pele ficasse tão rígida, que o escudo se tornasse completamente impenetrável às flechas. O frade francês André Thevet (1978) também irá de dedicar a descrever a dinâmica e a resistência do couro de anta com fins bélicos. O autor afirmava o couro deste animal era considerado deformado e resistente, o que agregava muito valor na fabricação de escudos de guerra pelos nativos americanos. E só com grande dificuldade se conseguia atravessar tal escudo com um tiro de bacamarte<sup>24</sup> (THEVET, 1978, p. 163). Em busca de uma analogia que conseguisse descrever a eficiência de tal tecnologia defensiva indígena, Thevet (1978, p. 125) compara estes escudos de couro com os broqueis barceloneses, que, da mesma maneira que o escudo, não deixavam uma flecha passar. Afinal, os broqueis não deixavam penetrar nem mesmo uma bala dos arcabuzes<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> Bacamarte é um tipo de arma de fogo de cano curto e largo (FERREIRA, 2008, p. 215).

<sup>25</sup> Arcabuz é uma antiga arma de fogo portátil, vulgarmente chamada de espingarda nas crônicas dos europeus do século XVI (FERREIRA, 2008, p. 157).

Tal valor agregado à pele da anta, com o qual, os nativos americanos fabricavam escudos de guerra, foi chamado com diferentes nomes por Fernão Cardim, Gabriel Soares de Sousa (1971) e José de Anchieta (1988). O jesuíta português nomeou o escudo indígena feito com o couro da anta com o nome de adarga (CARDIM, 1925, p. 37). Adarga significava em termos europeus, o principal e mais característico escudo feito de couro e de forma ovalada (CHIARA, 1987, p. 134). Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 244) denominou o escudo feito de couro de anta como couraça, e afirmou que não passava estocada. A couraça, basicamente, era uma armadura feita de pedaços de fitas ou metal, rebitadas em couro ou um tecido grosso e, a estocada, significava golpe de perfuração (EDGE; PADDOCK, 1994). O jesuíta José de Anchieta (1988, p. 129) nomeou o escudo de broquel, que significava um escudo pequeno com empunhadura central (EDGE; PADDOCK, 1994, p. 110).

As presas da cotia também eram utilizados na fabricação de instrumentos. A arcada dentária de tal roedor é composta por um incisivo, nenhum canino, dois pré-molares e dois molares (FRANZO et al., 2013, p. 4-8). As presas compridas, agudas e afiadas da parte superior da mandíbula da cotia chamaram a atenção de Gabriel Soares de Sousa (1971). O senhor de engenho português considerou que estas poderiam ser utilizadas como lancetas<sup>26</sup> e sarjadores, instrumentos cirúrgicos muito em voga no período (SOUSA, 1971, p. 252).

A arcada dentária de outras espécies era muito apreciada pelos nativos americanos. Tratava-se das presas extraídas da carcaça de queixadas e catetos. As flechas fabricadas pelos indígenas eram constituídas por uma ponta, vareta, extremidade proximal, haste, emplumação e extremidade distal. A ponta da flecha, poderia ser feita de madeira, taquara, osso, chifre e material traçado (CHIARA, 1987, p. 124). As presas dos porcos nativos americanos eram retiradas pelos indígenas e amolados, para ficarem ainda mais afiados. Como exemplo, Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 99) relata, em uma das passagens sobre os cativos que fugiam e ainda que levassem ferros de armadilhas, quando matavam algum porco do mato, utilizavam de seus dentes para fazerem arcos e flechas.

Para além do uso bélico, as presas de catetos e queixadas poderiam ter outro emprego. Hans Staden (1930) relatou que os indígenas pegavam os dentes destes animais, amolavam até ficarem bem afiados e os amarravam entre dois gravetos. O aventureiro alemão afirma que tal astúcia possibilitava a criação de um instrumento utilizado para dar acabamento em flechas e arcos, deixando-os redondos, como se tivessem sido tornados (STADEN, 1930, p. 142).

---

<sup>26</sup> Lanceta é um instrumento dotado de uma dupla lâmina, curta, larga e com ponta afiada. No contexto da Europa do século XVI, a lanceta, assim como os sarjões era utilizado para a evacuação dos humores (CHIARA, 1987, p.120).

Além da utilização de presas de alguns animais do Novo Mundo para fabricação de armas ou instrumentos médicos, alguns dentes poderiam ser transformados em joias pelos nativos americanos, como é o caso da capivara. A arcada dentária da capivara é composta por um incisivo, um pré-molar, três molares e nenhum canino semelhante ao encontrado nas pacas (REIS et al., 2006). Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 250) registrou que a capivara possuía dois dentes grandes na parte superior e dois dentes grandes na parte inferior da boca, com o comprimento e grossura de um dedo. As observações de José de Anchieta (1988, p. 122) complementam tal informação, descrevendo que a capivara possui dentes fixos na mandíbula e outros no meio do céu da boca. Esses dentes encontrados no céu da boca da capivara, parecidos com pedras muito grossas, eram considerados joias para os nativos americanos, conforme o relato de Fernão Cardim (1925, p. 103).

### **3.2 A morte de mamíferos que fazem melhorias na vida**

A caça dos mamíferos nativos da América portuguesa propiciava uma fonte preciosa de proteína e gordura, armamentos, joias e, também como mezinhas e boticas para tratar enfermidades. Neste caso merece destaque o uso de partes de animais como catetos, queixadas, antas e pacas.

Mesmo com as dificuldades encontrada para capturar catetos e queixadas, os nativos americanos cobiçavam e apreciavam muito a conquista da caça de tais espécies. Tal fato, conforme Pero de Magalhães Gândavo (1980, p. 41) observou, se baseava em duas justificativas. A primeira, porque a carne de tais animais era muito saborosa e sadia. A segunda, porque acreditavam ser uma carne capaz de prevenir qualquer doença, pois, quando ingerida, não fazia mal a nenhuma pessoa. Estudos publicado pelo CNAN/CONSEA (1989) atestam tal saber e prática indígena. A composição nutritiva da carne suína, sobretudo de animais com alimentação diversificada (como é o caso de catetos e queixadas criados em seu próprio habitat) está, principalmente no seu conteúdo de proteínas de alto valor biológico, nos ácidos graxos monoinsaturados, nas vitaminas do complexo B (especialmente tiamina e riboflavina), ferro, selênio e potássio (CNAN/CONSEA, 1989, p. 134-172).

Os ossos das antas eram cobiçados para a cura de diversas enfermidades. Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 244) relatou que os nativos americanos separavam os ossos da anta, queimavam e o distribuíram aos enfermos de câmaras (um tipo de desintéria), para que bebessem e fossem estancados de tal enfermidade (LEITE, 1953, p. 91-94). Para os europeus o processo saúde doença era caracterizado pelo paradigma hipocrático galênico, através do

equilíbrio/desequilíbrio de humores. Baseado neste princípio técnicas como a da sangria eram muito empregadas. André Thevet (1978, p. 151) registrou o amplo uso de tal terapêutica ao afirmar que o emprego de ervas, folhas e presas afiadas de animais (para sangrar o enfermo) era habitual.

Hans Staden (1930) chegou a relatar que ele mesmo empregou a técnica de sangria utilizando partes de animais nativos caçados. O alemão afirmou que para perfurar a pele poderiam ser utilizados presas de paca devidamente amolados (STADEN, 1930, p. 97). O autor descreveu a experiência que viveu com um enfermo nativo americano, o qual se utilizou de uma destas presas da paca para tentar abrir uma veia mediana, porém, não conseguiu, já que a presa não estava devidamente amolada. Rodeado por nativos americanos que o perguntavam se o enfermo iria ficar bom novamente, Staden (1930, p. 97) respondeu que nada tinha sido válido, pois a sangria não havia ocorrido corretamente. Os nativos então, resolveram eutanasiar o enfermo, antes que ele morresse.

### **3.3 Da abundância à escassez**

Capivara, anta, paca e cotia são mamíferos herbívoros, o que faz deles importantes dispersores de espécies vegetais na dinâmica ecológica do ecossistema que habitam (DEUTSCH; PUGLIA, 1990, p. 45). As sementes dispersas por estes mamíferos são quase oriundas de frutos doces, amarelos, cheirosos e polpidos, como o araçá (*Campomanesia spp.*) e o bacupari (*Rheedia gardneriana*), frutos registrados na Mata Atlântica desde o século XVI (HOWE; SMALLWOOD, 1982, p. 201-228). Muitas plantas necessitam de animais como a anta e a cotia para completarem seu ciclo reprodutivo e se dispersarem. Como é o caso do “ouriço” da castanha do Pará (*Bertholletia excelsa*), que tem de ser rompido para que suas sementes cheguem até o solo e germinem. Algo que só pode ser feito por algumas espécies de animais, como é o caso das cotias. O fruto, que pesa entre 800 gramas e 1,5 quilograma, é formado por uma casca lenhosa como madeira recoberta por outra de cortiça. Depois das sementes intactas serem defecadas, sua capacidade germinativa pode aumentar, diminuir ou não ser diferente, quando comparadas com sementes que não passaram pelo trato digestivo do animal (DALLING, 2002).

O impacto do processo colonizatório europeu nos ecossistemas da Mata Atlântica, muitas vezes, é pensado somente na perspectiva da ação direta dos colonizadores na vida vegetal. Entretanto, a caça intensiva de animais como a anta pode ter consequências diretas nas plantas que coevoluíram com estes animais para se dispersarem. Plantas com sementes

grandes, que nenhuma ave consegue engolir, são as mais ameaçadas em fragmentos florestais. Elas são dispersas, por exemplo, exclusivamente por antas e cotias. Esses pequenos roedores, assim como a cotia, possuem habilidades de abrir o ouriço da castanha, ação que perdura de entre 40 a 50 minutos para roer um buraco nele até chegar às castanhas (DALLING, 2002). Tais espécies de animais se alimentam de algumas castanhas e transportam as remanescentes para longe da planta-mãe, enterrando-as para consumir algum tempo depois, no período de escassez de alimento na floresta. Ocorre que, muitas vezes, os animais dispersores, como é o caso da cotia, não se lembram o local onde enterraram as castanhas, resultando na germinação das sementes enterradas, dando origem a novas plantas de castanheiras. Nesse processo, já foi documentado que a cotia consegue transportar sementes por até 1 km de distância (FERREIRA, 2012, p. 57-59).

Conforme cronistas como Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 243) e José de Anchieta (1988, p. 129) já haviam verificado, a anta possui uma dieta composta de diversos frutos; ou seja, é um animal herbívoro ramaneador (HENRY, FEER, SABATIER, 2000). Este animal é um agente ecológico essencial nas comunidades das plantas, além de um eficiente fornecedor de alimento para a fauna que se nutre de excrementos. Desempenha função categórica na estrutura, diversidade dinâmica e biológica dos biomas (FRAGOSO, 1999). O seu papel de dispersor provavelmente não pode ser desempenhado por outros animais. Devido ao seu grande tamanho e suas características digestivas, são os últimos potenciais dispersores de plantas que antes eram dispersas por outros grandes mamíferos que já foram extintos (O'FARRIL; GALETTI; CAMPOS-ARCEIZ, 2013).

O tamanho, a forma e a densidade das sementes dispersas por antas, pacas e cotias está bastante relacionado com a direção e velocidade dos movimentos dos dispersores e pela velocidade e forma de deposição das sementes. Algumas espécies dispersoras, por exemplo, movem-se diretamente para outra árvore com frutos ou para poleiros isolados. A biologia reprodutiva das plantas (produção, dispersão e germinação de suas sementes) constitui um elemento chave no esclarecimento dos padrões de distribuição e abundância das espécies (DALLING, 2002). A dinâmica alimentar destes animais é tão dramática que pacas têm apenas uma ou duas crias por ano e se reproduzem uniformemente o ano todo. Acredita-se que isso é possível devido à disponibilidade de frutas todo o ano, já que são animais herbívoros (DUBOST; HENRY; COMIZZOLI, 2005, p. 93-109). A espécie apresenta uma dieta frugívora, e a presença de sementes não-danificadas em suas fezes apontam seu potencial dispersor.

A presença de animais que se alimentam das sementes ajuda a controlar o crescimento de novas plantas e evita que determinadas espécies vegetais dominem a floresta. Entre os agentes que predam espécies vegetais que possam exercer uma ação dominante no meio, destacam-se catetos, queixadas, capivara, paca e cotia. A cotia é tanto dispersora como predadora de sementes: as que ela não enterra, são roídas e ingeridas.

Capivaras, pacas e cotias são costumeiramente classificados como animais de comportamento alimentar herbívoro, levando em consideração as características anatômicas e fisiológicas da ordem Rodentia e com diversas observações realizadas na natureza. São animais que apresentam papel importante na natureza, pois as tocas das pacas e cotias, feitas no solo para moradia, servem também para aerar o terreno. Ao urinarem e defecarem em suas tocas e galerias auxiliam no retorno dos nutrientes e sais minerais para o solo e, por fim, ainda ajudam na germinação de sementes e provável fixação de uma nova planta por possuírem hábitos de enterrar os alimentos (HOSKEN; SILVEIRA, 2001). Estas espécies desempenham importante papel na dispersão de sementes de frutos, uma vez que se alimentam destes e carregam suas sementes por metros de distância, (GALETTI et al., 2010, p. 472-476) verifica-se que, uma vez removidos de seu ambiente natural (por exemplo, por caça indiscriminada), a distribuição natural de sementes não será mantida e o aspecto da floresta irá mudar gradualmente (SMYTHE, 1978).

Os catetos e queixadas são importantes na manutenção dos ecossistemas como predadores e dispersores de sementes; são classificados como frugívoros (acima de 50% da dieta é composta de frutos), alimentando-se de frutos, sementes, raízes, larvas de insetos e minhocas (DESBIEZ; BODMER.; SANTOS, 2009, p. 11-20). Vivem em bandos grandes, podendo chegar a centenas de animais. A gestação dura em torno de 250 dias, e o tamanho médio da ninhada é de 1,6 - 1,69 filhotes que apresentam pelagem mista de vermelho, marrom e creme, com uma faixa dorsal mais escura que persiste até um ano (FRAGOSO, 1999, p. 993-1002). O senhor de engenho português Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 248) descreveu, no século XVI, as semelhanças entre as duas espécies, bem como o hábito alimentar de consumidor espécies vegetais nativas, comprovando as descrições feitas acima: “[...] ambas que andam em bandos pelo mato, as fêmeas parem muitos filhotes e se alimentam de frutas”.

As descrições de animais da fauna do Novo Mundo feitas durante os primeiros decênios da colonização não caracterizam somente um volume considerável. Elas são recorrentes em praticamente todos os cronistas, viajantes, colonizadores, missionários e aventureiros que aportaram naquela nova colônia do reino de Portugal. Muito antes do

estabelecimento de uma cultura pecuária que conseguisse suprir as demandas alimentares dos europeus, que desembarcavam sistematicamente nas praias da América portuguesa, foram os recursos finitos da caça empreendida na Mata Atlântica que, em boa medida, permitiram o empreendimento colonizatório. Hoje, graças a uma relação cada vez mais interdisciplinar entre a História e áreas como Zoologia, Ecologia e Biogeografia conseguimos analisar através dos relatos, tratados e crônicas do século XVI o quanto a expansão europeia impactou a fauna silvestre do Novo Mundo, em especial da América portuguesa. Muitas vezes a História do processo colonizatório é por demais especialista. Simplesmente ignoramos que a história da América portuguesa é, também, a história da relação humana com outras espécies e das consequências que essa dinâmica pode gerar. O processo de extinção de inúmeras espécies da fauna brasileira não nos deixa mentir.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Europa, com a expansão marítima, a partir do século XVI, iniciou contato com os povos, paisagens animais e plantas do continente americano. A história do desembarque europeu nos mais diversos continentes do globo é, também a história do desembarque da cultura, religião e instituições europeias. Entretanto, como em toda rota, uma via de mão dupla foi estabelecida, e o conhecimento de novas terras, novos povos, fauna e flora a levou o europeu a ampliar, quisesse ou não, suas concepções e teorias sobre a origem, realidade e dinâmica do mundo. Com isso, nasceu a concepção de um Velho Mundo e um Novo Mundo. As conexões entre estes não ocorreram apenas entre distintos representantes da espécie humana. O intercâmbio colombiano possibilitou que ocorresse uma incomensurável expansão biológica de animais plantas, doenças, recursos naturais, domínio religioso e territorial. (CROSBY, 2011).

Os europeus que residiram na América portuguesa, durante o período colonial, encontraram uma enorme diversidade enquanto estiveram em contato com a fauna e flora da Mata Atlântica. Os relatos produzidos pelos primeiros habitantes do Velho Mundo, a desembarcarem no Novo, produziram observações, descrições e classificações de espécies animais e vegetais nativas. A partir daí assistiremos à comparação de paraíso terrestre do Novo Mundo com o jardim do Éden, à tentativa de validação teoria da arca de Noé, à filosofia hipocrático-galena tentando compreender as doenças e curas do Novo Mundo, à teoria da grande cadeia do ser hierarquizando seres humanos de diferentes origens. A maneira de medir o mundo (e a si próprio) nunca mais foi a mesma desde o desembarque daqueles homens que buscavam expandir os domínios de seus soberanos. Tal choque se operou a partir das inúmeras descrições, crônicas, tratados e cartas que se dedicaram a inventariar todos os constituintes daquela nova realidade. Entre estes, os do mundo natural.

As descrições animais do Novo Mundo, dentre eles a anta, capivara, cotia, paca, cateto e queixada nos permite a compreensão de uma dinâmica que ia da Filosofia Natural, passando pelo mercantilismo até a sobrevivência. No que se refere ao comércio destes animais, a dinâmica de tal tráfico tinha início com as trocas por alguns utensílios, como, por exemplo, anzóis de ferro. Além da negociação, a interação entre colonizadores e nativos ocorreu devido à necessidade dos europeus em sobreviver no bioma Atlântico, já que eram os nativos grandes conhecedores da floresta e seus recursos. O fato de animais oriundos do Velho Mundo serem introduzidos em território americano também foi importante, principalmente na questão das dinâmicas e vantagens estratégicas oriundas de processos de domesticação.

Novos paladares, modos de preparo do alimento, novas técnicas de armamento, guerrilha, de intercâmbio entre produtos podem identificar aspectos sociais, antropológicos e culturais da relação dos nativos com os recursos da fauna. Uma relação inserida no universo da caça. As técnicas indígenas de caça foram incorporadas e aperfeiçoadas com o advento da introdução de animais domésticos. O cão europeu introduzido no Novo Mundo é um exemplo disso. A destreza, habilidade e conhecimento do caçador, fizeram com que o europeu observasse e relatasse com admiração, todas as suas vivências.

O grande impacto sobre a Mata Atlântica, como nos recordam Warren Dean (1996, p. 59), teve início desde que os portugueses derrubaram a primeira árvore para construir uma cruz. Ao mesmo tempo em que encantava *curiosi*, filósofos naturais e colonizadores, a floresta também apresentava razões econômicas para a exploração e ocupação do Novo Mundo. Rapidamente, os portugueses descobriram o potencial mercantil e deram início à exploração da Mata Atlântica (TONHASCA JUNIOR, 2005, p. 12). Foi a história das interações entre povos distintos que deu forma ao mundo moderno, epidemias, conquistas, genocídio, exploração indevida do solo, caça excessiva de animais, entre outras dinâmicas exploratórias. Esses enfrentamentos produziram consequências que ainda continuam presentes em áreas do mundo atual (DIAMOND, 2008). Os animais e plantas habitantes da Mata Atlântica do século XVI, infelizmente, não podem ser observados tão facilmente no século XXI. Um dos principais fatores para a diminuição da população de antas, cotias e pacas no território que, atualmente denominamos como Brasil, foi e é a caça. A caça tomou e ultrapassou os âmbitos de busca para suprir a energia proteica do ser humano. Alcançou patamares mercantis e exploratórios de forma incomensurável, o que acarretou grande perda da diversidade faunística e floral da Mata Atlântica (TONHASCA JUNIOR, 2005).

A Mata Atlântica é o terceiro bioma em extensão no Brasil, com cerca de 1.273,000 km (FONSECA et al., 2004). A cobertura de áreas protegidas na Mata Atlântica avançou expressivamente ao longo dos últimos anos, com a contribuição dos governos federais, estaduais, municipais e iniciativa privada. No entanto, a maior parte da vegetação nativa ainda permanece sem proteção. Atualmente, a região da Mata Atlântica é altamente prioritária para a conservação da biodiversidade mundial, abrigando 849 espécies de aves, 370 espécies de anfíbios, 200 espécies de répteis, 270 mamíferos e cerca de 350 espécies de peixes (dados do Ministério do Meio Ambiente, 2018). Dentre essas populações de mamíferos, a anta brasileira é vulnerável à extinção, pois só existem três áreas que mantêm populações viáveis com mais de 200 indivíduos, e 40% da população total está concentrada no maciço da Serra do Mar, em São Paulo e no Paraná (REIS et al., 2006). Atualmente, existem redes de proteção e

preservação a anta, como o Grupo Especialista das Antas (*TSG - Tapir Specialist Group*, [www.tapirs.org](http://www.tapirs.org)) da Comissão de Sobrevivência de Espécies (*SSC - Species Survival Commission*) da União Internacional para a Conservação da Natureza (*IUCN - International Union for Conservation of Nature*) vem desenvolvendo uma série de ações de conservação da anta brasileira, incluindo 11 países de ocorrência (IUCN, 2001).

Atualmente, como as antas são amplamente caçadas até sua extinção local, as cotias herdaram o título de únicos dispersores de sementes grandes nos fragmentos florestais (FIORI, 2001). Muitas espécies de mamíferos que dispersam sementes estão ameaçadas de extinção. Por isso, a conservação dessas espécies irá evitar que as árvores percam a capacidade de se manterem na floresta. Se não houver animais para fazer o trabalho de dispersão de sementes, para recompor uma floresta e mantê-la autossustentável, será preciso replantar espécies e também reintroduzir os bichos. Inserir no ambiente animais dispersores como a cotia e controlar a caça, por exemplo, pode fazer a população animal aumentar demais e causar outro impacto na cadeia alimentar. Uma vez que ocorreu a perturbação da mata, fica difícil refazer a natureza. Sem manejo adequado, estaremos perdendo cada vez mais nossa biodiversidade

A Lei de Fauna, Lei nº 5.197/67 proporcionou medidas de proteção e, com o advento da Constituição Brasileira de 1988, o protecionismo à fauna ficou bastante fortalecido tendo em vista o teor do seu Art. 225, assim descrito: “Proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da Lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção das espécies ou submetam os animais a crueldade” (IBAMA, 2003). Esta Lei elimina a caça profissional e o comércio deliberado de espécies da fauna brasileira. Por outro lado, faculta a prática da caça amadorista. Além da caça, a paca, cotia, cateto e queixada são vítimas de atropelamento, perda de qualidade de habitat, fogo, crescimento de centros urbanos e áreas rurais no entorno de Unidades de Conservação.

Nossa proposta aqui foi a de seguir uma história do período colonial do Brasil com novos personagens, as espécies de mamíferos nativas e, em menor grau, aquelas vindas da Europa. Utilizar animais, principalmente a anta, paca, cotia, capivara, cateto e queixada como objeto na pesquisa historiográfica é um caminho novo, especialmente na historiografia brasileira. No entanto, é um caminho não somente possível, mas necessário de ser trilhado. Humanos, animais e plantas nunca estiveram separados. Nosso contato com outras espécies não possibilitou somente recursos como alimentação, vestimenta, construção e fabricação de utensílios e produtos, bem como, acumulação de riquezas da espécie *Homo sapiens*. Essa dinâmica possibilitou a nossa própria História.

**FONTES DOCUMENTAIS**

ANCHIETA, José de. **Cartas**: informações, fragmentos históricos e sermões. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.

CABEZA DE VACA, Alvar Núñez. **Naufrágios e comentários**. Porto Alegre: L & PM, 1995.

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a El Rei D. Manuel**. São Paulo: Dominus, 1993.

CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. Introduções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925.

\_\_\_\_\_. **Tratados da terra e gente do Brasil**. São Paulo: Itatiaia, 1980.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **História da Província Santa Cruz**. Rio de Janeiro: Obelisco, 1963.

LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

NAVARRO, João de Azpilcueta. **Cartas avulsas**. São Paulo: EDUSP, 1988.

NIEHOF, Johan. **Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil**. Tradução: Moacir N. Vasconcelos. São Paulo: Martins, 1966.

SOARES, Francisco. **Coisas notáveis do Brasil**. Rio de Janeiro. Instituto Nacional do Livro / Ministério da Educação e Cultura, 1966.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Edusp, 1971.

STADEN, Hans. **Dois viagens ao Brasil**. São Paulo: Itatiaia, 1930.

THEVET, André. **As singularidades da França Antártica**. Tradução de Eugênio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

VESPÚCIO, Américo. **Novo mundo**: as cartas que batizaram a América. São Paulo: L. Pm, 1984.

## REFERÊNCIAS

- ABBADE, C. M. S. Os textos da culinária Portuguesa revelando os costumes Medievais. **Cadernos do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos**. Rio de Janeiro: Cifefil, v. XII, n. 08, 2009.
- ACOSTA, J. **Historia natural y moral de las Índias**. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.
- ALHO, C. J. R.; CAMPOS, V. M.; GONÇALVES, H. C. Ecology, social behavior and management of the capybara in the Pantanal of Brazil. **Advances in Neotropical Mammalogy**. v. 1, p. 163-194, 1989.
- ALMAÇA, C. **A zoologia pré-lineana no Brasil**. Museu Bocage, 2002.
- AMORIN, M. **Almanaque dos cães**. São Paulo: Escala, 2011.
- ANDERSON, S. Mammals of Bolivia. **Taxonomy and Distribution. Bulletin of the American Museum of Natural History**, Sydney, 1997.
- AQUINO, T. **Suma Teológica: a criação, o anjo e o homem (1265-1273)**. São Paulo: Loyola, 2002. v. 2.
- ARAKAWA, H. D. C. et al. Scent marking behavior as an odorant communication in mice. **Neuroscience & Biobehavioral Reviews**, v. 32, n. 7, p. 1236-1248, sep., 2008.
- ARAKAWA, H.; CRUZ, S; DEAK, T. From models to mechanisms: odorant communication as a key determinant of social behavior in rodents during illness- associated states. **Neuroscience & Biobehavioral Reviews**, v. 35, n.9, p. 1916-1928, oct., 2011.
- ARNAUT, S. D; MANUPPELLA, G. (ed.). **O Livro de cozinha da Infanta D. Maria**. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1967.
- ASHWORTH, FR., W. B. Emblematic natural history of the Renaissance. In: JARDINE, N; SECORD, J. A; SPARY, E. C (Org.). **Cultures of Natural History**. Inglaterra: Cambridge University Press, 2005.
- ASSUNÇÃO, P. **A terra dos Brasis: a natureza da América portuguesa vista pelos primeiros jesuítas (1549-1596)**. São Paulo: Annablume, 2000.
- ASÚA, M.; FRENCH, R. **A new world of animals: Early Modern Europeans on the creatures of Iberian America**, Ashgate, 2005.

BARRETO, L. F. **Os descobrimentos e a ordem do saber**: Uma análise sociocultural. Lisboa: Gradiva Publicações, 1989.

BELLUZO, A. M. M. **O Brasil dos viajantes**. São Paulo: Objetiva / Metalivros, 1999.

BÍBLIA SAGRADA. **Gênese**. Tradução dos originais mediante versão dos monges de Maredsous (Bélgica). São Paulo: Ave Cristo, 1978.

BLUND, W. **El Naturalista**: vida, obra y viajes de Carl von Linné (1707-1778). Tradução: Manuel Crespo. Reseña, 1971.

BOEHRER, B. **A cultural history of animals in the Renaissance**. Oxford: Berg, 2007.

BRACHT, F. **Bagas ardentes e remédios para todo**: uma história peregrinação das plantas americanas nos séculos XVI e XVII. 2013. 142f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Maringá - UEM. Maringá. 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Instrução Normativa nº. 003**, de 26 de maio de 2003. Lista Oficial das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção (considerando apenas os seguintes grupos de animais: anfíbios, aves, invertebrados terrestres, mamíferos e répteis). Disponível em: <[https://www.mma.gov.br/estruturas/179/\\_arquivos/179\\_05122008034002.pdf](https://www.mma.gov.br/estruturas/179/_arquivos/179_05122008034002.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2018.

BROCK, J. C. **História da domesticação dos mamíferos** - Dos primórdios à actualidade. Tradução: Tânia Sofia Rocha. Lisboa: Repliação, 2002.

BRYANS, D. The Double Invention of Printing. **Journal of Design History**, v. 13, n. 4, p. 287-300, set. 2000.

BUENO JIMENEZ, A. Los perros en la conquista de América: história e iconografia. **Chronica Nova**, v. 37, p. 177-204, 2011.

BURGENER. et al. Does anal gland scent signal identity in the spotted hyaena? **Animal Behaviour**, v. 77, n. 3, p.707-715, mar., 2009.

CALMON, P. **História do Brasil**. Século XVI - As Origens. São Paulo: Livraria José Olympio, 1959.

CAPEL-SAÉZ, H. **O nascimento da ciência moderna e a América**: o papel das comunidades científicas, dos profissionais e dos técnicos no estudo do Território. Maringá: EDUEM, 1999.

CARNEIRO, H. **Comida e saciedade**: uma história da alimentação. Rio de Janeiro: Elsevier, 1970.

CARVALHO, C. T. **Dicionário dos mamíferos do Brasil**. São Paulo: Fundação Parque Zoológico de São Paulo, 1969.

CASCUDO, L. C. **História da alimentação no Brasil**: cardápio indígena, dieta africana, ementa portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. v. 1.

CASTRO, S. **O descobrimento do Brasil**: A Carta de Pero Vaz de Caminha. Porto Alegre: L&PM, 1985.

CEACERO, F. et al. Pre-orbital gland opening during aggressive interactions in rusa deer (*Rusa timorensis*). **Behavioural processes**, v. 111, p. 51-54, feb, 2015.

CHIARA, V. Armas: bases para uma classificação. In: RIBEIRO, D. (Editor). **Suma etnológica brasileira**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, Finep, 1987, p. 117-138.

CINTRA, P. **Métodos de conservação de alimentos**. 2014. Disponível em: <<https://nutri-saude14.files.wordpress.com/2014/11/mc3a9todos-de-conservac3a7c3a3o-dos-alimentos-2014.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2018.

CNAN/CONSEA - Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição / Conselho de Pesquisa Nacional. **Concessão de Dieta Recomendada**. 10. ed. Washington: Imprensa Acadêmica Nacional, 1989.

COOPER, J. M. Armadilhas. In: RIBEIRO, D. (Editor). **Suma etnológica brasileira**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, Finep, 1987, p. 101-118.

COPERNICO, N. **A revolução dos orbes celestes**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

CORRÊA, D. S. Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH, v. 26, n. 51, p. 63-87, jan./jun. 2006.

COSTA, C. E. **O caçador**. Lisboa: Editorial Estampa, 1963.

CROSBY, A. W. **A mensuração da realidade**: a quantificação e a sociedade ocidental, 1250-1600. Tradução Vera Ribeiro. São Paulo: UNESP, 1993.

\_\_\_\_\_. **Biological and cultural consequences of 1492**. Front Cover: Greenwood Press, 1972.

\_\_\_\_\_. **Imperialismo ecológico**: a expansão biológica da Europa 900-1900. Trad. José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CUNHA, M. C. (Org.). **Introdução a uma história indígena in história dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

- CUNHA, M. C. Antropologia do Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Mito, história e etnicidade**. São Paulo, Brasiliense, Edusp, 1986.
- CUNHA, M. C.; CASTRO, E. B. V. Vingança e temporalidades: Os tupinambás. In: **Anuário antropológico**. n. 85. Tempo brasileiro, 1986.
- DAHLBERG, I. Teoria da classificação, ontem e hoje. In: **Conferência Brasileira de Classificação Bibliográfica**. Rio de Janeiro: IBICT; Brasília: ABDF, 1976. p. 352-370.
- DALLING, J. M. Ecología de semillas. In: GUARIGUATA, M. R.; KATTAN, G. H. (Eds.). **Ecología y conservación de Bosques Neotropicales** LUR: Cartago, 2002, p. 345-375.
- DARWIN, C. **A origem das espécies**, no meio da seleção natural ou a luta pela existência na natureza. Tradução de Joaquim da Mesquita Paul. Porto: Lello & Irmão, 1988.
- DEAN, W. A botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 216-28, 1991.
- \_\_\_\_\_. **A ferro e fogo**: a história da devastação da Mata Atlântica. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- DEBUS, A. G. **O homem e a natureza no renascimento**. Tradução Fernando Magalhães. Lisboa: Porto, 2002.
- DELAUNAY, P. **La zoologie au XVI siècle**. Paris: Hermann, 1997.
- DELORT, R. **Les animaux ont une histoire**. Paris: Seuil, 1993.
- DESBIEZ, A. L. J.; BODMER, R. E.; SANTOS, S. A. Wildlife habitat selection and sustainable resources management in a Neotropical wetland. **International Journal of Biodiversity and Conservation**, v. 1, n. 1, p. 11-20, 2009.
- DEUTSCH, L. A.; PUGLIA, L. R. R. **Os animais silvestres**: proteção, doenças e manejo. 2, São Paulo: Globo, 1990. 191 p.
- DIAMOND, J. **Armas germes e aço**: os destinos das sociedades humanas. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- DIAS, J. S. S. **Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI**. Lisboa: Castro e Silva, 2013.
- DUBOST, G.; HENRY, O.; COMIZZOLI, P. Seasonality of reproduction in the three largest terrestrial rodents of French Guiana forest. **Mammalian Biology**, v. 70, n. 2, p. 93-109, mar., 2005.



EDGE, D.; PADDOCK, J. M. **Arms & Armor of the medieval knight: An Illustrated History of Weaponry in the Middle Ages**. 4. ed. New Jersey: Crescent Books, 1994. 194 p.

ELLIOT, J. H. A conquista espanhola e a colonização da América. In: BETHELL, L. (Org.). **História da América Latina: América Latina Colonial**. Tradução Maria Clara Cescato. 2. ed. São Paulo: USP / Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018. p. 135-283.

EMMONS, L. H. **Neotropical rainforest mammals, a field guide**. Chicago y Londre: University of Chicago Press, 1990.

FARBER, P. L. **Finding order in nature: The Naturalist Tradition from Linnaeus to E. O. Wilson**. By Paul Lawrence Farber. Baltimore: Johns Hopkins UP, 2000.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, F. **Os desbravadores: uma história mundial da exploração da Terra**. Tradução: Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FERRÃO, J. E. M. **A aventura das plantas e os descobrimentos portugueses**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1993.

FERREIRA, A. B. H. **Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa** dicionário. 7. ed. Curitiba: Positivo; 2008.

FERREIRA, E. O fator humano: castanhais podem ser resultado da ação de populações indígenas antes da colonização europeia. **Pesquisa Fabesp**, ed. 198, p. 57-59, ago., 2012.

FINDLEN, P. Inventing Nature: Commerce, Art, and Science in the Early Modern Cabinet of Curiosities. In: SMITH, P. H.; FINDLEN, P. **Merchants & Marvels**. New York, London: Routledge, 2002.

FIORI, A. M. Sem bichos, a floresta morre. O desaparecimento de animais que dispersam sementes põe em risco a sobrevivência de remanescentes da Mata Atlântica. **Pesquisa Fabesp**, ed. 62, mar., 2001.

FLANDRIN, J. L.; MONTANARI, M. **História da alimentação**. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FONSECA G. A. B. et al. Corredores de Biodiversidade: o corredor Central da Mata Atlântica. In: ARRUDA, M. B.; SÁ, L. F. S. N. (Orgs.). **Corredores ecológicos: uma abordagem integradora de ecossistemas no Brasil**. Brasília: IBAMA, 2004. p. 47-66.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FRAGOSO, J. M. V. Perception of scale and resource partitioning by peccaries: behavioral causes and ecological implications. **Journal of Mammalogy**, v. 80, n. 3, p. 993-1003, aug., 1999.

FRANÇA, J. M. C. **A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII**. Antologia de textos: 1591-1808. São Paulo: José Olympio / Unesp, 2012.

FRANZO, V. et al. Fórmula dentária da cutia adulta (*Dasyprocta leporina*). **Revista Científica Eletrônica de Medicina Veterinária**, ano XI, n. 21, p. 4-8, 2013.

FUDGE, E. et al. At the borders of the human: Beasts, bodies and natural philosophy in the early modern period. **Sixteenth Century Journal**, v. 34, n. 3, p. 895, oct., 2003.

FUDGE, E. **Renaissance beasts**: of animals, humans, and other wonderful creatures. Chicago: University of Illinois, 2004.

GALETTI, M. et al. The role of seed mass on the caching decision by agoutis, *Dasyprocta leporina* (Rodentia: Agoutidae). **Zoologia**, v. 27, n. 3, p. 472–476, jun., 2010.

GALILEI, G. **Ciência e Fé**: cartas de Galileu sobre o acordo do sistema copernicano com a Bíblia. São Paulo: UNESP, 2009.

GATELY, I. **Tobacco**: a cultural history of how an exotic plant seduced civilization. Nova Iorque: Grove Press, 2001.

GERBI, A. **La naturaliza de las Indias Nuevas**: de Cristóbal Colón a Gonzalo Fernández de Oviedo. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

GOODY, J. **Cooking, cuisine and class**: A Study in Comparative Sociology. Cambridge University Press, 1982.

GOULD, S. J. This View of Life: Life's Little Joke. **Natural History**, n. 96, p. 16, abr., 1987.

GRANT, E. **The foundations of modern science in the middle ages**. Their Religious, institutional, and intellectual contexts. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

GUIMARAES, D. et al. Características reprodutivas da reprodutora da paca fêmea (*Agouti paca*). **Acta Amaz**, v. 38, n. 3, p. 531-537, 2008.

GUNDLING, T. **First in line**: Tracing our Ape Ancestry. New Haven: Yale University Press, 2005.

HALL, M. B. **The Scientific Renaissance 1450-1630**. Originally published: New York: Harper & Brothers, 1962.

HALLEWELL, L. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: EDUSP, 2005.

HARARI, Y. **Sapiens**: Uma breve história da humanidade. Londres: Harvill Secker, 2018.

HARAWAY, D. **When species meet**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

HATHI TRUST. **Pantologia**. Disponível em: <<https://catalog.hathitrust.org/Record/007313518>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

HEATH, E. G.; CHIARA, V. **Brazilian Indian archery**: A preliminary ethno-toxological study of the archery of the Brazilian Indians. Manchester: The University, Manchester, 1977.

HENRY, O.; FEER, F; SABATIER, D. Diet of Lowland Tapir (*Tapirus terrestris*). **Biotropica**, v. 32, n. 2, p. 364-368, 2000.

HODGEN, M. T. The Eighteenth and Nineteenth Centuries. In: \_\_\_\_\_. **Early antropology in the sixteenth and seventeenth centuries**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1964, p. 433-515.

HOSKEN, F. M.; SILVEIRA, A. C. **Criação de cutias**. Viçosa: Aprenda fácil, 2001.

HOWE, H. F.; SMALLWOOD, J. Ecology of seed dispersal. **Ann Rev. Ecol. Syst.**, n. 13, p. 201-228, 1982.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Legislação**. 2003. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=92115>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **As Tribos Indígenas - Índios Brasileiros**. 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/indiosbrasil>>. Acesso em: 23 out. 2018.

IUCN - International Union for Conservation of Nature. **Red list of threatened species**. 2001. Disponível em: <<http://www.iucnredlist.org>>. Acesso em: 04 out. 2018.

IVINS JR, W. M. **Imagen impresa y conocimiento**: Análisis de la imagen prefotográfica. Espanha: Gustavo Gilli, 1975. 233p

KOERNER, L. **Linnaeus: nature and nation**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

KOLBERT, E. **La sexta extinción**: Uma história nada natural. Tradução: Joan Luís Rieira. Barcelona: Planeta, 2015.

KOSTER, J. Hunting Dogs in the Lowland Neotropics. **Journal of Anthropological Research**, v. 65, p. 575-610, 2009.

KRONDL, M. **Veneza, Lisboa e Amsterdã na rota das especiarias**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

LEITE, S. **Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil (1549-1760)**. Lisboa: Brotéria, 1953.

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papyrus, 1968.

\_\_\_\_\_. **O triângulo culinário**. São Paulo: Lare documentos, 1968.

LODY, R. **Brasil bom de boca**. São Paulo: Senac, 2008.

LOPES, A. Os jesuítas pioneiros relativamente a Galileu? **Brotéria**, n. 126, p. 499-518, mai.-jun., 1988.

LÓPEZ, R. A. B. Europa Carnívora: comprar y comer carne em el mundo urbano **Bajomedieval**, Gijón, Trea, 2012, 330p.

LUCCOCK, J. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: USP, 1975.

MANN, C. C. **1493: a descoberta do Novo Mundo que Cristóvão Colombo criou**. Alfragide: Casa das Letras, 2012.

MARIANTE, A. S.; CAVALCANTE, N. **Animais do descobrimento: raças domésticas da história do Brasil**. 2. ed. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2006. 274p.

MASSOLO, A.; DANI, F. R.; BELLA, N. Sexual and individual cues in the perianal gland secretum of crested porcupines (*Hystrix cristata*). **Mamm. biol.**, n. 74, p. 488-496, 2009.

MAURO, F. Portugal e o Brasil: A estrutura Política e Econômica do Império, 1580-1750. In: BETHELL, L. (Org.). **História da América Latina: América Latina Colonial**. Tradução: Maria Clara Cescato. 2. ed. São Paulo: USP / Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018. p. 447-477.

MAYER, J. J.; BRANDT, P. N. Identity, distribution and natural history of the peccaries, Tayassuidae. In: MARES, M. A.; GENOWAYS, H. H. (eds.). **Mammalian biology in South America, special publication series, Pymatuning laboratory of ecology**. Linesville: University of Pittsburgh, 1982. p. 345-375.

MEDINA, J. T. **El veneciano Sebastián Caboto al servicio de España**. Santiago de Chile: Imprenta y Encadernacion Universitaria, 1898.

MENDES, B. V. Criação de animais nativos no semiárido do nordeste brasileiro. In: **II Congresso Florestal Brasileiro**. Olinda: Sociedade Brasileira de Silvicultura, 1986. p. 17-22.

MONTANARI, M. Sistemas alimentares e modelos de civilização. In: FLANDRIN, J. L.; MONTANARI, M. **História da alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

MONTEIRO, J. M. A descoberta dos índios. **D. O. Leitura**, São Paulo, Ano 17 n. 1, p. 5-7, 2001.

MOTA, A. T. Os descobrimentos portugueses: A invenção e a representação. In: FERREIRA, M. E. C. **Reflexões sobre história e cultura portuguesa**. Lisboa: Instituto Português de Ensino, 1985.

MOYANO, I. A. La cocina escrita. In: FERRAN, A.; MOYANO, I. **La cocina en su tinta**. Madri: Biblioteca Nacional de España, 2010.

NEIVA, R. V. Ensaio de crítica náutica sobre a viagem transatlântica de Pedro Alvares Cabral. **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, n. 287, p. 36-76, 1970.

NOWAK, R. M.; PARADISO, J. L. **Walkers mammals of the world**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983. v. II.

O'FARRIL, G., GALETTI, M.; CAMPOS-ARCEIZ, A. Frugivory and seed dispersal by tapirs: an insight on their ecological role. **Integr Zool**, v. 8, n. 1, p. 4-17, mar., 2013.

OGILVIE, B. W. **The science of describing: natural history in renaissance Europe**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

OLIVEIRA, J. C. (Coord.). **Portugal do renascimento à crise dinástica**. Lisboa: Presença, 1998.

ORLANDI, E. P. **Terra à vista**. São Paulo: Cortez, 1990.

OUTRAM, D. New space in natural history. In: JARDINE JR., N. et al. (ed.) **Cultures of natural history**. Cambridge: University Press, 1996, p. 249-266.

PADILLA, M.; DOWLER, R. C. Tapirus terrestres. **Mammalian Species**, v.2, n. 481, p.1-8, 1994.

PAPAVERO, N.; PUJOL-LUZ, J. **Introdução histórica à biologia comparada, com especial referência à biogeografia**. IV. De Descartes a Leibniz (1628-1716). Rio de Janeiro: EDUR, 1997.

PAPAVERO, N.; TEIXEIRA, D. M.; LLORENTE-BOUSQUETS, J. **História da biogeografia no período pré-evolutivo**. São Paulo: Plêiade/FAPESP, 1995.

PARAHYM, O. C. **Antropologia e alimentação**. Recife: Secretaria de Estado de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1970.

PEREIRA, P. R. (Org.) **Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

PIEDADE, M. A. R. **Introdução à teoria da classificação**. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

PINTO, L. Q. **A representação do indígena na cartografia portuguesa do século XVI**. 2017. 170f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2017.

PIQUERAS, R. Los perros de la guerra o el ‘canibalismo canino’ en la conquista, **Boletín Americanista**, v. 56, n. 1, p. 187-202, 2006.

PORTER, V. G. Corpo, saúde e doença. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (Ed.). **A história do corpo**. Rio de Janeiro: Vozes; 2008.

PRIBERAM DICIONÁRIO. **Cinegética**. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/cineg%C3%A9tica>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

QUAMMEN, D. **O canto do Dodô**: biogeografia de ilhas numa era de extinções. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RADINSKY, L. B. The early evolution of the Perissodactyla. **Evolution**, v. 23, n. 2, p. 308-328, jun., 1969.

RALEIGH, W. **The history of the world**. Londres: Walter Raleigh, 1614.

REIS, N. R. et al. **Mamíferos do Brasil**. Londrina: N.R. Reis, 2006. 437p.

REITZ, E. J. The Spanish colonial experience and domestic animals. **Historical Archaeology**, v. 26, n. 1, p. 84-91, 1992.

RIBEIRO, D. **Suma etnológica indígena**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

ROSA, C. A. P. **História da ciência**: da Antiguidade ao renascimento científico Carlos Augusto de Proença. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2012.

ROSSI, F. B. **A ciência e a filosofia dos modernos**. São Paulo: UNESP, 1992.

SANTOS, C. F. M.; CAMPOS, R. D. S. Em busca do elo perdido: a Teoria da Grande Cadeia do Ser no Brasil do século XIX. **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 5, n. 1, p. 183-193, jan. / jun. 2012.

SANTOS, C. F. M.; CONCEIÇÃO, G. C.; BRACHT, F. Porcos da metrópole e atuns da colônia: adaptação alimentar dos colonizadores europeus na América portuguesa quinhentista. **Estudos Ibero-Americanos, PUCRS**, v. 39, n. 2, p. 344-364, jul./dez. 2013.

SANTOS, C. F. M.; PEREIRA NETO, J. A natureza americana nas obras Turris Babel e Arca Noe do Jesuíta Athanasius Kircher. **Revista Brasileira das Religiões. ANPUH**, Ano IV, n.10, p. 51-68, maio 2011.

SANTOS, C. R. A. A comida como lugar de história: as dimensões do gosto. **História: Questões & Debates**, n. 54, p. 103-124, jan./jun. 2011.

SANTOS, D. O. A.; FAGUNDES, M. D. C. Saúde e dietética na medicina preventiva medieval: o regimento de saúde de Pedro Hispano (século XIII). **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 17, n. 2, p. 333-342, abr.-jun. 2010.

SANTOS, F. R. A grande árvore genealógica humana. **Rev. UFMG**, v. 21, n. 1 e 2, p. 88-113, jan./dez. 2014.

SAVARIN, B. **A fisiologia do gosto**. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAX, B. **Imaginary Animals**: the monstrous, the wondrous and the human. Londres: Reaktion Books, 2013.

SEIXAS, M. L. B. **A natureza brasileira nas fontes portuguesas do século XVI**. Viseu: Passagem Editores, 2003.

SERRA, N. M. L.M. C.; PALACIO, E. A. D **Las actividades corporales em Portugal durante los siglos XIV y XV**. Análisis de las obras de Don Joao y Don Duarte. 2010. 128f. (Tese de Doutoramento em Ciencias da Atividade Física e do Desporto). Universidade de León. León. 2010.

SILVA, W. C. L. **As terras inventadas**: discurso e natureza em Jean de Léry; André João Antonil e Richard Francis Burton. São Paulo: UNESP, 2003.

SIMAAN, A.; FONTAINE, J. **A imagem do mundo**: dos babilônios a Newton. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SMITH, P. H.; SCHMIDT, B. Knowledge and Its Making in Early Modern Europe. In: \_\_\_\_\_. **Making Knowledge in Early Europe**. Chicago: The University of Chicago Press, 2007. p. 1-16.

SMYTHE, N. The Natural History of the Central American Agouti (*Dasyprocta punctata*). **Smithsonian Contributions to Zoology**, n. 257, p. 1-51, 1978.

SOUZA, G. R. M. Paulo Emílio: a crítica como perícia. In: \_\_\_\_\_. **Exercícios de leitura**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2009. p. 259-270.

SOUZA, L. M. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SPIX, J. B. V.; MARTIUS, K. F. P. V. **Viagem pelo Brasil, 1817-1820**. Belo Horizonte: Itatiaia-EdUSP, 1981.

- TABER, A. B. et al. Family Tayassuidae (Peccaries). In: WILSON, D. E.; MITTERMEIER, R. A. **Handbook of the Mammals of the World**. Barcelona: Lynx Edicions, 2011, v. 2. p. 308-320.
- THOMAS, K. **O Homem e o mundo natural**: mudanças de atitudes em relação às Plantas e os animais (1500-1800). Tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- THOMPSON, R. N.; NAPIER, A.; WEKESA, K. S. Chemosensory cues from the lacrimal and preputial glands stimulate production of in the vomeronasal organ and aggression in male mice. **Physiol Behav**, ano. 23, v. 90, n. 5, p. 797-802, apr., 2007.
- TONHASCA JUNIOR, A. **Ecologia e história natural da Mata Atlântica**. Rio de Janeiro: Interciência, 2005.
- TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo / Rio de Janeiro: Difel, 1980.
- VANDER VELDEN, F. F. As galinhas incontáveis: Tupis, europeus e aves domésticas na conquista do Brasil. **Journal de la Société des Américanistes**, v. 98, n. 98-2, p. 97-104, 2012.
- VARELA, C. (Ed.). **Cristóbal Colón**: los cuatro viajes. Testamento. Madrid: Alianza, 1986.
- VARNER, J.; VARNER, J. **Dogs of the conquest**. Norman: University of Oklahoma Press, 1983.
- VESPÚCIO, A. Quatro Navegações. In: \_\_\_\_\_. **Novo mundo**. As cartas que batizaram a América. São Paulo: Planeta, 2003.
- VIEIRA, C. Roedores e lagomorfos do estado de São Paulo. **Arquivos de Zoologia**, v. 8, n.5, p. 129-166, 1953.